



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

ANA PAULA TEIXEIRA MIRANDA
CARMEM LIMA RODRIGUES

ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELA
CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FERREIRA GOMES, AP (2014-2019)

MACAPÁ
2020

ANA PAULA TEIXEIRA MIRANDA

CARMEM LIMA RODRIGUES

ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO
DA USINA HIDRELÉTRICA FERREIRA GOMES, AP (2014 A 2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de História da Universidade Federal
do Amapá, como requisito para obtenção do
título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Me. Avelino Gambim
Júnior.

MACAPÁ

2020

ANA PAULA TEIXEIRA MIRANDA
CARMEM LIMA RODRIGUES

ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO
DA USINA HIDRELÉTRICA FERREIRA GOMES, AP (2014 A 2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de História da Universidade Federal
do Amapá, como requisito para obtenção do
título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Me. Avelino Gambim
Júnior.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2020

Banca Examinadora:

Prof. Me. Avelino Gambim Júnior (orientador) – Presidente da Banca
Universidade Federal do Amapá – Curso de História

Profa. Me. Jelly Juliane Souza de Lima – Avaliadora Externa
Universidade Federal do Maranhão – Curso de História

Profa. Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos – Avaliadora Interna
Universidade Federal do Amapá – Curso de História

Autorizo a reprodução e divulgação integral deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte:

MIRANDA, Ana Paula Teixeira; RODRIGUES, Carmem Lima. **Estudo dos Impactos Socioambientais Provocados Pela Construção Da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, AP (2014-2019)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História. Macapá, 2020.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes– CRB-2/1569

Miranda, Ana Paula Teixeira.

Estudo dos impactos socioambientais provocados pela construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, AP (2014-2019). / Ana Paula Teixeira Miranda, Carmem Lima Rodrigues; orientador, Avelino Gambim Júnior. – Macapá, 2020.

95 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Licenciatura em História.

1. Desenvolvimento. 2. Impactos Socioambientais. 3. História Ambiental. I. Rodrigues, Carmem Lima, autor. II. Gambim Júnior, Avelino, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

577.4 M672e

CDD. 22 ed.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

Aos nossos familiares que nos apoiaram de forma compreensiva nos muitos momentos que tivemos que nos abster da companhia deles por conta da pesquisa.

Em especial agradecemos aos nossos amados filhos, Felipe Miranda (Ana Paula) e Gabriel Andrey (Carmem Lima), por serem a luz que nos guia para alcançarmos nossos objetivos.

Ao nosso querido professor Avelino Gambim, pela paciência, dedicação e disponibilidade, mesmo com tantas coisas para resolver, sempre que solicitado, nos atendia.

À Hanna, técnica do Ministério Público de Ferreira Gomes, por nos conceder de forma tão amigável boa parte dos materiais que foram cruciais para a realização da pesquisa.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos que direta e/ou indiretamente contribuíram para que esta pesquisa fosse concretizada.

RESUMO

Na Amazônia, as hidrelétricas são responsáveis por modificar negativamente a vida de muitas comunidades, através do reassentamento, problemas sociais e precarização das fontes de renda, como por exemplo, no Município de Ferreira Gomes, Amapá, em que a construção da UHE Ferreira Gomes, localizada no Rio Araguari, vem ocasionando a mortandade de peixes, impactando de forma direta a Colônia de Pescadores Z-7, diminuindo sua renda e seu sustento. Diante desse problema, esta pesquisa foi orientada pelas seguintes perguntas: perguntas quais foram os discursos de desenvolvimento adotados pelo Estado e empresas de energia para a instalação de hidrelétricas? Que impactos socioambientais e ações mitigadoras foram feitas pelo estado e empresas de energia? Como a população de atingidos de Ferreira Gomes se organizou diante dos impactos socioambientais que afetaram seu cotidiano? A partir dessas perguntas, foram elaboradas hipóteses que indicaram que após a ocorrência da primeira mortandade de peixes a empresa Ferreira Gomes Energia não cumpriu inteiramente com as formas de mitigação destinadas a ela, em benefício da comunidade ferreirense e; os impactos causados pela mortandade de peixes prejudicaram principalmente o setor pesqueiro do município de Ferreira Gomes e a forma de mitigação acordada entre a empresa e o Estado se mostrou ineficiente para solucionar os conflitos entre os atores envolvidos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi refletir sobre os impactos socioambientais provocados pelas ações desenvolvimentistas do Estado para a implantação da hidrelétrica de Ferreira Gomes (UHE-FG) e que culminou com a formação de uma comunidade de atingido, principalmente de pescadores da colônia Z-7, entre 2014 a 2019. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais (fontes) junto aos Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes, jornais e visitas de campo, de modo a averiguar quais foram os acordos para mitigar os impactos e se estes foram cumpridos. Os resultados indicaram que a empresa e o Estado cumpriram apenas uma parte dos acordos firmados com os atingidos e os conflitos têm se intensificado com a ocorrência de novos casos de mortandade de peixes. Considerou-se que as hipóteses da pesquisa foram confirmadas e se medidas não forem tomadas para remediar os impactos causados pela UHE Ferreira Gomes, os danos podem se tornar irreversíveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Hidrelétricas. Impactos Socioambientais. História Ambiental.

ABSTRACT

In the Amazon, hydroelectric dams are responsible for negatively modifying the lives of many communities, through resettlement, social problems and precarious sources of income, such as in Ferreira Gomes, Amapá, where the construction of HPP Ferreira Gomes, located on the Araguari River, has been causing fish mortality, directly impacting the Z-7 Fisheries Colony, decreasing its income and livelihood. Faced with this problem, this research was guided by the following questions: questions what were the development discourses adopted by the State and energy companies for the installation of hydroelectric plants? What socio-environmental impacts and mitigating actions have been taken by the state and energy companies? How did the population of affected people of Ferreira Gomes organize themselves in the face of the socio-environmental impacts that affected their daily lives? Based on these questions, hypotheses were elaborated that indicated that after the first fish mortality occurred, the company Ferreira Gomes Energia did not fully comply with the forms of mitigation aimed at it, for the benefit of the Ferreira community and; the impacts caused by the death of fish mainly affected the fishing sector in the municipality of Ferreira Gomes and the form of mitigation agreed between the company and the State proved to be inefficient to resolve conflicts between the actors involved. Thus, the objective of this work was to reflect on the socio-environmental impacts caused by the State's developmental actions for the implantation of the Ferreira Gomes hydroelectric plant (HPP-FG) and which culminated in the formation of a community of affected people, mainly of fishermen from colony Z -7, between 2014 and 2019. Bibliographic and documentary research (sources) were carried out with the Public Ministries of Amapá and Ferreira Gomes, newspapers and field visits, in order to ascertain what were the agreements to mitigate the impacts and if they were fulfilled. The results indicated that the company and the State fulfilled only part of the agreements signed with those affected and the conflicts have intensified with the occurrence of new cases of fish mortality. It was considered that the research hypotheses were confirmed and if measures are not taken to remedy the impacts caused by HPP Ferreira Gomes, the damage may become irreversible.

Keywords: Development. Hydroelectric plants. Socioenvironmental Impacts. Environmental History.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Indígena Kayapó Tuíra encostando seu facão no rosto do diretor da Eletronorte do Pará, Muniz Lopes, em 1989	28
Figura 2 – Notícia publicada na fonte Portal G1 Amapá, sobre a primeira mortandade de peixes ocorrida no município de Ferreira Gomes, Amapá, em 2014	61
Figura 3 – Notícia publicada na fonte Portal G1 Amapá, sobre a ocorrência de novos episódios de mortandade de peixes no rio Araguari no município de Ferreira Gomes, Amapá, em 2015	62
Figura 4 – Trecho da Ação Penal movida pelo Ministério Público de Ferreira Gomes prestando denúncia contra empresa Ferreira Gomes Energia, frente a mortandade de peixes ocorridas no rio Araguari em 2014 e 2015	63
Figura 5 – Trecho da fonte Ação Penal de 2015 movida pelo Ministério Público de Ferreira Gomes em que apresenta os resultados do parecer técnico, indicando a relação direta entre a mortandade dos peixes no rio Araguari e a UHE Ferreira Gomes, ocorrido em 2014	64
Figura 6 – Notícia publicada na fonte Portal Seles Nafes sobre a aplicação de multa de R\$ 20.000.000 pelo IMAP à empresa Ferreira Gomes Energia, em 2014, devido à mortandade de peixes em Ferreira Gomes	66
Figura 7 – Trecho da fonte Ação Civil Pública de 2015, em que o Ministério Público do Amapá solicita multa e reconhece os danos ambientais e morais extrapatrimoniais causados pela empresa Ferreira Gomes Energia à comunidade atingida pela mortandade de peixes, entre 2014 e 2015	68
Figura 8 – Trecho do relatório da fonte TAC 3, de 2017, referente a ATA da reunião ocorrida em 30 de março de 2017, sobre o andamento das obras de responsabilidade da empresa Ferreira Gomes Energia como penalidade compensatória à comunidade atingida pelas mortandades de peixes ocorridas entre 2014 e 2015	74
Figura 9 – Conclusão do Mercado do Peixe em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes	79
Figura 10 – Conclusão do Trapiche em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes	79
Figura 11 – Conclusão da Sede dos Pescadores Z-7 em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes	80
Figura 12 – Conclusão do Muro de Arrimo em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes	80
Figura 13 – Trecho da Ata de reunião do dia 25 de abril de 2019, presente nos relatórios do TAC 3, em que a colônia de pescadores Z – 7 e a ATINBA apresentam seu descontentamento com os recursos destinados à FAPEAP e ao IEPA, que poderiam ser empregados na comunidade	81

Figura 14 – Protesto dos pescadores de Ferreiras Gomes em frente ao Ministério Público do Amapá denunciando o descaso dos órgãos públicos, o descumprimento de acordos firmados no TAC 3 e a ocorrência de novas mortandades de peixes no rio Araguari	85
Figura 15 – Notícia publicada na fonte Portal do Governo do Estado do Amapá sobre a aplicação de multa de R\$ 10.000.000 pelo IMAP à empresa Ferreira Gomes Energia, em 2018, devido à nova mortandade de peixes em Ferreira Gomes	86
Quadro 1 – Exemplos de impactos socioambientais negativos relacionados a grandes empreendimentos	22

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APP	Área de Proteção Permanente
ATINBA	Associação dos Atingidos por Barragens
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CF	Constituição Federal
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EIA	Estudo de Impacto Ambiente
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
FAPEAP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá
FGE	Ferreira Gomes Energia
GEA	Governo do Estado do Amapá
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá
LA	Licenciamento Ambiental
MAB	Movimento dos Atingidos por barragens
MP-AP	Ministério Público do Amapá
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MP-FG	Ministério Público de Ferreira Gomes

PA	Processo Administrativo
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBA	Plano Básico Ambiental
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PDFG	Plano Diretor de Ferreira Gomes
PJFG	Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes
PMFG	Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes
PNE	Plano Nacional de Energia
PESCAP	Agência de Pesca do Amapá
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria de Municipal de Meio Ambiente
SIN	Sistema Integrado Nacional
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
TR	Termo de Referência
UHE-CC	Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão
UHE-CN	Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes
UHE-DF	Usina Hidrelétrica Doa Francisca
UHE	Usina Hidrelétrica
UHE-FG	Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZPP	Zona de Proteção Permanente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO E OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL.....	14
1.1 O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS.....	14
1.2 OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS DE GRANDE PORTE NO BRASIL: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	17
1.3 OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	24
CAPÍTULO 2: PASSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E FONTES PARA a história ambiental	31
2.1. A HISTÓRIA AMBIENTAL “COMPROMETIDA COM A VIDA”: aspectos teórico- metodológicos.....	31
2.2. metodologia e fontes para a construção de uma história ambiental para a região de ferreira gomes, no amapá.....	34
CAPÍTULO 3: O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO, AS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, Amapá	42
3.1 O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS A PARTIR DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.....	42
3.2 O MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, o RIO ARAGUARI e AS HIDRELÉTRICAS	48
3.3. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FERREIRA GOMES	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
FONTES	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

Para a escolha de qualquer pesquisa o tema em questão deve de alguma forma chamar a atenção para quem se dispõem a escrever sobre ele, seja essa motivação por afinidade e, porque não dizer por uma certa revolta diante das disparidades que o tema trás, dentre outras questões. Nossa motivação veio dessa revolta ao levantarmos inúmeros questionamentos relacionados aos benefícios e/ou malefícios que empreendimentos de grande porte, como as hidrelétricas instaladas aqui no Amapá, podem trazer para o nosso estado como um todo.

Perguntas como por exemplo: por que pagamos um valor elevado na tarifa de energia elétrica? Por que sofremos constantemente com a “queda” de energia? Porque passamos, recentemente por um apagão no estado do Amapá (das 16 cidades 13 ficaram sem energia elétrica) que demorou 22 dias, com início no dia 03 de novembro de 2020 e término dia 13 de dezembro de 2020) até que a energia fosse restabelecida por completa, demonstrando total descompromisso pelos amapaenses e, tudo isto levando em consideração o fato de termos 3 hidrelétricas no estado e em pleno funcionamento?

Questões como essas e muitas outras nos instigaram a pesquisar a região de Ferreira Gomes para buscarmos compreender se, ao menos as comunidades que moram nas proximidades das hidrelétricas, conseguem ser assistidos de forma mais eficaz em relação ao funcionamento de energia elétrica com baixo custo ou se, pelo contrário, sofrem ainda mais com o descaso do governo e empresas e se elas são, beneficiadas de alguma forma com esses empreendimentos ou não.

Ao observar os meios de comunicação é cada vez mais comum a existência de reportagens que denunciam e mostram os impactos socioambientais que ocorrem em todo o território brasileiro. O desastre de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, conhecidos como os maiores desastres socioambientais do país, tanto em perda de biodiversidade quanto de vidas humanas, a contaminação da água e do solo por produtos químicos na comunidade Barcarena (2018), no estado Pará, a contaminação por arsênio na comunidade do Elesbão (de 1972-80), no município de Santana, Amapá, entre milhares de outros exemplos, que chocam, mas que depois de noticiados parecem cair no esquecimento da mídia.

Porém, ao pesquisar esses e outros eventos, percebemos que o que foi noticiado é apenas a pequena fração do real impacto. No contexto desses desastres, aos que sobrevivem, restam pessoas que perderam seu modo de vida, suas tradições, sua terra e sua vivência. Quando observamos isso pela ótica da história ambiental, temos um ator em comum, em todos esses

casos, sem exceção, a empresa (projeto de desenvolvimento). Esta, sob a égide do discurso da necessidade do crescimento econômico, justifica e minimiza os impactos causados pela sua atividade.

Foi essa conjuntura que nos inspirou a realizar a presente pesquisa, mas tendo como objeto de estudo um caso amapaense, visto que, esse cenário ocorre em todas as regiões do Brasil. Ao pesquisar sobre os conflitos socioambientais da nossa região, rapidamente descobrimos as hidrelétricas no rio Araguari, que são acusadas de diversos impactos socioambientais, entre os quais, os danos causados na comunidade do município de Ferreira Gomes, que entre tantas outras atividades econômicas e práticas sociais, tem a pesca como modo e meio de vida. Atividades esta que destacamos no nosso estudo e que chamou nossa atenção.

Os projetos de desenvolvimento podem ser entendidos como a materialização de um discurso que busca promover o crescimento econômico de regiões onde se instalam, principalmente grandes empreendimentos, como mineradoras, petrolíferas, agricultura de extensão, geração de energia, entre outros. Porém, a história ambiental nos mostra a partir de estudos de Drummond (1991) e Pádua (2010) o que esses empreendimentos têm causado, que acabam se tornando fontes de uma série de impactos socioambientais negativos, principalmente em comunidades em vulnerabilidade social, comunidades tradicionais e aqueles que, aos olhos do desenvolvimentismo, possuem baixo desempenho econômico.

A geração de energia elétrica por meio de Usinas Hidrelétricas (UHE) é um exemplo do quão desastroso para o meio ambiente e para as comunidades pode ser o processo de instalação e operação desses empreendimentos, que causam, entre outros, mudanças na hidrodinâmica dos recursos hídricos, perda de biodiversidade, mortalidade de peixes, desordenamento territorial, aumento da densidade populacional sem a infraestrutura adequada, reassentamento de populações, entre outros.

A Amazônia reúne diversos exemplos de como o discurso do desenvolvimento, junto com o apoio incondicional do Estado, subsidiou, muitas vezes sobre falsas promessas, a instalação de UHEs que causam impactos socioambientais irreversíveis, sem dar às comunidades locais a compensação necessária para que mantivessem seu modo de vida. No Estado do Amapá, temos o caso da UHE Ferreira Gomes, controlada pela empresa Ferreira Gomes Energia (FGE), que desde o início de sua operação acumula impactos e conflitos com a comunidade local.

Entre os impactos provocados pela UHE Ferreira Gomes, destaca-se a mortalidade de peixes no Rio Araguari, que tem impactado negativamente a colônia de pescadores de Ferreira

Gomes (Z-7), causando-lhes problemas como a diminuição da renda, baixa disponibilidade de recursos pesqueiros e mudanças no modo de vida. Esse cenário, tem provocado o aumento de conflitos entre a empresa, os atingidos e o Estado, o que resultou em processos judiciais contra a Ferreira Gomes Energia a fim de compensar os danos causados à comunidade.

Tendo em vista esse problema, nos ateremos ao município de Ferreira Gomes como estudo de caso, porém relacionado com o todo, tanto da região Amazônica quanto a calha do rio Araguari. Desse modo, estabelecemos as perguntas delimitadoras desta pesquisa: Quais foram os discursos de desenvolvimento adotados pelo Estado e empresas de energia para a instalação de hidrelétricas? Que impactos socioambientais e ações mitigadoras foram feitas pelo estado e empresas de energia? Como a população de atingidos de Ferreira Gomes se organizou diante dos impactos socioambientais que afetaram seu cotidiano?

Para responder a pergunta, e baseado nos demais casos de conflitos relacionados aos impactos negativos provocados por UHE na Amazônia, foi elaborado duas hipóteses para este trabalho: (a) após a ocorrência da primeira mortandade de peixes a empresa Ferreira Gomes Energia não cumpriu inteiramente com as formas de mitigação destinadas a ela, em benefício da comunidade ferreirense e; (b) os impactos causados pela mortandade de peixes prejudicaram principalmente o setor pesqueiro do município de Ferreira Gomes e a forma de mitigação acordada entre a empresa e o Estado se mostrou ineficiente para solucionar os conflitos entre os atingidos, a empresa e o governo.

A realização desta pesquisa encontra justificativa na necessidade de debater as consequências do discurso do desenvolvimento e de seus empreendimentos sobre os atingidos. Visto que, a história ambiental nos apresenta diversos exemplos de como as grandes empresas têm a capacidade de se apropriar dos recursos naturais e explorá-los sem compensar efetivamente as comunidades que sofrem os impactos das suas atividades. Estudar esse processo é essencial para entendermos as dinâmicas que envolvem as empresas, o Estado e os atingidos e assim visualizar os problemas intrínsecos nessas relações.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa visou refletir sobre os impactos socioambientais provocados pelas ações desenvolvimentistas do Estado para a implantação da hidrelétrica de Ferreira Gomes (UHE-FG) e que culminou com a formação de uma comunidade de atingido, principalmente de pescadores da colônia Z-7, entre 2014 a 2019.

Como objetivos específicos temos: (a) realizar um levantamento informações sobre o discurso de desenvolvimento e empreendimentos hidrelétricos no Brasil e na Amazônia; (b) situar as discussões sobre estudos de impactos socioambientais, ao ter como abordagem teórico-metodológica a história ambiental e suas fontes de pesquisa; (c) a partir da análise das fontes

de pesquisa, identificar os discursos desenvolvimentistas de implantação da UHE-FG; (d) interpretar através das fontes da pesquisa, a emergência da formação de comunidades de atingidos na região de Ferreira Gomes.

Para a pesquisa primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre empreendimentos hidrelétricos e suas dimensões, o que custou bastante tempo, pois existem diversos trabalhos que tratam do tema em inúmeros desdobramentos. As fontes da pesquisa foram conseguidas nos Ministérios Públicos de Macapá e de Ferreira Gomes e foram realizadas pesquisas de campo, onde na oportunidade fotografamos construções da cidade de Ferreira Gomes que vieram complementar a pesquisa.

Tratamos em nosso trabalho da UHE Ferreira Gomes, como já dito anteriormente, e seus impactos socioambientais (principalmente as mortandades de peixes) nas comunidades de seu entorno. O recorte temporal (2014-2019) se explica pelo fato de que no ano 2014, foi o ano em que a usina começou a funcionar e, conseqüentemente o ano em que houve a ocorrência da primeira mortandade de peixes no rio Araguari, indo até o ano 2019 porque foi o prazo máximo onde podemos coletar informações sobre as mortandades, dando continuidade e conclusão à pesquisa.

No capítulo 1, apresentamos alguns aspectos do discurso do desenvolvimento (no Brasil) e seus impactos sobre as comunidades que recebem os empreendimentos sob a perspectiva da história ambiental, bem como trazemos exemplos desses empreendimentos hidrelétricos instalados no Brasil e na Amazônia e seus impactos socioambientais.

No capítulo 2, estão expostos, primeiramente, os passos teórico-metodológicos e as fontes de pesquisa voltadas a empreendimentos hidrelétricos. Posteriormente, trataremos da história ambiental “comprometida com a vida” e os aspectos teóricos e metodológicos da história ambiental. Por último, e de forma mais específica, trouxemos a metodologia e fontes da pesquisa para a construção de uma história ambiental voltada para a região de Ferreira Gomes.

No terceiro capítulo estão presentes informações sobre a cidade de Ferreira Gomes, o rio Araguari e os discursos de desenvolvimento relacionados às hidrelétricas já instaladas no rio. Posteriormente, trouxemos os impactos socioambientais diretamente ligados a implantação da UHE Ferreira Gomes e os resultados desse conflito com a comunidade atingida. E, por último, estão nossas considerações finais, onde sintetizamos nossos resultados alcançados na pesquisa.

CAPÍTULO 1: O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO E OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL

Antes de falarmos dos empreendimentos hidrelétricos instalados no Brasil é importante ressaltarmos, primeiramente, os discursos de progresso e desenvolvimento traçados pelos detentores do capital e representantes dos entes federativos, nos quais essas grandes construções estão ancoradas. Assim como a extensão dos impactos socioambientais decorrentes desses empreendimentos, muitas vezes, mascarados por discursos de progresso e desenvolvimento presentes no Brasil como um todo, e especificamente para a região amazônica, onde está inserido nosso estudo de caso.

Neste capítulo são abordados alguns aspectos referentes a como o próprio Estado e o setor econômico utilizam as hidrelétricas, e também outros empreendimentos de grande porte, como mecanismos de exploração dos recursos naturais, sob o discurso e justificativa da necessidade de crescimento econômico. O que veremos adiante, na realidade, é que por trás desse elóquio do desenvolvimento, existe um colossal rastro de impactos socioambientais provocados por esses empreendimentos, que, muitas vezes, causam danos irreversíveis às populações locais e ao meio ambiente, comprometendo a qualidade e o modo de vida.

1.1 O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Este capítulo se inicia trazendo uma revisão de discursos que têm servido como base argumentativa para grandes construções desenvolvimentistas. Nesse sentido tais discursos enfatizam questões que perpassam o plano econômico como fator primordial do que é defendido publicamente como progresso, melhoria de renda, geração de empregos, incremento do turismo e melhoria e aperfeiçoamento da infraestrutura.

No entanto, nossa revisão demonstrou que justamente esses mesmos empreendimentos, com todas essas promessas, frequentemente também estão nas pautas das queixas de movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), representado pelos moradores que são atingidos de forma direta ou indireta por empreendimentos hidrelétricos, o que faz com que questionemos algumas das alegadas benesses que fariam parte desse progresso e desenvolvimento.

Ao fazermos um breve retorno histórico é possível recuar no tempo em busca das possíveis origens desses discursos, e situá-los no desenvolvimento do mundo moderno e no advento do capitalismo. Conforme bem colocado por Hunt (2005), após a Europa passar pelo feudalismo e superar o mercantilismo, seu ponto mais influente e com características socioeconômicas mais claras foi atingido com a chamada Revolução Industrial, crucial para determinar as transformações fundamentais em quase todo o mundo, trazendo inovações tecnológicas.

Essas transformações advindas do modo de produção capitalista trouxeram, como bem coloca Ana dos Santos (2014), o desenvolvimento como discurso de mudanças sociais, fundamentado nos ideais ocidentais modernos de progresso, evolução social e modernização. Nesse sentido, o progresso passou a ser visto como se fosse um fenômeno natural da humanidade e a fundamentar as reflexões sobre as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais (SANTOS, 2014).

O conceito de desenvolvimento ganhou sentido através da reflexão econômica por meio da observação de uma realidade marcada “[...] pelo início da industrialização, grandes avanços técnico-científicos, intensificação comercial e acumulação de riqueza [...]” (SANTOS, 2014, p. 1). Nesse sentido, Naína Tumelero e Giovanni Olsson (2016) consideram que o paradigma do desenvolvimento global é elaborado pela perspectiva de estimular o crescimento dos grandes centros até a mais longínqua região, geralmente com foco no investimento fabril, mercantil ou de obras expansionistas

No que diz respeito a ciclos de desenvolvimento, especificamente no período pós-guerra, Vera Oliveira (1989) afirma que no Brasil, a industrialização teve seu maior impulso e a economia, como um todo, desenvolveu-se com um vigor nunca visto antes, levando o país à chamada categoria de economia em desenvolvimento. O estrangulamento externo decorrente das duas grandes guerras exigiu do país um esforço de industrialização, mas foi o segundo surto substitutivo de importações que impulsionou a fabricação de bens de consumo duráveis e de bens de capital que representam a base do desenvolvimento industrial (OLIVEIRA, 1989).

Foi estabelecida no país uma agenda com o chamado impulso social que implantou antagonismos em uma sociedade meramente trabalhista, ganhando ares no desenvolvimento de grandes centros, novos polos interioranos, políticas de investimentos e comércio popular. Então, novos polos industriais foram se desenvolvendo moldando novas classes e assim surgindo o contraste social (OLIVEIRA, 1989).

Com a imposição da ditadura militar que se propunha a um não retrocesso do desenvolvimento, o modelo de crescimento brasileiro se acentuou com discurso nacionalista e

os dotes da exploração do petróleo ao surgimento da Petrobrás, a construção de Brasília, e o modelo de obras faraônicas como as grandes rodovias, a hidrelétrica de Itaipu em consórcio com o Paraguai, dentre outros (BEAL, 2010).

Para a região Amazônica, havia sido definido, conforme Nilda Oliveira (2001), a política de colonização, dentro das políticas de ocupação dos “espaços vazios” do governo Vargas. No entanto, essa política mudou quando, depois dos Acordos de Washington (1942-1945), no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se comprometeu a produzir mais borracha para os aliados, abandonando as intenções “colonizadoras” e adotando uma prática de encaminhamento de trabalhadores sem suas famílias.

Essa mudança de atitude, como explica Maria Secreto (2007), foi observada através do discurso oficial e da propaganda de recrutamento de trabalhadores, conhecidos como soldados da borracha para a Amazônia. Esse modelo de crescimento econômico, que prioriza as variáveis macroeconômicas, no curto prazo, estimulando a produção e as exportações sem garantir a proteção ambiental, vem provocando impactos socioambientais irreversíveis, tanto nos centros urbanos como em áreas rurais, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e suas macrorregiões, como o Norte, onde está situada a Amazônia (SECRETO, 2007).

Andréa Zhouri e Raquel Oliveira (2007) destacam que a mundialização como uma nova configuração dos mecanismos de acumulação do capital é resultado tanto da “relocalização” dos investimentos e atividades produtivas quanto da “polarização da riqueza”. Conforme as autoras, a lógica seletiva do capital atinge de maneiras distintas as regiões e camadas sociais, o que resulta em diferentes impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas. Esse processo, no caso do Brasil, tem considerado as questões socioambientais e a justiça social apenas como entraves ao desenvolvimento, colocando em xeque conquistas fundamentais já alcançadas nas últimas três décadas (ZHOURI & OLIVEIRA, 2007).

Em resumo, a instalação de grandes projetos de desenvolvimento no Brasil teve maior ênfase após meados do século XX, com destaque para a construção de diversas usinas hidrelétricas espalhadas por todo o território nacional, destinadas à produção de energia elétrica (CORRÊA; PORTO, 2017; CORRÊA, 2018).

A eletricidade produzida a partir dos recursos hídricos naturais se tornou a principal fonte de energia utilizada no mundo contemporâneo. A chegada desses empreendimentos hidrelétricos trouxe consigo discursos de propostas básicas de investimentos em infraestrutura necessários para a industrialização do país e, eram vistos como uma forma de levar o “desenvolvimento” para as regiões em que foram instalados, diminuindo assim, em teoria, as desigualdades entre as regiões (VEIGA, 2010).

Por possuir diversas bacias hidrográficas, o Brasil se insere perfeitamente nesses planos de desenvolvimento, que colocam as hidrelétricas como a melhor e mais “sustentável” forma de obtenção da energia elétrica. Pesquisadores nacionais e internacionais se desdobram sobre os estudos dessas construções, destacando eventos sociais, ambientais, políticos, entre outros, os quais precisam ser mais investigados no período da pré e pós-construção desses projetos para que todas as partes envolvidas possam ser alcançadas positivamente ou para que, pelo menos, haja uma mitigação nos impactos causados.

1.2 OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS DE GRANDE PORTE NO BRASIL: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A instalação de diversas usinas hidrelétricas espalhadas por todo o território nacional, foi difundida pelos empreendedores e pelo Estado vistas como “[...] a melhor e mais viável forma de se produzir energia elétrica” (BORTOLETO, 2001, p. 53). Para compreender a importância da construção desses empreendimentos é preciso ter em mente que a energia elétrica tem um papel fundamental nos mais diferentes setores da economia, sendo sua disponibilidade elemento-chave para o crescimento econômico de uma nação, devendo manter seus níveis de industrialização e consumo.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2003), o Brasil está entre os cinco maiores produtores de energia hidrelétrica do mundo, precedendo Canadá e China e antecedendo Estados Unidos e Rússia, respectivamente. Juntos, esses países foram responsáveis, em 2001, por quase 50% da produção mundial de energia elétrica. A energia proveniente de hidrelétricas é uma das principais formas de captação hidráulica de fontes renováveis utilizadas no Brasil, sendo a matriz energética de maior uso, por possuir um vasto manancial hídrico e por ser considerada de menor nível poluente, conforme a ANEEL:

A contribuição da energia hidráulica na matriz energética nacional, segundo o Balanço Energético Nacional (2003), é da ordem de 14%, participando com quase 83% de toda a energia elétrica gerada no País. Apesar da tendência de aumento de outras fontes, devido a restrições socioeconômicas e ambientais de projetos hidrelétricos e aos avanços tecnológicos no aproveitamento de fontes não-convencionais, tudo indica que a energia hidráulica continuará sendo, por muitos anos, a principal fonte geradora de energia elétrica do Brasil. Embora os maiores potenciais remanescentes estejam localizados em regiões com fortes restrições ambientais e distantes dos principais centros consumidores, estima-se que, nos próximos anos, pelo menos 50% da necessidade de expansão da capacidade de geração seja de origem hídrica (ANEEL, 2003, p. 43).

Desta forma, conforme o discurso desenvolvimentista, o uso da energia hidrelétrica se torna um meio mais viável ao desenvolvimento econômico do país, por atender as demandas em diversos setores como a indústria, comércio, serviços, melhoria na qualidade de vida da sociedade, integração entre regiões, desenvolvimento tecnológico, pesquisa e meio ambiente, entre outros, mesmo que os lugares com maior potencial para serem construídas essas hidrelétricas sejam distantes dos centros com maior consumo de energia.

Buscando refletir sobre a forma de implantação desses empreendimentos, incluindo as usinas hidrelétricas e seus impactos, Elaine Bortoleto (2001) afirma que, a maioria não repercutiu de forma significativa para o desenvolvimento do país ou da região onde foram implantados, tampouco diminuiu as desigualdades, discursos que fazem parte do período anterior às construções, todavia trouxeram impactos consideráveis sobre as populações locais e o meio ambiente.

Segundo Bortoleto (2001), os grandes projetos desenvolvimentistas são elaborados somente considerando os fatores econômicos, não levando em conta os aspectos sociais vividos nas regiões. Os mesmos foram implantados sem a participação dos demais atores sociais envolvidos, no caso, a população local, que não possuindo conhecimentos técnicos suficientes sobre tais projetos, não poderiam questionar de forma mais efetiva sobre a instalação e funcionamento desses empreendimentos e os seus efeitos nas suas respectivas comunidades.

A instalação de empreendimentos hidrelétricos, como bem pontuou Carlos Vainer e Frederico Araújo (1992), não iria, como pregavam os discursos dos empreendedores aliados ao Estado, diminuir as disparidades regionais, nem desconcentrar os centros urbanos redistribuindo-os para outras regiões. Nas regiões de implantação restavam apenas a “[...] desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33).

Carlos Vainer e Frederico Araújo (1992), ao relatarem sobre o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, ocorrido em maio de 1991, declaram que dentre as críticas e reivindicações às empresas e ao governo era justamente que estes ouvissem e atendessem os anseios daqueles que seriam atingidos pelas barragens e que estes últimos participassem das decisões que os afetam, afetaram e afetarão diretamente e indiretamente.

A intervenção das empresas elétricas com vistas à implantação de aproveitamentos hidrelétricos é imposta de fora da região, desconhece suas realidades e, tem sido decidida sem a participação daqueles que sofrerão mais diretamente os efeitos da construção das barragens e usinas. Dentre as reivindicações, a exigência de que a ação

do governo e das empresas elétricas fossem fundadas nas necessidades reais da população das regiões atingidas (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 10).

A política de energia no Brasil não costuma atender aos anseios de consideráveis grupos sociais das regiões onde as usinas hidrelétricas são instaladas, pois esses empreendimentos são descaradamente contrários aos interesses desses grupos. É importante lembrar que essa contrariedade é legitimada e garantida justamente pelo discurso desenvolvimentista de geração de energia, de progresso e de geração de empregos, porém, no fim das contas, contribuem de forma acelerada para suas, já terríveis, condições de vida e de trabalho (VAINER; ARAÚJO, 1992).

Exemplos desses empreendimentos e do impacto social e ambiental gerado pelos mesmos é comum de norte a sul do Brasil, de modo que é possível observar os conflitos que foram gerados em todas as hidrelétricas aqui pesquisadas, o que levou a criação de movimentos sociais organizados, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e em mudanças e tentativas de adequação das leis ambientais, indo de encontro com discussões globais, que tendiam a incluir e não mais desassociar o social do ambiental, o ser humano da natureza.

Descendo ao sul do Brasil, tomemos como exemplo o trabalho de Atamis Foschiera e Thomaz Junior (2012), que destacam a publicação do Inventário Hidroenergético da Bacia do rio Uruguai pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), em outubro de 1979, fruto do Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC).

Conforme proposta apresentada haveria, na parte brasileira da bacia hidrográfica do rio Uruguai, a construção de 22 usinas hidrelétricas. A primeira a ser construída seria a de Machadinho e a segunda a de Itá, ambas na região do Alto Uruguai. Em novembro do mesmo ano, a ELETROSUL publicou o estudo de viabilidade dessas duas hidrelétricas e a construção de ambas abarcaria uma área considerável de terras, originalmente cobertas por florestas, no sentido leste/oeste na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (FOSCHIERA; THOMAZ-JUNIOR, 2012).

Diversos fatores negativos podem ser verificados com a construção de usinas hidrelétricas, conforme atestado através do levantamento de documentos das organizações de barragens, dos empreendedores de Usinas Hidrelétricas (UHE) dentre outros, ações realizadas especialmente pelos atingidos com a barragem de Barra Grande. A referida usina está localizada no rio Pelotas, entre os municípios de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul e Anita Garibaldi, em Santa Catarina. A potência instalada é de 690 MW, o reservatório ocupa uma área de 77,3 km² (FOSCHIERA; THOMAZ-JUNIOR, 2012).

Diversos problemas de diferentes ordens foram levantados por esses autores. A começar pelo reservatório que atingiu vários municípios: em Santa Catarina, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo, Capão Alto e Lages, no estado do Rio Grande do Sul, Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus. Em 2003, quando a usina estava praticamente pronta se verificou que quando a empresa pediu autorização para supressão da vegetação omitiram do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 5.636 hectares de florestas primárias e 2.686 hectares com vegetação secundária.

Foschiera e Thomaz-Junior (2012) destacam ainda que, conforme o EIA/RIMA a usina atingiria 823 famílias e 709 propriedades, mas que o impacto ambiental seria pequeno já que o lago não sairia da caixa do rio, no entanto, na área afetada diretamente pelo empreendimento existem imigrantes alemães, italianos e caboclos-descendentes de escravos-elevando a quantidade de famílias que não possuem o título da terra, conseqüentemente, elevando o número de atingidos.

Outro fator negativo que pode ser destacado com a construção de usinas é o deslocamento compulsório. Ainda para a região sul do Brasil, conforme Nádia Soares, José Froëhlich e Maria Marques (2007) os impactos sociais advindos do deslocamento compulsório sofrido por agricultores com a construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHE-DF) foram catastróficos. O estudo foi realizado com os agricultores realocados para o reassentamento Tupã I Grupo Pôr-do-sol, localizado no município de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, o qual compreende 41 famílias afetadas pelo empreendimento.

A usina está construída no curso do rio Jacuí, na divisa dos municípios de Agudo e Nova Palma, no estado do Rio Grande do Sul. Sua potência instalada é de 125 MW e a área alagada é de 2.098 hectares. Outros municípios da região central do Rio Grande do Sul tiveram área territorial afetada pela barragem como: Agudo, Ibarama, Arroio do Tigre, Pinhal Grande, Nova Palma e Estrela Velha, sendo 540 famílias atingidas, somando-se 2.709 pessoas e 518 propriedades rurais atingidas (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

Diversos fatores negativos foram encontrados por conta do reassentamento, a começar pela própria insatisfação dos realocados através de reclamações e lamentações. O número de famílias com vontade de ir embora era bem maior que o número de famílias apontadas como vulneráveis. Conforme o levantamento dos gestores da UHE-DF, apenas duas famílias eram vulneráveis, no entanto, com a pesquisa de campo constatou-se que doze famílias já teriam saído do reassentamento (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

Por meio das entrevistas realizadas, ficou claro que a mudança para outro lugar também gera mudanças de ecossistema, clima e paisagem. Anteriormente moravam perto de morros e

do rio e no reassentamento tudo é planalto, com pouco mato e muito vento, acarretando mudança na agricultura. Onde antes plantavam milho, feijão e fumo, agora só plantariam soja, somando a isso a ignorância relacionada a esse cultivo e o fato de que teriam que gastar muito com insumos, pois o solo é fraco e a seca é constante, ou seja, antes não tinham esses gastos com fertilizantes (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

Para além dos problemas estruturais, a realocação trouxe problemas de identidade do povo com o local também. Pois, conforme os reassentados, o modo de organização coletiva, a qual foram submetidos, proporcionou desavenças entre as famílias, por causa das diferenças de crenças e dos interesses de cada um. Outro fator destacado por eles é o fato de nunca terem visitado o local, não tinham parentes ou amigos, o que fez com que algumas famílias se sentissem deslocadas e sofressem preconceito somente pelo fato de morarem no reassentamento e serem inclusive chamadas de “afogados” (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

Desta forma, além dos reassentados se sentirem expulsos de suas terras, onde já possuíam seus costumes, crenças e modo de vida comuns, foram colocados em áreas onde a própria comunidade nativa não os reconheceram, trazendo um sentimento de rejeição. Inclusive a identidade das pessoas atingidas pela barragem, vivenciada por elas na rede social da sociedade a qual pertenciam, abalou-se ao se confrontarem com uma realidade imposta a elas (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

O cenário observado até aqui constata-se ao verificarmos o recorrente descumprimento de acordos firmados entre as empresas e comunidades direta e indiretamente atingidas pelos impactos negativos causados pelos processos de instalação, operação e desinstalação de empreendimentos. De modo que não faltam exemplos no Brasil que confirmam essa afirmativa de que muitos acontecimentos que se desdobraram em impactos socioambientais negativos, conflitos entre as empresas e as comunidades e demonstram uma ausência de proatividade do Estado.

A partir da exploração dos eventos apresentados no Quadro 1, foram sintetizadas as questões relacionadas aos objetivos específicos desta pesquisa, com a intenção de exemplificar os conflitos entre as empresas e as comunidades atingidas, o discurso do desenvolvimento e a disfuncionalidade do Estado frente a esses acontecimentos.

Quadro 1 - Exemplos de impactos socioambientais negativos relacionados a grandes empreendimentos

Evento	Impactos Socioambientais	Empresa	Ano
Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana – MG	19 mortos, destruição do distrito de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, aumento da turbidez do rio Doce e Litoral do Espírito Santo, mortandade de peixes, impactos na fauna e flora, desabastecimento de água em diversos municípios de MG, reassentamento de pessoas, destruição de monumentos históricos, prejuízos à pesca, turismo e outras atividades, entre outros.	Samarco Mineração S. A.	2015
Rompimento da Barragem Mina do Feijão em Brumadinho – MG	259 mortos, 11 desaparecidos, grandes impactos infraestruturais em Brumadinho, reassentamento de moradores de Brumadinho e de comunidades indígenas, desabastecimento de água, colapso do rio Paraopeba, mortandade de peixes, impactos na fauna e flora, liberação de resíduos tóxicos no solo e na água, entre outros.	Vale S. A.	2019
Instalação e operação da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira-PA	Reassentamento de comunidades tradicionais, inchaço populacional, aumento do tráfico humano, de drogas e da violência, pressão sobre a infraestrutura urbana, perda de biodiversidade, perda da vazão do rio Xingu, impacto sobre a fauna e flora, diminuição da atividade pesqueira, entre outros.	Norte Energia S. A.	2011 a atualmente
Instalação e operação da Hidrelétrica Ferreira Gomes em Ferreira Gomes-AP	Reassentamento de comunidades, inchaço populacional, problemas de infraestrutura urbana, desordenamento territorial, diminuição da produção agrícola, impactos sobre a atividade pesqueira, mortandade de peixes, diminuição da qualidade ambiental, entre outros.	Ferreira Gomes Energia S. A.	2014 a atualmente

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Hernandez (2012), Fearnside (2015), Lopes (2016), Cunha, Santos e Cunha (2017) e Freitas et al., (2019)

Em 5 de novembro de 2015, no distrito de Bento Rodrigues, Município de Mariana – MG, a barragem de rejeitos de minérios de ferro denominada Fundão, sob a administração da empresa Samarco Mineração S. A., rompeu-se, liberando cerca de 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos, com cerca de metade desses resíduos despejados no rio Doce, atingindo tanto o Estado de Minas Gerais quanto Espírito Santo (LOPES, 2016).

De acordo com Lopes (2016), as causas do rompimento ainda são estudadas, porém a melhor hipótese é que o ultrapassado método de contenção de rejeitos, chamado de aterro hidráulico ou alteamento a montante, não suportou o volume dos resíduos e se rompeu. O primeiro impacto da avalanche de rejeitos foi no distrito de Bento Rodrigues, com 612 habitantes, que foi completamente soterrado pela lama e todos os seus cidadãos foram desabrigados. Todos os patrimônios históricos da cidade foram perdidos em questão de minutos.

Entre os impactos ambientais, Lopes (2016) destaca a morte direta de 14 toneladas de peixes e a perda de 1.469 hectares de matas ciliares ao longo de 77 km do rio Doce, incluindo

outras Áreas de Proteção Permanente (APP) e zonas com matas de galeria. Os impactos socioeconômicos são incalculáveis, existe a possibilidade do fim da agricultura e da atividade pesqueira da região, devido ao impacto da lama sobre o solo, pois na tentativa de remediar a situação, pode ocorrer a infertilidade do solo e o aumento do assoreamento do rio Doce, inviabilizando essas atividades econômicas.

Porém, não houve, nem por parte do Estado e nem da empresa, ações eficientes para prevenir a ocorrência do rompimento. Mesmo com evidentes falhas estruturais, a empresa conseguiu a renovação da sua licença de operação em 2012, se comprometendo a corrigir os problemas estruturais identificados, mesmo assim, não foi o suficiente para evitar o rompimento da barragem (FREITAS et al., 2019).

Nesse contexto, podemos verificar fragilidades das políticas ambientais (que são continuamente alteradas e simplificadas para promover a instalação de empreendimentos com potencial de causar impactos socioambientais significativos, sob a justificativa do desenvolvimento. Tais impactos ocorreram devido a falhas na fiscalização de grandes empreendimentos e da conveniência e negligência do Estado em permitir a operação da extração do minério, mesmo sabendo da existência de falhas na estrutura da mina.

Frente a esse desastre socioambiental, a empresa Samarco S. A., criou a Fundação Renova, em 2016, como parte de um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), com o objetivo de reparar os danos socioambientais provocados pelo rompimento da barragem de Fundão. Todavia, a evolução da relação entre a Fundação Renova e os atingidos têm sido marcadas por diversos conflitos, provocados pela ineficiência da organização em cumprir os acordos, minimizar os impactos provocados pela mineradora, dialogar com os atingidos, entre outros (ESPÍNDOLA; NODARI; SANTOS, 2019).

Esses conflitos provocaram uma ruptura momentânea na relação entre a empresa e o Estado, devido ao clamor público das consequências do rompimento, levando o poder público a confrontar a empresa e a exigir a reparação dos impactos. Porém, os autores apontaram que, conforme passou o tempo, poucas das exigências dos governos foram cumpridas e questões como a reforma do licenciamento ambiental, de modo a deixá-lo mais frágil, voltaram a ser pauta no congresso nacional e quase nada foi feito pelos atingidos (ESPÍNDOLA; NODARI; SANTOS, 2019).

Passados pouco mais de três anos após o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, ocorreu, não longe dali, no dia 25 de janeiro de 2019, o rompimento da Barragem Mina do Feijão em Brumadinho, de responsabilidade da empresa Vale S. A., que liberou cerca de 12 milhões de m³ de rejeitos de mineração sobre a localidade do Córrego do

Feijão e cidade de Brumadinho, até atingir o rio Paraopeba. Morreram centenas de pessoas e até hoje existem desaparecidos, é considerado o maior desastre humanitário e de trabalho do Brasil (FREITAS et al., 2019).

Os danos ambientais provocados pelo rompimento da Barragem Mina do Feijão foram menores do que os de Mariana, porém, o impacto social é sem precedentes. A infraestrutura, o patrimônio cultural e as pessoas de Brumadinho foram atingidas sistematicamente, isso provocou, além dos danos materiais, abalos psicológicos, sociais e culturais nos habitantes (FREITAS et al., 2019). Em entrevista ao Portal de Notícias G1 (2020a, online), uma agricultora que teve sua terra atingida disse: “Hoje agricultor perdeu a identidade em Brumadinho. Eu não vejo um local onde a gente possa começar novamente a agricultura”.

Conforme noticiado no Portal de Notícias G1 (2020b), mesmo passado mais de um ano, as autoridades ainda não indiciaram ninguém pelos crimes ocorridos em Brumadinho e se acumulam na justiça pedidos de indenizações dos atingidos, em que poucos pagamentos foram realizados pela empresa Vale S. A. Também, ainda não existe nenhum plano ou programa concreto para reparação dos impactos socioambientais, o que pode ser um indício de que a mesma ineficiência da empresa denunciada em Mariana e a disfuncionalidade do Estado em garantir as reparações está se repetindo em Brumadinho.

Portanto, a partir da experiência apresentada, percebeu-se que o processo de indenização e reassentamento dos atingidos não deve ser visto meramente com relação a valores financeiros, mas deve levar em conta os impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e psicológicos pelos quais os atingidos passarão devido o deslocamento compulsório. Os empreendimentos hidrelétricos presentes na Amazônia não estão distantes da realidade do que ocorre no restante do país, como veremos adiante.

1.3 OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Conforme a ANEEL (2003), está instalada na Bacia do rio Paraná pouco menos de 60% da capacidade hidrelétrica do Brasil. Outras bacias importantes são a do São Francisco com 16% e a do Tocantins com 12%. As bacias com menor potência são as do Atlântico Norte/Nordeste e Amazonas, somando juntas apenas 1,5% da capacidade instalada no Brasil.

Esses baixos índices de aproveitamento hidrelétrico na Bacia do Amazonas se explicam devido “ao relevo predominante na região (planícies), à sua grande diversidade biológica e à distância dos principais centros consumidores de energia”. Já na região centro-sul o

aproveitamento foi maior devido “o desenvolvimento econômico muito mais acelerado e o relevo predominante (planalto)” (ANEEL, 2003, p. 58).

No entanto, o processo de interiorização do Brasil e o próprio esgotamento das melhores áreas potenciais das regiões Sul e Sudeste “têm requerido um maior aproveitamento hidráulico de regiões mais remotas e economicamente menos desenvolvidas” (ANEEL, 2003, p. 58). Conforme Katrícia Corrêa e Jadson Porto (2017):

[...] muitos entendem que a energia, a partir da exploração hidráulica, é ainda a mais barata e a que menos polui em relação a outros meios de produção energética, como as termelétricas, por exemplo. Desse modo, os empreendimentos hidrelétricos ainda configuram no Brasil, uma base energética com um panorama economicamente vantajoso e viável. Amazônia então, torna-se o cenário perfeito para as ações do setor econômico energético (CORRÊA; PORTO, 2017, p. 5).

Historicamente a Amazônia vem sendo vista como almoxarifado do Brasil, uma região de muitos recursos naturais a serviço do país para exploração de madeira, minerais e, recentemente para a produção de energia. Nela vêm se efetivando a construção de novos empreendimentos hidrelétricos, que trazem em seus discursos as metas principais de ampliar e alargar a infraestrutura do Brasil para “levar a cabo seu processo de integração e desenvolvimento com crescimento econômico interno, assim como fortalecer sua inserção internacional” (CORRÊA; OLIVEIRA, 2013, p. 1).

Philip Fearnside (2015) infere que a Amazônia brasileira tem um enorme potencial para a instalação de hidrelétricas, devido à grande quantidade de água que passa pela região e às significativas quedas topográficas nos afluentes do rio Amazonas. Para o autor, a escala de desenvolvimento planejado para a região Amazônica é “tremenda”:

O ‘Plano 2010’ listou 79 barragens na Amazônia, independente das datas projetadas para construção das obras. Embora as dificuldades financeiras do Brasil tenham forçado, repetidamente, o adiamento dos planos para a construção das barragens, a escala planejada, independente da data de conclusão de cada represa, permanece essencialmente inalterada, representando uma consideração importante para o futuro. As represas inundariam 10 milhões de hectares, ou aproximadamente 2% da região da Amazônia Legal e aproximadamente 3% da porção brasileira da floresta amazônica (FEARNSIDE, 2015, p. 12).

A inundação dessa grande área amazônica, conforme explanou Fearnside (2015), afetaria não são as áreas dos reservatórios em si, mas acarretaria diversos problemas, como altera es drásticas nos habitats aquáticos, impactos sobre os povos indígenas, principalmente onde há maior concentra o deles, como os povos Xingu, Tocantins, Araguaia, Tapajós, entre outros, ou seja, nas partes mais favoráveis para constru o de projetos hidrelétricos.

Neste sentido, o processo de acumulação do capital ao monopolizar os recursos hídricos para a geração de eletricidade “transforma os rios amazônicos em jazidas de megawatts, promovendo a exclusão social e a degradação ambiental” (BERMANN et al., 2010, p. 2), atendendo as necessidades energéticas principalmente da região sudeste do Brasil.

Maria Garcia e Ester Limonad (2008) compartilham da mesma ideia de Fearnside (2015), quando afirmam que o discurso dos benefícios econômicos gerados a partir do potencial energético da Amazônia tem superado as decisões relacionadas aos custos sociais e ambientais, ou seja, ainda que, conforme o discurso, os grandes projetos venham contribuir para o avanço de diversos capitais, ao mesmo tempo degradam o meio ambiente e impactam a população da região, de forma direta e/ou indireta.

Célio Bermann (2007), referente às construções hidrelétricas a serem instaladas no Brasil e, conseqüentemente na Amazônia, afirma que as conseqüências socioambientais de tais empreendimentos não têm merecido a atenção que deveriam:

As conseqüências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previsto na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados muitos além da retórica dos documentos oficiais (BERMANN, 2007, p. 2).

Entre os diversos graves problemas intrinsecamente interconectados como bem coloca Bermann (2007), os reservatórios localizados em terras indígenas, o desequilíbrio na manutenção da biodiversidade, a alteração do regime hidrológico, o comprometimento da qualidade da água pelo fato dos reservatórios diminuírem a sua movimentação, dificulta por sua vez a decomposição dos rejeitos e afluentes.

É importante identificar que na Amazônia já estão instalados diversos empreendimentos hidrelétricos os quais formam um cenário ideal que dão uma concepção mais concreta do que a instalação de hidrelétricas, principalmente sem um devido planejamento que leve em consideração os diferentes fatores e agentes sociais envolvidos, pode trazer de prejudicial a uma determinada comunidade.

Fearnside (2015), faz um levantamento de hidrelétricas construídas na Amazônia e seus respectivos resultados. A barragem de Tucuruí, localizada no rio Tocantins, por exemplo, inundou parte de três reservas indígenas (Parakanã, Pucuruí e Montanha) e suas linhas de transmissão cortaram outras quatro reservas. A hidrelétrica de Balbina inundou parte da reserva de Waimiri-Atroari. No caso de Tucuruí foram deslocadas 23.871 pessoas e trinta anos depois, muitos ainda não tinham recebido qualquer compensação.

Esse autor destaca ainda que, das represas planejadas, as mais controversas são as que foram projetadas no rio Xingu, iniciando com a barragem de Belo Monte. O autor define a construção da represa como “um sonho para construtores de barragens, com uma queda de 94 m e uma vazão média de 8.600 m³/s” (FEARNSIDE, 2015, p. 16). No entanto, essa mega construção trouxe impactos irreversíveis para a população local e o meio ambiente.

Os conflitos socioambientais no caso de Belo Monte, tomou dimensões local, nacional e internacional. Tanto que, conforme Corrêa e Oliveira (2013), diante das polêmicas, resistências e diversos protestos organizados pela população e, principalmente, pelos indígenas e outros movimentos sociais houve um recuo do projeto original Belo Monte. No entanto, não o fim do mesmo. Neste processo, o projeto teve que passar por várias reformulações até chegar a sua versão atual.

Corrêa e Porto (2017), definem que a exploração econômica a partir dos recursos hídricos, para a geração de energia elétrica, colocou a Amazônia em um novo panorama, como a região que oferece um alto potencial hidrelétrico, através da inserção do capital no represamento de rios com cursos d'água. No entanto, a destinação energética se encontra fora da região, ou seja, ela atende diretamente aos setores industriais nos principais centros urbanos do Brasil.

Na Amazônia, um dos casos de conflitos mais controversos é sobre a implantação, construção e operação da UHE Belo Monte, localizada na bacia do rio Xingu, próxima ao Município de Altamira-PA. Desde o início dos estudos sobre o inventário hidrelétrico da bacia do rio de Xingu, em 1975, que a região é alvo de conflitos entre as populações tradicionais, empresas e o governo federal. Em 1980, o governo ditatorial, após verificar o potencial hidrelétrico da região, lançou o Plano Nacional de Energia Elétrica (PNE) 1985-2010, que previa a construção de 165 UHE até 2010, sendo 40 delas na Amazônia Legal (FREIRE; LIMA; SILVA, 2018).

Em 1989, após o fim da ditadura, ocorreu o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em que o governo, sob o discurso de desenvolver a região, apresentou o plano de instalar a UHE Kararaô. Porém, houve intensa acusação por parte de estudiosos a respeito de fragilidades dos estudos de viabilidade econômico e ambiental realizados anteriormente, que mostravam diversas incertezas sobre os impactos que a UHE causaria na região (FREIRE; LIMA; SILVA, 2018).

De acordo com esses autores, não houve esclarecimento sobre o que aconteceria com os povos ribeirinhos e indígenas locais e nem o impacto da usina sobre eles, o que levou a indígena Tuíra Kayapó, levantar-se e encostar seu facão no rosto do então diretor da Centrais

Hidrelétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), José Muniz Lopes. Essa imagem, apresentada da Figura 1, se tornou o retrato do conflito provocado pelas UHE na Amazônia.

Figura 1 - Indígena Kayapó Tuíra encostando seu facão no rosto do diretor da Eletronorte, Muniz Lopes, em 1989



Fonte: <https://amazoniareal.com.br/belo-monte-licoos-da-luta-5-manifestacao-de-1989>

Além dos impactos socioambientais provocados pela construção e operação da UHE Belo Monte apresentados no Quadro 1, é importante destacar as consequências do alinhamento entre o governo federal e as empresas envolvidas na construção e operação da usina. Segundo Fearnside (2015), estudos da própria Centrais elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), realizados entre 1975 e 1980, indicavam que o projeto da UHE Belo Monte, apresentava viabilidade econômica questionável, devido ao reservatório ser pequeno para o tamanho das casas de força e pela sazonalidade do rio Xingu, que mesmo com a represa, não garantiria a vazão constante necessária para operar a UHE em condições economicamente viáveis, porém isso não impediu a construção da UHE.

Fearnside (2015) ainda indicou que a pouca transparência dos estudos ambientais preliminares, mesmo com intensa judicialização dos mesmos por fragilidades metodológicas, e a baixa participação pública no processo de licenciamento não foram impedimentos para a aprovação da construção da UHE Belo Monte, em tempo recorde, pelo Congresso Nacional em

2005, mesmo sem o EIA/RIMA aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Fearnside (2015) argumenta que, o interesse do governo em apressar a construção da UHE levou em consideração apenas interesses políticos, menosprezando as populações atingidas e os danos ambientais.

Os impactos negativos provocados pelas relações de poder entre os governos e empresas sobre as populações de Altamira e do rio Xingu é enorme. Com a construção da represa, ocorreu a diminuição da pesca, o reassentamento de populações ribeirinhas, mudanças no modo de vida de povos indígenas, perda de biodiversidade, entre outros impactos (SANTOS et al., 2012). Como consequência do aumento da densidade urbana, ausência de planejamento urbano, desordenamento territorial, poucas oportunidades de renda, entre outros aspectos relacionados a UHE Belo Monte, Altamira foi considerada o município mais violento do Brasil em 2017 (IPEA, 2017).

Segundo Oliveira (2012), o centro de poder formado entre o Estado e as empresas têm contribuído para a manutenção dos problemas sociais no Brasil, existindo uma verdadeira troca de favores que tem causado o retrocesso de diversas políticas públicas, como a socioambiental. Segundo o autor, o lobby dos representantes de setores da economia sobre os governos legislativo e executivo, principalmente, tem causado, pouco a pouco, o desmonte da política ambiental brasileira.

Isso ocorre, resumidamente, da seguinte forma, representantes de setores da economia financiam eleições em troca de apoio político, fazendo com que sejam priorizados os interesses do capitalismo, principalmente através do discurso do desenvolvimento. No caso da questão ambiental, esse fenômeno pode aumentar e intensificar a ocorrência de impactos socioambientais negativos no Brasil, conforme foi observado anteriormente, pois o Estado tende a facilitar a instalação de projetos de desenvolvimento e na ocorrência de desastres, busca minimizar os efeitos negativos provocados sobre os atingidos (OLIVEIRA, 2012).

Os exemplos dos empreendimentos e de seus impactos resumidamente apresentados, serviram para mostrar, sob a ótica da história ambiental, que existe uma tendência na instalação de grandes projetos, subsidiados pelo discurso do desenvolvimento, de provocar intensas modificações socioambientais incapazes de serem compensadas ou remediadas, ao contrário do que é apresentado para a sociedade e comunidades que recebem esses empreendimentos. E mesmo com a repetição desses eventos, os interesses político-econômicos continuam a desconsiderar os aspectos sociais e ambientais.

Neste sentido, a Amazônia se encontra em um contexto contraditório, pois mesmo sendo fornecedora em potencial hidrelétrico entra em contraste com a falta de serviços básicos como

água potável e saneamento. À população somente são destinadas medidas compensatórias mínimas se comparadas aos impactos socioambientais causados pela construção e funcionamento desses empreendimentos.

CAPÍTULO 2: PASSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E FONTES PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL

Após apresentar como o discurso do desenvolvimento que promove a ilusão de um progresso e benefícios para toda a sociedade nacional, vimos que a implantação e operação de usinas hidrelétricas, e de outros empreendimentos de grande porte, acaba, muitas vezes tendo efeitos e impactos negativos sobre as populações. Estes impactos são minimizados em prol do argumento falacioso de que os projetos são sinônimos de desenvolvimento para as regiões que os recebem.

Neste capítulo, apresentaremos a importância da história ambiental para o processo de desconstrução das narrativas desenvolvimentistas que veem com descaso o meio socioambiental, e de como essa vertente da história pode auxiliar esta pesquisa no processo de identificação e análise de novos fenômenos socioambientais provocados pela atividade hidrelétrica.

2.1. A HISTÓRIA AMBIENTAL “COMPROMETIDA COM A VIDA”: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Trazer a história ambiental para a luz desta discussão é de extrema relevância, na medida em que ela estuda o ser humano vivendo um processo de interdependência com a natureza, ou seja, como parte integrante do meio ambiente. Não é nosso objetivo trazer todos os trajetos percorridos pela história ambiental, pois além do espaço insuficiente da pesquisa, fugiríamos totalmente do foco a que nos propomos. No entanto, foi realizado um levantamento objetivo sobre as bases da história ambiental, verificando em que sentido ela pode agregar com a história das construções hidrelétricas presentes no rio Araguari, já que, conforme veremos, a mesma afirma que o homem e a natureza vivem uma relação de interdependência.

Segundo Gilmar Arruda (2015) e José Augusto Pádua (2010), a história ambiental se estruturou e desenvolveu no início da década de 1970 surgindo uma associação de estudos históricos e inclusive uma revista com o nome “História Ambiental”. Para Arruda (2015), no Brasil, os pioneiros deste campo foram José Augusto Pádua e José Augusto Drummond, embora alguns acreditem ser Sérgio Buarque de Holanda, o precursor.

Para Arruda (2015, p. 3) a importância em se estudar esse campo da historiografia não é apenas entender o cenário natural, mas compreender que ele não está estagnado, mas que

influencia e é influenciado pela própria natureza, em resumo “trazer a natureza para a cena concreta da história”. Ou seja, para o autor a sociedade não deve ser vista separada da natureza, como se a natureza fosse inexistente ou fosse apenas uma paisagem.

Para Arruda (2015) as pesquisas sobre o campo da história ambiental têm buscado destruir alguns mitos relacionados à relação dos humanos com a natureza. Um desses mitos é acreditar que a natureza é virgem, intocada e vive constantemente ameaçada pela ação humana. No entanto, através das pesquisas na história ambiental se pôde constatar que a natureza nunca foi virgem, nem totalmente equilibrada, em resumo, ele acredita que a história ambiental venha demonstrar as marcas da ação humana, onde só se via natureza.

Pádua (2010) realiza um levantamento bibliográfico sobre a evolução desse campo da história, destacando que primeiro se faz necessário levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos. Para Arruda (2015), a natureza cada vez mais vem se apresentando como algo que se constrói e se reconstrói ao longo do tempo, afastando a visão tradicional de que a natureza está pronta e acabada e que apenas o ser humano era capaz de modificá-la.

Para Pádua (2010), a história ambiental não deve ser vista como uma redução, mas como uma ampliação da análise histórica. Não reduzindo a análise histórica ao biofísico, como se ele fosse capaz de explicar todos os outros aspectos, mas incorporá-lo junto com dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas buscando uma ampla e inclusiva abordagem histórica:

As pesquisas de campo e as transformações sociais contemporâneas convergem no sentido da busca de teorizações mais abertas. Cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens “naturais”. Ao mesmo tempo, nota-se a forte diversidade das formas de percepção cultural do mundo biofísico e de sua relação com a vida humana, seja em sentido diacrônico, seja em sincrônico (PÁDUA, 2010, p. 94).

Ou seja, Pádua (2010) se preocupa ainda com o dualismo natureza versus ser humano, em que ambos não devem ser vistos como partes antagônicas, mas como pertencentes ao meio ambiente, interagindo um com o outro, sempre entrelaçados. Pois, em parte, o crescimento da história ambiental se explica, como dito anteriormente, por essa capacidade em se ampliar a análise histórica, bem como em trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos.

A história ambiental tem se apresentado atualmente como um campo diversificado de pesquisa, pois envolve os sistemas sociais e naturais em constante interação. Ela envolve realidades florestais, rurais, urbanas e industriais, englobando questões políticas, econômicas,

sociais e culturais. Majoritariamente, a história ambiental ocorre por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos, como uma região florestal, uma cidade, dentre outros.

Portanto, para a história ambiental tanto os fatores biofísicos, os sociais ou os culturais são relevantes, pois os mesmos se inter-relacionam, construindo, destruindo e reconstruindo inúmeras formas materiais e culturais, dizimando a então visão dualista entre natureza e sociedade.

Para Drummond (1991) a história ambiental é resultado de um projeto “reformista” de alguns historiadores, “é uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (natural) e o social”. E ainda, o autor considera isso uma grande mudança nos paradigmas das ciências sociais, pois o cientista social passa a dar à natureza um caráter modificador da cultura.

Drummond (1991) faz ainda um levantamento de algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental. A primeira característica é o fato de que quase todas as pesquisas focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial, dentre outros. Fazendo com que a história ambiental se aproxime bastante da história natural.

A segunda característica é o diálogo com quase todas as ciências naturais, com referências aos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas. A terceira característica da história ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes tipos civilizatórios das sociedades humanas. Os historiadores ambientais fogem, segundo o autor, do determinismo natural, tecnológico ou geográfico, mas não conseguem ignorar que os quadros naturais na história e na cultura das sociedades influenciam diretamente nas construções históricas.

A quarta característica a considerar é a grande variedade de fontes pertinente ao estudo das relações entre sociedade e o meio ambiente. Os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos etc. ou seja, tudo enfim, que permita ver (a) quais recursos naturais são locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento.

A quinta e última característica da história ambiental levantada por Drummond (1991), é o trabalho de campo. Frequentemente os historiadores ambientais viajam aos locais estudados e usam as suas observações pessoais sobre paisagens naturais, climas, flora, fauna, ecologia e também sobre as marcas rurais e urbanas que a cultura humana deixa nessas paisagens.

Evidentemente podem aproveitar para explorar fontes locais: entrevistar moradores antigos, consultar arquivos e cientistas que trabalham na região.

Flores-Coelho, Azevedo e Klever (2020) assim como Arruda (2015) e Pádua (2010) afirmam que o tema do meio ambiente e preocupações com discussões socioambientais ganharam alcance na pesquisa história a partir da década de 70. Dos anos 70 em diante só vêm aumentando o debate público de diferentes áreas do conhecimento relacionado a ecologia, onde pesquisa sobre a temática são desenvolvidas no sentido de compreender o fenômeno histórico não somente a partir dos agentes humanos, mas também dos agentes naturais.

Pesquisas que segundo Flores-Coelho, Azevedo e Klever (2020) vão desde a história ambiental de empreendimentos coloniais até estudos que medem a gestão da água e o saneamento básico, dentre outros temas até chegar nas mudanças climáticas e no Antropoceno. Neste sentido, a Oficina do Historiador lançou em 2019 um dossiê intitulado “História e Ambiente”, para que pesquisas históricas que dissertem sobre impactos socioambientais gerados por processos de modernização, industrialização e urbanização possam ser publicadas. Pesquisas que tragam para o conhecimento histórico a dicotomia Cultura vs. Natureza.

Esse dossiê conta com onze artigos publicados e uma resenha de livro, trazem informações sobre situações complexas desenvolvidas ao redor do mundo, com especificidades entre si. Sobre o Brasil, por exemplo, trazem pesquisas bibliográficas desenvolvidas nas regiões da Amazônia, da Bahia, do Cariri cearense e, no Rio Grande do Sul, tanto do Alto Uruguai como no Vale do Sinos. A publicação desse dossiê veio para alargar ainda mais o leque de possibilidades de se produzir conhecimento histórico atrelado a História Ambiental, como propõem a nossa pesquisa.

Portanto, reiteramos a importância em se estudar a história ambiental, pois a mesma, conforme vimos, amplia o leque para a compreensão da análise histórica, incorpora aspectos tanto sociais como naturais e, principalmente faz uso da pesquisa de campo assim como a história. Neste sentido, a história ambiental pode auxiliar de maneira muito positiva na nossa pesquisa, já que tratamos das construções hidrelétricas e seus impactos causados às pessoas e ao meio ambiente.

2.2. METODOLOGIA E FONTES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA AMBIENTAL PARA A REGIÃO DE FERREIRA GOMES, NO AMAPÁ

A construção de hidrelétricas tem causado diversas alterações no cotidiano das comunidades nas quais as mesmas são inseridas. Mudanças, por exemplo, no curso das águas,

na paisagem do local, no aumento descontrolado do número de habitantes e, alterações nas vivências de pessoas que moram por gerações nesses locais, dentre outros.

No entanto, as comunidades afetadas por esses empreendimentos quase sempre são as menos assistidas, primeiro pela própria geração de energia e principalmente nas consequências negativas provenientes da mudança do espaço que acarreta modificações na paisagem local, altera os vínculos da população daqueles que migram e dos que tiveram que reconstruir suas vidas em razão do novo ambiente imposto pela barragem e que aos poucos gera perda da identidade com esses locais e suas referências históricas guardadas, que eram transmitidas de uma geração a outra.

Às pessoas que sofrem impactos direta ou indiretamente com a construção de empreendimentos hidrelétricos se convencionou chamar de “atingidos”. Sobre este conceito Vainer (2008) levanta uma discussão do que vem a ser os atingidos, fazendo um histórico de como esse conceito vem se destacando, dentro desse processo de construção de empreendimentos. Ele afirma que foi com a necessidade da legislação ambiental que as questões sociais, ambientais e o próprio conceito de atingidos ganharam relevância.

Ainda hoje o que sobressai nas discussões sobre a construção de hidrelétricas são as concepções e estratégias territoriais-patrimonialistas, que circunscreve o problema em apenas duas dimensões: em que o território atingido é somente a área a ser inundada e a população atingida é constituída apenas pelos proprietários das terras que será inundada. Neste sentido os empreendedores se ocupam em apenas avaliar e negociar as desapropriações e, nesse processo, a população se torna apenas um obstáculo a ser removido.

Vainer (2008) destaca a concepção híbrida, a qual identifica atingido como o inundado, restringindo os efeitos do empreendimento somente à área a ser inundada, passando o atingido a ser considerado como inundado. Ou seja, outros indivíduos não atingidos pela água ficam excluídos da responsabilidade dos empresários com os efeitos sociais do projeto.

Afirma ainda Vainer (2008) que as perdas sociais diante de um projeto de construção de usinas hidrelétricas não podem se restringir ao que é material ou financeiro, pois existem perdas que são resultantes da “própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos materiais (religiosos, culturais)”. (VAINER, 2008, p. 5). Portanto, os indivíduos atingidos carregam consigo uma gama de vivências e tradições que devem ser levadas em conta pelos empreendedores. Sintetizando, para Vainer (2008) atingidos diz respeito:

“[...] ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores [...] estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos como legal-seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária” (VAINER, 2008, p. 40).

Desse modo, Vainer (2008) deixa evidente sua preocupação com o próprio conceito de atingidos, já que para os empreendedores diz respeito somente a uma parcela da sociedade envolvida, ou seja, aquelas atingidas diretamente pelo projeto e só consideram como perdas aquilo que pode ser ressarcido financeiramente. No entanto, destaca-se ainda que existem perdas sentimentais e de vivências que são irreparáveis e que, na maioria das vezes, deixam traumas irreversíveis, como as tradições e costumes daqueles que carregam consigo as histórias de seus antepassados.

Célio Bermann (2007) evidencia a desconsideração, por parte dos empresários com relação às populações que vivem às margens dos rios, as quais veem suas tradições e costumes desaparecerem mediante a construção do projeto e, algumas dessas famílias são expulsas de suas terras e as indenizações, quando pagas, não conseguem direcioná-las a lugares similares ao que viviam anteriormente. Como afirma o autor:

As empresas e o governo deverão respeitar os direitos das populações atingidas, não se utilizando do uso de pressão ou coação, para forçar as famílias a saírem das terras ou aceitarem as negociações. Trata-se de garantir os direitos das populações atingidas em assegurar a reconstrução das suas condições de vida (BERMANN, 2007, p. 10).

Assim como Vainer (2008), Bermann (2007) enfatiza o direito em se respeitar as populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos. No entanto, diferentemente de Vainer (2008), Bermann (2007) não se preocupou, em primeiro momento, conceituar o que são “atingidos” e nem os atores sociais que se encaixam nesse conceito.

Azevedo e Fernandes (2016), objetivam analisar o “desastre” ambiental, político, econômico e social causado especificamente pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Com o propósito de aprofundar as características relacionadas à participação social no processo de negociação dos atingidos por barragens no Brasil e no mundo.

Azevedo e Fernandes (2016) assim como Vainer (2008), procuram primeiramente conceituar “atingidos”, especificamente os atingidos por barragens, que para eles possui vários significados, refletidos numa disputa no contexto de barragens e de outros empreendimentos dessa natureza. Os autores procuram fazer um levantamento histórico sobre o conceito de

atingidos, destacando que em primeiro momento, os atingidos eram aqueles habitantes vistos como um obstáculo a ser removido pelos empreendedores.

Azevedo e Fernandes (2016) destacam ainda, assim como Vainer (2008), a concepção híbrida de atingido por barragem, em que esse atingido passou a ser aquele que era afetado pela inundação, incluindo os ocupantes, os posseiros e os meeiros, desconsiderando a população circunvizinha dos alagamentos. No entanto, segundo os autores, o MAB, posteriormente, passou a considerar como atingido toda a população afetada de forma direta ou indireta pela construção de empreendimentos que utilizam barragens em sua estrutura, como hidrelétricas e mineradoras, e não somente aqueles que viviam nas áreas alagadas como outrora se acreditava.

Porém, Azevedo e Araújo (2016) alertam que com a ausência de um marco legal específico no Brasil, o termo atingido continua um campo aberto, sujeito a disputas e conflitos de interesses entre os atores sociais que se configuram diante da construção de grandes empreendimentos de geração de energia. Prevalendo no país um contexto jurídico, social, econômico, ambiental e político de insegurança, no qual se convive com uma realidade de violações de direitos humanos.

Borges e Silva (2011) apresentam uma discussão que a construção de uma usina hidrelétrica provoca mudanças em diversos ambientes, como o físico, sociocultural e econômico, ou seja, os impactos não se limitam apenas à área inundada pela usina:

São afetadas populações, que vivem a jusante da barragem e que de alguma maneira utilizam dos recursos existentes-tais como águas, florestas, pastos, estradas-destruídos pelo projeto (...). Existem também populações que ficam no entorno dos reservatórios, depois das barragens construídas, e que sofrem prejuízos incalculáveis. É o caso de comunidades que ficaram muito reduzidas porque muita gente foi embora (...) alguns dos principais impactos somente são sentidos depois de concluída a obra e decorridos alguns anos (BORGES; SILVA, 2011, p. 3).

Para esses autores, o afastamento da população dificulta a luta e a organização dos atingidos pelo projeto, fazendo com que essas pessoas carreguem consigo um sentimento de perda de parte de sua história, à qual jamais poderá ser resgatada já que as mesmas se estabelecerão em outro espaço, mantendo somente na memória as lembranças passadas.

De forma geral, já deve ficar estabelecido desde já que o “atingido”, nesta pesquisa, é todo aquele que é afetado pelas usinas hidrelétricas, seja de forma direta, como, por exemplo, com a realocação para outro local de moradia devido a inundação, ou de forma indireta, como a perda de sua identidade/memória, vivências tradicionais, enquanto ator social pertencente àquele local.

Podemos compreender de forma concisa que cada um dos conceitos utilizados é relevante para a presente pesquisa. Os mesmos estão entrelaçados entre si e acabam por auxiliar na compreensão do que vem a ser a pessoa ou as pessoas atingidas por um empreendimento hidrelétrico, que características de uma sociedade passada ela carrega consigo, como ela poderá se ver fora do ambiente em que já está habituada, seja pelo nascimento, seja pelo longo período de moradia.

Antes de falarmos qual a metodologia e quais as fontes utilizadas na presente pesquisa gostaríamos de reiterar que no rio Araguari, como já definido por Corrêa (2018), existe um complexo hidrelétrico e que, partindo desse pressuposto, o trabalho não tem como objetivo abarcar com profundidade todas as hidrelétricas presentes na região, tampouco suas formas de mitigação para os impactos causados aos moradores de Ferreira Gomes, em todas suas dimensões.

Portanto, entre os três empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Araguari, escolhemos priorizar a análise sobre os acontecimentos relacionados a UHE Ferreira Gomes, sob a responsabilidade da empresa Ferreira Gomes Energia, como estudo de caso.

Para alcançar os objetivos propostos e confirmar, ou não, as hipóteses sugeridas, foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, sobre os temas desenvolvimento, história ambiental e impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos e hidrelétricas na Amazônia. Foram utilizadas como fontes livros, teses, dissertações e artigos em arquivos pessoal e eletrônico. O objetivo desta etapa foi de consolidar a base teórica para subsidiar e familiarizar o (a) leitor (a) com o tema da pesquisa, de modo a facilitar as conexões e entendimentos pertinentes. Os resultados dessa fase estão concretizados nos capítulos 1 e 2.

Após essa etapa, foi realizada a pesquisa documental para o estabelecimento de fontes que apresentassem o contexto do problema desta pesquisa e os seus desdobramentos. De acordo com Carla Pinsky *et al* (2005), as fontes para pesquisa em história dependem do interesse e da realidade do historiador. Para Pinsky *et al* (2005), as fontes são uma terminologia utilizada pelos pesquisadores para apontar uma infinidade de produções e registros do ser humano, que são analisadas para interpretar e compreender o que estes artefatos podem dizer sobre determinada sociedade. São exemplos de fontes: documentos, partituras, pinturas, esculturas, arquivos audiovisuais, objetos, fotografias, entre outros.

Apesar de existir uma série de fontes, cada uma é e deve ser analisada de forma diferente. Segundo Edson Silva, Francieli Santos e Cláudio DeNipoti (2011), para cada tipo de fonte são aplicadas metodologias específicas de análise. Não se pode investigar, por exemplo, os resultados da transcrição de uma entrevista como se trata um documento oficial, pois as

linguagens e representações são bem distintas. Dessa forma, o (a) historiador (a) deve ter ciência que sua abordagem se refletirá nos resultados da análise da sua fonte.

Outra característica importante apontada por esses autores, é a necessidade de considerar o contexto da fonte para construção da interpretação e análise. Ou seja, quem a produziu, qual sua finalidade, quais os atores envolvidos, a sua localidade, universo político, econômico, social, entre outras possíveis características. Por isso, sempre é necessário considerar que a fonte é portadora de um discurso, de um ponto de vista, de uma causalidade, portanto, não pode e nem deve ser vista como uma reprodução fiel da realidade.

Claudinei Mendes (2011), argumenta que, devido a fonte ter uma personalidade, é recomendado, de acordo com as características da pesquisa, que o historiador busque fontes diversificadas para melhor compreender o fenômeno estudado. Ou seja, quanto maior o número e tipos de fontes utilizadas para análise de algum fato, melhor será o entendimento do tema estudado e o seu contexto em determinado período.

Nesse sentido, esta pesquisa fez uso de dois tipos de fontes diferentes para ter uma análise diversificada do fenômeno: (I) documentos institucionais em meio eletrônico e, (II) publicação de reportagens em jornais digitais. Os documentos institucionais são referentes aos processos realizados pelo Ministério Público do Amapá (MP-AP) e o Ministério Público de Ferreira Gomes (MP-FG).

Os documentos institucionais são: (I); Ação Penal n. 0001628-26.2015.8.03.0006 de 2015 do MP-FG, que trata sobre a denúncia feita contra a empresa Ferreira Gomes Energia sobre a mortandade de peixes no rio Araguari; (II) a Ação Civil Pública do MP-AP n. 1627 de 2015, que versa sobre as penalidades contra a empresa Ferreira Gomes Energia devido à mortandade de peixes ocorrida no rio Araguari; (III) o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de 2017, que versa sobre as penalidades e os acordos firmados entre a empresa, Estado e os atingidos e; (IV) o Procedimento Administrativo do MP-FG n. 0000088-87.2019.0.04.0006 de 2019, que acompanhou e registrou se os acordos firmados entre os atingidos e a empresa foram cumpridos.

Os documentos institucionais foram obtidos por meio de visitas de campo realizadas no Ministério Público de Ferreira Gomes. Esses documentos foram escaneados pelo órgão público e entregues às pesquisadoras em meio eletrônico, em arquivo digital do tipo *Portable Document Format* (PDF). Os arquivos resultaram em um acervo de 474 laudas. Os documentos foram lidos na íntegra, sendo utilizados nesta pesquisa apenas os trechos relacionados aos objetivos propostos neste trabalho.

Quanto ao contexto da fonte, o Ministério Público é um órgão independente da administração pública, sendo uma instituição permanente e autônoma, que tem como uma de suas funções defender o interesse coletivo e difuso. Nesse sentido, Mary Corrêa (2014), afirma que o Ministério Público se consolidou na história do Brasil como um órgão defensor dos direitos socioambientais, tendo papel importante no processo de defesa do meio ambiente e das populações atingidas por impactos ambientais.

Em relação as reportagens em jornais digitais, foi investigado o que havia sido publicado a respeito do objeto de estudo nos principais meios de comunicação jornalística do Amapá, entre eles, o Portal G1, Blog Seles Nafes e Portal do Governo do Amapá. De acordo com Fábio Almeida (2011), os arquivos em meio eletrônico se tornaram uma nova categoria de fontes documentais para as pesquisas em história. Segundo o autor, a facilidade em se obter os registros em meio eletrônico é um grande avanço, porém, é necessário que o pesquisador tenha certeza da autenticidade do registro.

Para Almeida (2011), as fontes em meio eletrônico apresentam um grande potencial de apresentar inverdades, devido à facilidade para publicação e divulgação. Nesse sentido, o autor recomenda para pesquisa, o uso de sítios digitais com reputação consolidada, como sítios governamentais, jornais de boa reputação e de tradição, sítios de universidades e instituições de pesquisa, entre outros.

Sobre o contexto da fonte, é importante destacar que os canais de notícias utilizados nesta pesquisa são de organizações privadas e governamentais, desta forma, podem ocorrer diversas interpretações do objeto de estudo nas publicações utilizadas como fonte, com diversas tendências. Nesse sentido, a análise das informações de ambas as fontes foi realizada levando em consideração as metodologias de crítica externa e interna.

Segundo Edson Silva, Francieli Santos e Cláudio DeNipoti (2011), a crítica externa diz respeito a análise do documento em si. Ou seja, busca verificar a autenticidade e a procedência do registro, com o objetivo de verificar se as informações contidas são verdadeiras ou falsas. A crítica interna é um ato hermenêutico, tem a função de verificar a credibilidade e contexto das informações contidas na fonte e interpretá-las.

A crítica externa dos documentos institucionais foi feita no momento da visita de campo no MP-FG, em que os documentos foram previamente consultados e depois escaneados. Posteriormente, foram verificadas possíveis características nos documentos escaneados que pudessem ilegitimar sua procedência, como ausência de assinaturas, borrões, incompreensibilidade, entre outros. Os documentos foram considerados verdadeiros. Quanto às fontes de jornais, foram consultados os indicadores de confiabilidade dos sítios em que estão

hospedadas as plataformas, como selo de autenticidade e segurança digital e endereço eletrônico. Essas fontes também foram consideradas verdadeiras.

A crítica interna foi realizada a partir das informações extraídas e analisadas das fontes, sendo realizada a interpretação dos conteúdos e os cruzamentos de informações, com o objetivo de verificar tendências e/ou contrapontos nas narrativas e os desdobramentos dos eventos relacionados ao objeto de estudo. Os resultados das interpretações também foram confrontados com demais autores da área, de modo a promover o discurso e o debate que cercam os eventos ocorridos e analisados.

Nas viagens de campo realizadas em busca de fontes para a pesquisa fomos até a área de funcionamento da UHE Ferreira Gomes, onde fomos recebidas com bastante receio e não obtivemos sucesso ao solicitarmos documentações referentes à usina. Também fomos infelizes na busca de documentos nos órgãos como Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes e o Fórum do Municipal. Inclusive na prefeitura um funcionário nos afirmou existir documentações sobre a referida usina, no entanto, não poderia disponibilizar. Não foi dada explicação para a negação do nosso pedido.

Também foram durante as viagens que podemos fotografar construções realizadas pela Ferreira Gomes Energia que serviram para complementar a pesquisa em relação aos desdobramentos do conflito entre a empresa, o Estado e os atingidos. Como resultado, foi apresentado o percurso, os desdobramentos, as críticas e as considerações sobre os eventos relacionados aos impactos socioambientais provocados pela UHE Ferreira Gomes sobre a comunidade local.

CAPÍTULO 3: O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO, AS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ

A revisão realizada nos capítulos anteriores foi fundamental para balizar os resultados desta pesquisa, pois compreender as variáveis e a complexidade das relações entre os atores envolvidos neste trabalho só pôde ser minimamente realizada após uma longa contextualização do conflito que permeia o discurso do desenvolvimento e seus efeitos, à luz da história ambiental.

Neste capítulo final, vamos situar e delimitar o problema da pesquisa do macro para o micro, começando pelos efeitos do discurso do desenvolvimento no Amapá e, aos poucos, adentrar no caso da UHE Ferreira Gomes, apresentando suas características, seu contexto e os impactos causados na região do rio Araguari e, principalmente, sobre a população diretamente atingida pela instalação e operação da usina.

3.1 O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS A PARTIR DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Partindo das afirmativas que a região do Araguari já possui usinas hidrelétricas em pleno funcionamento e que já estão nos planos da ANEEL a construção de outras usinas, escolhemos a cidade Ferreira Gomes como espaço físico para a nossa pesquisa já que as hidrelétricas construídas, com destaque para a UHE Ferreira Gomes, estão localizadas em seu entorno e, seus municípios sofrem de forma direta e/ou indireta os impactos gerados pelas mesmas.

Conforme vimos, o discurso de desenvolvimento traz consigo a exposição de benefícios que abarcarão tanto as comunidades onde os empreendimentos hidrelétricos serão instalados quanto ao progresso como um todo. No entanto, verificou-se que por trás desse discurso, existem comunidades direta ou indiretamente atingidas negativamente pelos grandes empreendimentos, as quais carregam consigo diversos sentimentos que vão desde incapacidade, tristeza, lembranças, até o de revolta ao se perceberem distantes do modo de vida a que estavam habituadas no período anterior à construção.

A região do rio Araguari com três hidrelétricas já instaladas e, como área promissora a futuras instalações hidrelétricas, não está aquém desse discurso de progresso que acaba por beneficiar um grupo social em detrimento de outros. Para tanto, veremos adiante obras de

autores que se empenharam em escrever sobre os empreendimentos hidrelétricos instalados no Estado do Amapá, mais especificamente localizados na Bacia hidrográfica do rio Araguari, ressaltando que consequências essas instalações trouxeram para as comunidades localizadas em seu entorno.

A primeira obra utilizada nesta pesquisa é a dissertação de Katrícia Corrêa intitulada “A formação do complexo hidrelétrico no rio Araguari: impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes, Amapá” (2018), a qual começa por afirmar a singularidade da sua pesquisa por resgatar e discutir de maneira inédita o termo “Complexo Hidrelétrico” nas pesquisas realizadas sobre as três hidrelétricas instaladas no rio Araguari, Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão e seus impactos.

Corrêa (2018) traz como objetivo geral de sua pesquisa a análise dos impactos no ordenamento do território do município de Ferreira Gomes, causados pelo Complexo Hidrelétrico no rio Araguari, já que, conforme a autora, a produção e a expansão territorial, decorrente da instalação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil como um todo, incluindo a Amazônia brasileira, são impulsionadas, preferencialmente pela “exploração de recursos naturais, bem como a implementação e manutenção de atividades industriais, para então subsidiar os centros urbanos e demandas provenientes de áreas rurais” (CORRÊA, 2018, p. 41).

Nesse aspecto, a autora demonstra que o discurso do desenvolvimento na Amazônia e no Amapá, apresenta conflitos e inverdades, que acabam por beneficiar apenas uma parte da sociedade (o grupo detentor do direito de explorar os recursos naturais locais e os centros urbanos que receberam e se beneficiaram do serviço da hidrelétrica), enquanto a outra sofre diretamente com as consequências que o processo de instalação e operação das hidrelétricas provocam nas dinâmicas do território, no meio ambiente e, conseqüentemente, no seu modo de vida.

A formação do complexo hidrelétrico do Araguari, compõe a terceira fase energética do Amapá - a fase da integração nacional. Para Corrêa (2018), a origem da formação do Complexo do Araguari ocorre a partir de 1996 quando foi celebrado um convênio entre a ANEEL e a ELETROBRÁS (hoje ELETRONORTE) para que se elaborasse um inventário hidrelétrico na bacia hidrográfica do Araguari.

Foram inventariados seis aproveitamentos hidrelétricos para a região, que juntos seriam equivalentes a uma potência 602 Mega Watts. Três deles já foram concluídos: a UHE Ferreira Gomes (UHFG) em 2015, a repotencialização da Coaracy Nunes (UHCN), intitulada Coaracy Nunes II em 2007 e a UHE Cachoeira Caldeirão (UHCC) em 2016. Logo, “cerca de 91% do

potencial inventariado pela ANEEL foi concretizado pelas três usinas: UHCN, UHFG e UHCC” (CORRÊA, 20018, p. 75).

A distância entre os empreendimentos hidrelétricos presentes no rio Araguari dista aproximadamente 10 km uns dos outros. Deduz-se, neste sentido, que os impactos gerados pelos mesmos possuem interação complexa, que vai além da vinculação ao Sistema Integrado Nacional (SIN). Ou seja, os empreendimentos impactarão de forma conjunta o território de suas áreas de influência, devido, justamente, a essa proximidade geográfica entre eles (CORRÊA, 2018).

É importante destacar também que, devido à proximidade entre as hidrelétricas, torna-se difícil compreender e mensurar as dimensões e o alcance dos impactos socioambientais provenientes dos empreendimentos. De acordo com Luis Enrique Sánchez (2013), quanto maior a quantidade de atividades presentes numa mesma área, mais complexo se torna medir seus impactos socioambientais e suas sinergias.

Segundo esse autor (SANCHEZ, 2013), as sinergias representam a reverberação que os impactos socioambientais causados em uma determinada região se refletem em outra, podendo ser de forma similar ou completamente diferente. Ou seja, por exemplo, o comprometimento da atividade pesqueira causada por uma hidrelétrica na Amazônia pode fragilizar ou mesmo comprometer o acesso a esse alimento no Nordeste.

O maior problema dos efeitos sinérgicos é a dificuldade em responsabilizar os empreendimentos, o que tem sido um grande desafio no Brasil. Uma vez que, a legislação ambiental define as áreas que as empresas podem ser responsabilizadas, denominadas de áreas de influência. Essas áreas são denominadas: (I) Área de Influência Indireta (AII), corresponde a área potencialmente sujeita aos impactos da atividade; (II) Área de Influência Direta (AID), é a área que sofrerá os impactos diretos da instalação e operação da atividade e; (III) Área Diretamente Afetada (ADA), sendo a área diretamente impactada pela atividade (SÁNCHEZ, 2013).

Sánchez (2013) explica que, em sua maioria, os planos socioambientais obrigatórios, requisitos do processo de licenciamento ambiental, estipulam a execução de medidas de mitigação e prevenção dos impactos somente na ADA e na AID. Ou seja, nas áreas de influência indireta da atividade, enquanto que seus efeitos sinérgicos são desprezados, mesmo havendo indícios e previsão da sua ocorrência.

Portanto, podemos perceber que os efeitos e os impactos socioambientais negativos do complexo hidrelétrico do Amapá, podem e devem estar além do que percebemos e imaginamos. Uma vez que, não há um acompanhamento efetivo dos efeitos sinérgicos da atividade no rio

Araguari, apenas o estipulado pelo órgão ambiental licenciador do estado. Isso se mostra como uma fragilidade e gera grande preocupação, não só para a população local, como para toda a sociedade amapaense.

Outro texto relevante para a pesquisa e que traz um apanhado sobre os empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari e suas consequências destacados por Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima e João Marcio Palheta da Silva (2016).

Conforme Silva, Lima e Silva (2016), os propósitos de suas pesquisas na bacia do Araguari, eram os de fornecer mais informações sobre os empreendimentos hidrelétricos no Amapá (com destaque para as cidades de Ferreira Gomes e Porto Grande) acerca do uso dos recursos naturais e dos impactos socioambientais causados pelos empreendimentos instalados no rio Araguari. Já que a atuação das grandes empresas tem causado impactos sociais e ambientais que alteram diretamente o modo de vida das populações que moram próximas às construções das usinas.

Silva, Lima e Silva (2016) realizaram uma pesquisa de campo no ano 2015 e puderam verificar que através da implantação dos grandes projetos na Amazônia amapaense se intensificou a explosão demográfica nos centros urbanos das regiões mais impactadas, como Ferreira Gomes e Porto Grande, pois, segundo eles, o que não falta no Amapá são projetos com ausência de planejamento.

Para exemplificar o que vem ocorrendo nesses empreendimentos, esses autores (SILVA; LIMA; SILVA; 2016) procuraram demonstrar que os grandes projetos de desenvolvimento no Amapá, acabam atraindo diversos trabalhadores em busca de emprego, que na fase de construção das usinas viabilizam a obra. No entanto, depois de terminadas as etapas de construção ficam à margem da sociedade, desempregados ou em atividades de subemprego, o que consequentemente auxilia no aumento dos índices de criminalidade.

Desse modo, podemos perceber que, os projetos de desenvolvimento no Amapá, principalmente as hidrelétricas, tem deixado um rastro de impactos socioambientais, percebidos nos índices de desemprego, no aumento da violência e da criminalidade e nos danos ao meio ambiente. Portanto, a promessa de progresso socioeconômico existente nos discursos das empresas de energia para o Amapá, fracassaram e apenas uma pequena parcela da sociedade foi de fato beneficiada pela atividade. O que corrobora com os registros e pesquisas da história ambiental no Brasil, em que os grandes empreendimentos, sob o discurso desenvolvimentista, deixam traços e estragos, muitas vezes irreversíveis, nas localidades que os recebem.

Ainda conforme Silva, Lima e Silva (2016), em relação à instalação de empreendimentos, da mesma forma como aconteceu em outros estados brasileiros, também

aconteceu no Amapá, em que a geração de energia elétrica se voltou para atender os grandes projetos e não a sociedade amapaense, acabando por refletir:

[...] diretamente nos impactos que atingiram as populações a montante e a jusante das obras das UHE, tanto com a desterritorialização de comunidades que existiam, quanto com o alagamento das margens dos rios que também foram impactados. Estes fatos desmobilizaram e desterritorializaram todo um contingente populacional local que tinha seu modo de vida atrelado aos costumes locais e que, com a construção das obras das UHE, foram direcionados como mão de obra, concorrendo com um contingente populacional imigrante que fluiu para os municípios próximos aos grandes empreendimentos. Nos dias de hoje, esse princípio continua, pois, novas empresas foram instaladas e novos projetos (minerometalúrgicos e hidroelétricos) estão sendo executados. (SILVA; LIMA; SILVA, 2016, p. 129).

Evidencia-se dessa forma que, assim como ocorre em outros Estados mais afastados dos grandes centros urbanos, da mesma maneira acontece no Estado do Amapá, pois as construções hidrelétricas, salvo especificidades referentes à UHE Coaracy Nunes, criada com recursos públicos e atualmente continua voltada para atender a população amapaense, as demais usinas foram instaladas com o intuito de atender aos grandes centros urbanos, localizados principalmente nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Segundo Silva, Lima e Silva (2016), a implantação das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão faz parte do segundo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC-2), sendo leiloadas, respectivamente pela ANEEL pelo preço de R\$ 69,78/MWh e R\$ 95,31/MWh. Esses valores estão abaixo dos preços de mercado que giram em torno de R\$ 100/MWh. Destacam ainda que, a energia é um dos diversos potenciais da região e a ausência da mesma colocou o Amapá junto com outros estados como o Pará e Rondônia como territórios possíveis a construções hidrelétricas.

Esses autores concluem que cerca 600 famílias foram atingidas diretamente pelos empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Araguari e, conforme o Tribunal de Justiça do Amapá, no ano 2015, foram pagas indenizações de vinte mil reais (R\$ 20.000,00) por danos materiais para residentes e trinta e cinco mil reais (R\$ 35.000,00) para comerciantes ou estabelecimentos mistos e uma soma de quase 400 famílias estão cadastradas pela Defesa Civil.

O Fórum de Ferreira Gomes possui mais de 700 ações que devem aguardar a finalização da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público. Também é aguardado resolução para o setor pesqueiro do Município de Ferreira Gomes, o qual foi atingido diretamente pela elevada mortandade de peixes, ocorrida no ano 2015. Sobre a mortandade de peixes falaremos com maior precisão na parte final deste capítulo.

Silva, Lima e Silva (2016) concluem ainda que “é urgente o desenvolvimento de Plano Integrado de Gestão e Previsão de Desastre das usinas hidrelétricas do rio Araguari, para evitar futuros danos ao meio ambiente e à sociedade local” (SILVA; LIMA; SILVA, 2016, p. 139). E, apesar dos esforços que se têm feito é necessário um debate de amplo alcance com os agentes responsáveis pela gestão e organização dos espaços no entorno do rio Araguari.

Renan Furtado, José Ferreira e Gilberto Yokomizo (2017) enriquecem a bibliografia sobre as hidrelétricas construídas no Amapá com a obra “Análise do estudo socioeconômico do licenciamento ambiental da hidrelétrica cachoeira Caldeirão no Amapá: êxitos e limitações”. Os autores se propõem a analisar o Licenciamento Ambiental (LA) da Cachoeira Caldeirão, no município de Ferreira Gomes, destacando as assertivas e as negativas presentes no licenciamento, levando em consideração as características socioeconômicas do município.

Furtado, Ferreira e Yokomizo (2017) ao analisarem o EIA/RIMA da UHE-CC, com foco nos impactos socioeconômicos resultantes da usina, destacaram diversos problemas. O primeiro deles é o fato do foco dos estudos se concentrar apenas nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande (áreas diretamente afetadas), desconsiderando as alterações que poderiam sofrer os outros municípios vizinhos: Tartarugalzinho e Cutias do Araguari.

Esse ponto observado pelos autores materializa os argumentos de Sánchez (2013) para o Amapá, de que, dificilmente os estudos e os planos para mitigação de impactos socioambientais são executados além das áreas de influência direta. A ausência da avaliação dos efeitos sinérgicos das atividades pode resultar em consequências extremamente danosas para as populações dos municípios vizinhos às hidrelétricas do complexo do rio Araguari. Portanto, podemos perceber que existe uma conivência do estado em facilitar a instalação dessas atividades, devido à inexistência de normas e procedimentos que responsabilizem as empresas sobre as sinergias resultantes da sua atividade.

Outros problemas apontados por Furtado, Ferreira e Yokomizo (2017), foram a ausências dos Termos de Referência (TR). O fato do grupo técnico ambiental se basear em TRs de outros Estados, desconsiderando as peculiaridades locais têm como consequência principal a inconstância na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A fragilidade do Código Ambiental do Estado acarreta na deficiência da avaliação dos impactos relacionados às indenizações das terras que seriam afetadas pelo reservatório, ou seja, não consta no LA, por exemplo, áreas de reassentamentos às famílias afetadas diretamente. O que consta é somente a compensação financeira.

Outra inconstância definida por Furtado, Ferreira e Yokomizo (2017), foi a deficiência nos programas para a segurança pública, saneamento básico e saúde, já que o estudo

desconsiderou parcerias com entidades públicas dos municípios afetados, o que pode ser explicado pela ausência da Legislação Estadual que se encontra há 22 anos inalterada. Em relação à infraestrutura das duas cidades, as áreas afetadas pelo inchaço populacional, de forma direta ou indireta, em decorrência da construção da usina não foram pensadas relacionando oferta, em termo de estrutura que os municípios oferecem, e o número de pessoas que precisariam de moradias.

Ainda relacionado à infraestrutura e, por meio do LA, os autores supracitados afirmaram que da empresa responsável pela construção da UHE-CC também foi cobrada abertura de estradas, matadouros, distribuição de água tratada, construção de infraestruturas sociais e outros benefícios que trariam melhorias para a urbanização das áreas atingidas e, por consequência o bem-estar da população.

Furtado, Ferreira e Yokomizo (2017), levantam o seguinte questionamento “até que ponto a empresa realmente tem o interesse de corrigir os problemas detectados, já que a mesma já possui o LA para a sua atividade?”. Para responder a esse questionamento, os autores mencionam que existem interesses político-econômicos na execução de empreendimento desse porte, o que acaba prejudicando de forma circunstancial a eficácia do LA, já que questões de extrema relevância para a avaliação de impactos socioeconômicos e ambientais são postas em segundo plano no processo de obtenção da licença.

Portanto, fica claro que o discurso do desenvolvimento no Amapá, que resultou na instalação e operação de três usinas hidrelétricas no rio Araguari, sob a promessa de melhor qualidade de vida e melhorias socioeconômicas para a região, foi mentiroso, pois, o que verificamos foi a decadência dos indicadores sociais, econômicos e ambientais, e a energia gerada pelas usinas abastecendo centros urbanos fora do Amapá.

3.2 O MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, O RIO ARAGUARI E AS HIDRELÉTRICAS

O Estado do Amapá está localizado no extremo norte do Brasil, faz fronteiras com o Pará, Suriname e Guiana Francesa, sua capital é Macapá. O Amapá é o estado com o território mais preservado do país, sendo criado em 2002 o maior parque florestal do planeta, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, com uma área total de 3,8 milhões de hectares. A principal base do sistema de transporte é a navegação fluvial. A “existência de rios perenes navegáveis constitui um fator decisivo no processo de desenvolvimento da região” (ZEE, 2008, p. 64).

Conforme Corrêa e Porto (2017), a malha hídrica do estado do Amapá é considerada uma das mais abundantes da Amazônia. Possui 39 bacias hidrográficas e 21 sub-bacias que juntas representam uma área de 82.696 km² abrangendo os 16 municípios pertencentes ao estado, o que corresponde a aproximadamente 1% dos cursos hídricos de todo território nacional. Essa estrutura torna o Amapá, um Estado praticamente cercado de água. Na malha hídrica do Amapá, encontram-se as nascentes dos seus principais rios, com destaque para as bacias hidrográficas de Oiapoque, Jari e Araguari.

O rio Oiapoque faz fronteira com a Guiana Francesa, o rio Jari, delimita fronteira entre os estados do Pará e do Amapá, e o rio Araguari é o que representa o mais importante curso d'água do Estado na geração de energia e fornecimento de água para o abastecimento urbano, ficando atrás somente do rio Amazonas. A bacia hidrográfica do rio Araguari é a maior do Estado, com cerca de 42.170 km², o que significa ocupar aproximadamente um terço da área total do Amapá.

De acordo com Corrêa e Porto (2017) apud Eletronorte (1999), a bacia do Araguari possui uma área de drenagem equivalente a 30.850 km², desde o Município de Ferreira Gomes, até a ponte da BR-156. Neste sentido, o rio Araguari possui os trechos inferior, médio e superior, com características hidrológicas distintas. No trecho inferior estão a foz e a localidade de Ferreira Gomes sujeito à influência das marés. O trecho médio é um trecho juvenil, com muitas corredeiras e está localizado entre as cidades de Ferreira Gomes e Porto Grande. Já o trecho superior está entre Porto Grande e a confluência do rio Tajauí.

Sobre as características específicas de cada trecho que compõe o rio Araguari, Fabiano Belém (2019) aponta que possuem características distintas uns dos outros, no entanto, o trecho médio é o que demonstra maior potencial hidrelétrico, pois nesta área já estão construídas e em pleno funcionamento três usinas hidrelétricas. Assim escreve Belém (2019):

O alto rio Araguari caracteriza-se por passar por áreas de vegetação de floresta de terra firme, por uma geologia de embasamento cristalino que se caracteriza pela litologia de granito-gnáissico e magmático [...] principalmente, por serem de águas escuras causadas pelo processo de lixiviação da grande quantidade de matéria orgânica presentes nos solos do parque nacional montanhas do Tumucumaque [...]. O médio rio Araguari [...] é muito utilizada para a exploração de seixos e areia e se caracteriza por estar sobre uma região de embasamento cristalino. A litologia é composta por granodiorito, diorito e quartzo-diorito [...]. O baixo rio Araguari se sucede quando perpassa o município de Ferreira Gomes. Esta região do rio Araguari se caracteriza por passar pela planície sedimentar do terciário e quaternário [...]. É constituída por sedimentos não consolidados e faz com que a cor do rio Araguari mude de cor preta para rios de água branca. O baixo rio Araguari caracteriza-se por transportar uma grande quantidade de sedimentos e a presença de pequenas ilhas em seu curso (BELÉM, 2019, p. 124).

Conforme a primeira aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Amapá (2008), entre os rios Amapá e Araguari os ambientes de várzea incluem formas campestres e florestadas em diferentes estágios de formação e desenvolvimento e, em todas essas condições particulares de funcionamento, o ciclo de água é regulado pela movimentação das marés e pelos regimes pluviométricos.

Esses ambientes se alargam em extensão, compondo um grande sistema fluviolacustre, que envolve grandes lagos permanentes e temporários, os quais aumentam e diminuem de volume à medida que se considerem, respectivamente, os períodos de chuva (inverno) e de seca (verão).

Belém (2019) afirma que a bacia hidrográfica do rio Araguari apresenta uma vasta ictiofauna, servindo para os abastecimentos das comunidades ribeirinhas que estão localizadas ao longo do rio, como a comunidade do Princesa (Município de Tartarugalzinho-AP), comunidade do Tabaco (Município de Amapá-AP) e a comunidade do Santa Rosa (Município de Cutias-AP). E, em termos econômicos, a bacia do Araguari contribui para o Estado do Amapá com as atividades primárias da cultura bubalina, o que corresponde a quase 20% do PIB estadual.

Segundo Belém (2019), a bacia do Araguari sofre com a qualidade da água, principalmente no período de seca, já que o número de queimadas é elevado e os resíduos dessas queimadas são escoados pelos afluentes para a calha principal do rio Araguari, deixando a água bastante ácida e impedindo o seu consumo, fazendo com que as comunidades ribeirinhas que vivem a jusante da cidade de Cutias sofram com o não abastecimento de água.

Segundo o Plano Diretor da Cidade de Ferreira Gomes (2013), o rio Araguari é capitalizado quase que na sua maioria direta ou indiretamente os recursos de manutenção da população, sendo através de compensações pelo uso do potencial hídrico, pesca esportiva, pesca de subsistência, captação de água aos domicílios, hidrovia, irrigação de plantio e turismo com o fenômeno da pororoca e o carnaval fora de época, chamado de Carnaguari, que adota o nome do rio. Wellison Severino (2016) afirma que:

[...] o rio Araguari é utilizado para uma série de atividades produtivas e ao abastecimento de água para o consumo além de fonte de renda de populações tradicionais, ribeirinhas e das cidades próximas. É no rio que os pescadores tiram sua fonte de renda familiar e é por meio do rio que a agricultura nas margens é realizada (SEVERINO, 2016, p. 33).

Visto a complexidade da bacia do rio Araguari, é de se esperar que a instalação de usinas hidrelétricas na região do Araguari trará consigo impactos sobre o regime hidrológico, florestas,

economia e, atingirá diretamente as populações que necessitam do rio para a subsistência e geração de renda, principalmente para o pescador. Nesse contexto, é importante apresentar o contexto e como estão dispostas as UHE no rio Araguari.

Corrêa e Porto (2017) salientam que o Amapá já passou por 3 fases relacionadas ao desenvolvimento do setor elétrico. A primeira fase compreendeu a criação da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), como intuito de gerir a implantação de termelétricas que desse suporte à extração de manganês pela empresa Indústria e Comércio de Minério S.A. (ICOMI) e fazer um levantamento do potencial hidrelétrico do rio Araguari para a construção da UHE Coaracy Nunes (Paredão).

A segunda fase se destaca pela ampliação da demanda no setor elétrico para Macapá e a instalação de novas usinas termelétricas no Estado. Nesse período, a Eletronorte entra no cenário energético gerenciando a produção e distribuição de energia (anteriormente feita pela CEA), ficando a mesma também responsável pela conclusão das obras e na operação da UHE Coaracy Nunes.

A terceira e última fase destacada pelos autores, se caracteriza pelos investimentos aplicados no Amapá por grupos externos e privados concedidos através de leilões, para construção de grandes empreendimentos hidrelétricos ao longo do rio Araguari. Em termos de geração de energia, a bacia do rio Araguari é a mais explorada economicamente, pois nela estão construídas e já em pleno funcionamento três usinas hidrelétricas, Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão. O Mapa 1 indica a localização dessas usinas.

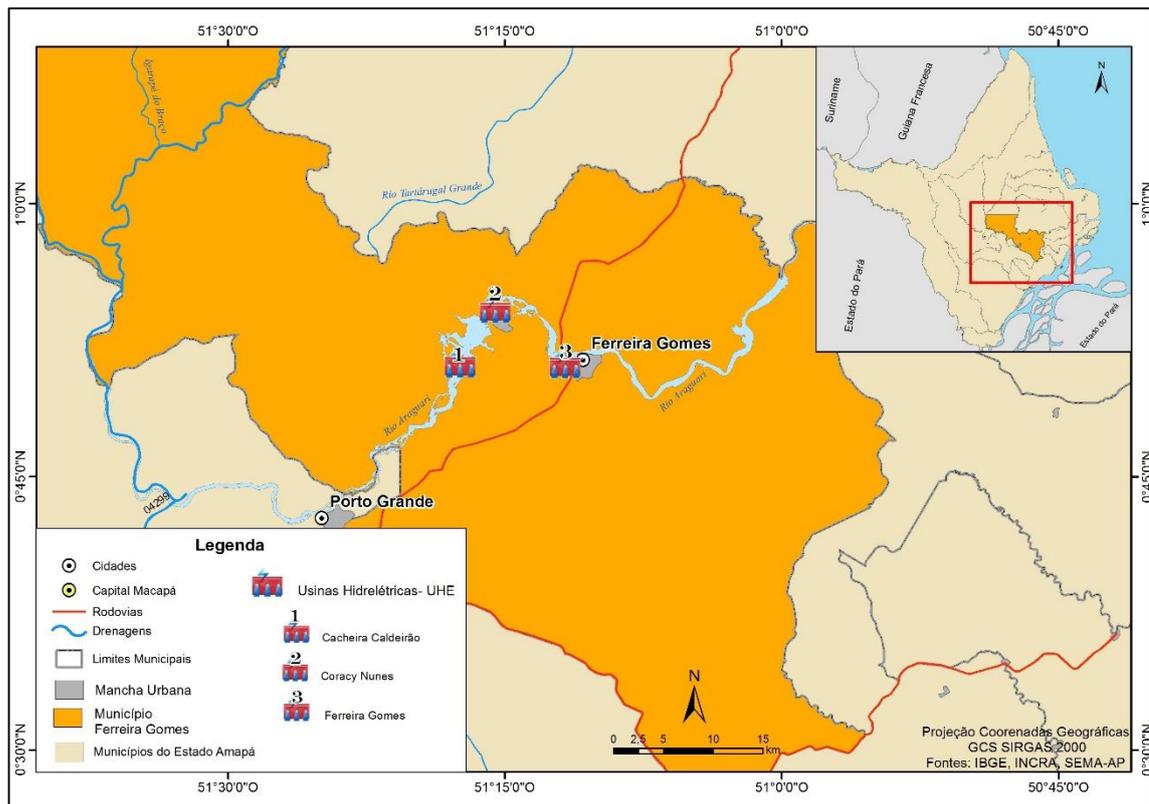
A primeira usina construída foi a UHE Coaracy Nunes, sua construção ocorreu em 1960 e sua ativação no ano de 1976. Essa usina hidrelétrica em contraste aos investimentos privados, é uma empresa pública e sua situação continua sendo “suprir a demanda energética de todo o Estado, com o auxílio das usinas termelétricas de propriedade da Eletronorte, como as do Município de Santana (UTE-Santana).” (CORRÊA; PORTO, 2017, p. 9).

No período de implantação da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (UHE-CN) não havia a exigência do EIA e nem do RIMA. Portanto, não havia como mensurar os impactos gerados, tampouco as populações atingidas pelo empreendimento. No ano de 2016 a usina completou 40 anos de operação comercial, mas as únicas fontes que se tem informações anteriores e posteriores à sua operação são o acervo da Eletronorte e raramente, o relato de experiências de alguns trabalhadores do período. (CORRÊA, 2018).

A usina hidrelétrica Ferreira Gomes (UHE-FG), segunda usina construída na bacia hidrográfica do rio Araguari, está localizada no trecho médio do rio, a jusante da UHE-CN, tangente à ponte Tancredo Neves na BR-156, nas proximidades da área urbana do município de

Ferreira Gomes e distante a cerca de 224,3 km da foz do rio Araguari, a área alagada pela usina é de 17,7 km². Possui potência instalada de 252MW, energia suficiente para atender uma cidade com cerca de 700 mil habitantes (CORRÊA, 2018).

Mapa 1 - Localização das UHE de Coaracy Nunes, Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes sobre o rio Araguari



Fonte: Elaborado pelo Geógrafo Dário Rodrigues Junior (2019).

De acordo com Corrêa (2018), esse empreendimento contou com investimentos totais de cerca de R\$ 1,32 bilhão, sendo 812 milhões de reais advindos do Governo Federal e a parte dos investimentos privados ficou por conta da construtora Odebrecht S. A. e pela Neoenergia Investimentos S. A. Em 2010 o empreendimento foi leilado e vencido pelo Grupo Alupar Investimento S. A., que se encarregou do gerenciamento da obra e atividades de geração de energia, que, por conseguinte, entraram em operação em 2015. Com relação aos aspectos ambientais da UHE-FG, o Plano Básico Ambiental (PBA) ficou na responsabilidade da empresa Ecotumucumaque. Nesse contexto, Siqueira (2011) infere:

[...] A implementação da UHE Ferreira Gomes no Rio Araguari (...) pode ser vista como uma política pública, inserida no contexto nacional de reestruturação do setor energético, que compõe o planejamento estratégico da União para otimizar o

aproveitamento do potencial hídrico da região e integrar o Amapá ao Sistema Interligado Nacional do Setor Energético (SIN), de maneira a inseri-lo no mercado de exportação de energia do sistema. (SIQUEIRA, 2011, p. 60).

O planejamento estratégico para o Estado do Amapá deveria estar em consonância com o planejamento da União, inserindo-o no Sistema Integrado Nacional (SIN), através da construção do Linhão do Tucuruí-Macapá-Manaus. Neste íterim, a construção da UHE-FG viria como forma de aumentar a energia local e possibilitar a participação do Amapá no SIN (SIQUEIRA, 2011).

Siqueira (2011) analisou a UHE-FG no período inicial à sua construção e já alertava para o fato de que, apesar de começar a ser construída, aparentemente em obediência às normas legais ambientais, deveria “ser acompanhado com um olhar atento e reflexivo, especialmente no que diz respeito aos seus efeitos sobre a realidade local e o desenvolvimento social” (SIQUEIRA, 2011, p. 61). Ou seja, a mesma já deveria levar em conta os fatores negativos advindos com a sua construção, para evitar ou mitigar os impactos socioambientais. Como veremos ainda nesse capítulo, as preocupações de Siqueira (2011) em se acompanhar de perto os passos seguintes a construção e, posterior funcionamento da UHE Ferreira Gomes, não foi mera colocação.

A UHE-CC, até então último empreendimento hidrelétrico construído no rio Araguari, está situada na cidade de Ferreira Gomes, a montante da UHE-CN nas coordenadas geográficas 0°51’10”N e 51°17’48” O. A usina também foi a leilão, sendo vencido pela EDP Energias Brasil, a qual aplicou 50% dos investimentos e os outros 50% ficou a cargo da CWEI (Brasil) Participações Ltda. A ANEEL autorizou, em maio de 2016 o início das atividades de operação comercial da primeira unidade geradora, equivalente a 73 MW dos 219MW da capacidade instalada (CORRÊA, 2018).

Segundo Silva et al. (2016), o investimento estimado para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão foi de R\$ 1,4 bilhão e deveria gerar 2 mil empregos diretos e 6 mil indiretos e a elaboração PBA do aproveitamento hidrelétrico da usina contaria com pesquisadores de diversas áreas, os quais deveriam mostrar os reflexos da instalação da usina.

Ao analisarem o PBA (2013) da usina, Silva et al. (2016) já apontavam fatores negativos relacionados à construção da UHE-CC, no entanto, esses impactos seriam mitigados com a possibilidade de geração de emprego e renda, bem como benefícios na saúde, segurança e educação.

Entretanto, esses autores sinalizaram o fato de que os impactos causados pela abertura da UHE-CC já puderam ser sentidos pela população local, quando no de 2015 a elevação do rio

Araguari atingiu 5,5 metros, o que corresponde a 2,3 metros acima do nível considerado normal para a região, atingindo cerca de 1,4 mil pessoas. Nesse evento, ruas foram alagadas e muitas famílias vivenciaram fatores negativos por morarem nas proximidades de uma usina hidrelétrica.

Apesar da UHE-CC ter sido construída na cidade de Ferreira Gomes, Severino (2016), escolheu a zona urbana da cidade de Porto Grande, mais precisamente a área residencial localizada às margens do rio Araguari, como foco de sua pesquisa pois, a usina trouxe impactos à cidade de Porto Grande e alterações em outros municípios como Tartarugalzinho e Cutias do Araguari.

Na sua pesquisa, o autor objetivou avaliar o consumo de carne de peixe e de animais silvestres pelos moradores residentes na cidade de Porto Grande, diretamente afetados pela hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, nos períodos antes e durante a sua construção, no intuito de testar a hipótese de que a instalação da hidrelétrica não causou alterações na periodicidade de consumo de carne de peixes e de animais silvestres.

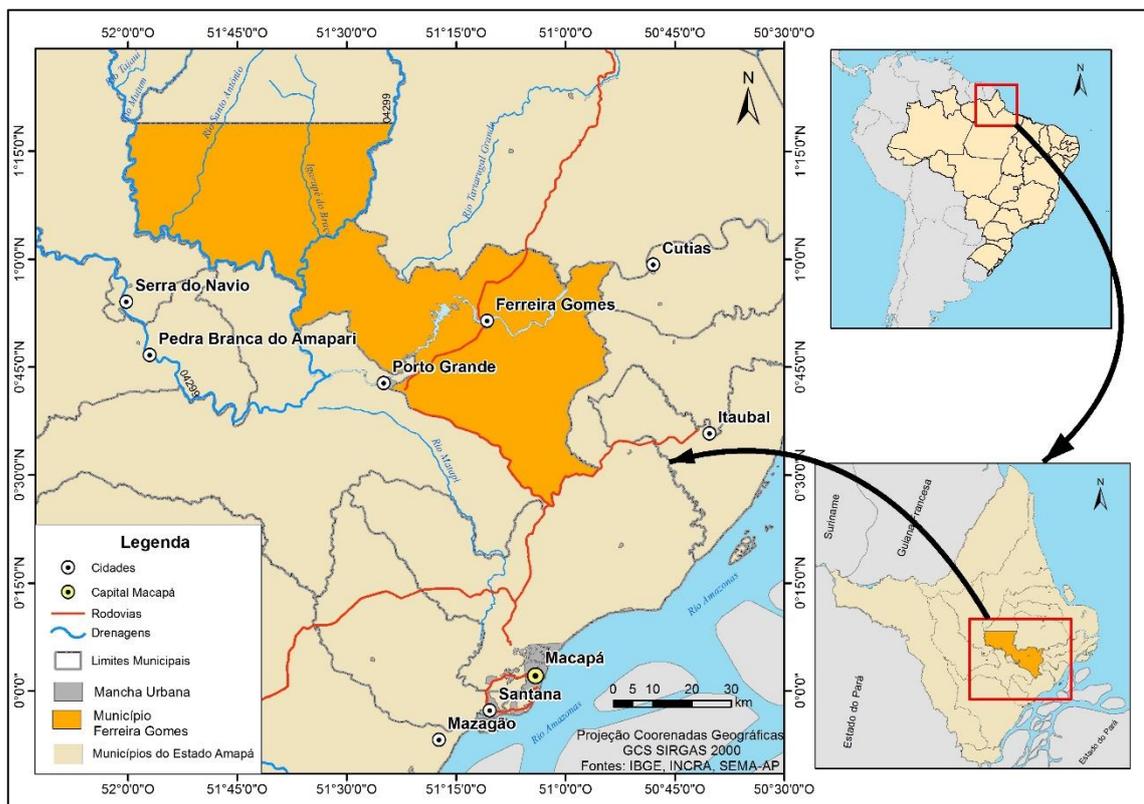
Conforme apontam Severino (2016) e Silva et al. (2016) a bacia do rio Araguari abrange várias atividades minerais e áreas especiais no Estado e a construção de usinas hidrelétricas nessa região viria impactar de forma intensa tanto os recursos naturais presentes na região quanto os habitantes, que seriam afetados de forma irreversível, quanto as suas vivências, suas tradições, costumes e suas identidades enquanto pertencentes àquele lugar.

Nesse contexto, foi possível observar que o complexo hidrelétrico instalado no rio Araguari, que abrange os territórios dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, está causando impactos sociais, econômicos e ambientais na região e entorno, visto nos exemplos de causa-efeito apresentados pelos autores anteriormente citados. Seguindo a lógica de abordagem do macro para o micro, foi exposto, até aqui neste capítulo, as controvérsias do discurso do desenvolvimento no Amapá, o processo de instalação das usinas hidrelétricas sobre o rio Araguari e os territórios atingidos e, a partir de agora, será priorizada as questões relacionadas ao município de Ferreira Gomes.

Com relação à organização político-administrativa, a região do Araguari envolve os municípios: Ferreira Gomes, Porto Grande, Serra do Navio, Calçoene, Tartarugalzinho e Pedra Branca do Amapari. A ocupação humana no local é incipiente, estimando-se um total estimado de 4.600 habitantes nos 6 municípios. A densidade demográfica é de 0,35 hab./km², em Pedra Branca do Amapari a 1,73 hab./km², em Porto Grande (IBGE, 2010). No Mapa 2 é apresentada a localização do Município de Ferreira Gomes.

Dos municípios localizados na região do rio Araguari destacaremos a partir de agora a cidade de Ferreira Gomes, pois conforme já inferiam Medeiros e Neto (2016) “foi no município de Ferreira Gomes que as transformações do setor energético iniciaram em toda a Amazônia” (MEDEIROS; NETO, 2016, p. 4). E conforme alguns estudos já analisados, a construção de usinas na cidade tem modificado as vivências das pessoas que moram e/ou moravam no local.

Mapa 2 - Localização do Município de Ferreira Gomes



Fonte: Elaborado pelo Geógrafo Dário Rodrigues Junior (2019).

Conforme o Plano Diretor de Ferreira Gomes (PDFG) (2013) a instalação do Município ocorreu no dia 17 de dezembro de 1987, através da Lei Federal nº 7.639/87. Ferreira Gomes faz limite ao norte com Pracuúba, sul com Macapá, a leste com Tartarugalzinho e Cutias do Araguari e a Oeste com Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande.

As primeiras informações sobre a ocupação do lugar onde hoje se encontra a cidade de Ferreira Gomes se remetem à formação de duas colônias: a Colônia de Barro e a Colônia de Prata, por cabanos no final da década de 1930. Com o final do movimento conhecido como Cabanagem, em 1840, a área ocupada pelo atual município de Ferreira Gomes se tornou a Colônia Militar D. Pedro II implantada pelo major João Ferreira Gomes, o qual foi homenageado posteriormente, com o seu nome dado ao município (PDFG, 2013).

Somente em 1944, com a chegada do capitão Janary Gentil Nunes, o primeiro governador do então Território Federal do Amapá que foi edificada a primeira escola rural da área em que hoje é Ferreira Gomes. Também em 1949, Janary Nunes implantou a Colônia Agrícola do Matapi, de extrema importância para a ocupação da área e crescimento da produção agropecuária (PDFG, 2013).

A distância de Ferreira Gomes para a capital Macapá é de 137 km. Sua área é de 5.046,696 km², o que representa 3,53% do território do Estado do Amapá e 0,059% do território brasileiro. A população é de 5.802 habitantes sendo 3.033 de homens e 2.739 de mulheres. O acesso ao município ocorre pela BR-156 e pelo rio Araguari. A cidade não possui nenhuma estrutura aeroportuária, sendo o transporte fluvial o único acesso entre a sede do município e as comunidades localizadas às margens do rio Araguari. A densidade demográfica é de 1,14 hab./km² (PDFG, 2013).

Sua vegetação é composta por matas de terra firme, campos naturais, florestas de várzea e florestas de igapó. Podendo ser encontradas entre as inúmeras espécies florestais o angelim, acapu, andiroba, aquariquara, cupiúba, maçaranduba e quaruba. O clima predominante é o tropical chuvoso, com temperatura máxima de 32,6 ° C e mínima de 20° C (PDFG, 2013).

A base da economia do Município são as atividades agropecuárias tradicionais, principalmente agricultura, pecuária bovina e bubalina e suinocultura. O setor pesqueiro possui um grau de importância relativo. O Município também é rico em argila e, conforme o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), existe um interesse na pesquisa e exploração do ferro (PDFG, 2013)

O Município de Ferreira Gomes possui um relevante potencial no setor turístico por conta dos atrativos naturais e dos eventos anuais como o Carnaguari. Não obstante, ainda existe a carência de investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento deste setor. A cidade também conta com pequenas lojas de comércio e algumas unidades de prestação de serviços, no entanto, a economia depende, em sua maioria, do setor público (PDFG, 2013).

Conforme o ZEE (2008), relacionado à alteração da cobertura vegetal, considerando a silvicultura, mineração/garimpo e agropecuária, o Município de Ferreira Gomes assim como Porto Grande, se destacam pelas áreas mais afetadas. Se comparadas com a área total afetada do Estado do Amapá (2.795,5 km-1,9% da área total do Estado), o que representa, respectivamente 42,4% e 20% devido à atividade de silvicultura este basicamente centrada no cultivo de *Pinus* sp. e *Eucalyptus* sp.

3.3. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FERREIRA GOMES

Frente ao cenário desolador que apontamos até agora, em que comunidades e o meio ambiente parecem estar à mercê das vontades das organizações empresariais, podemos pensar que não existe aparato jurídico capaz de subsidiar o interesse coletivo e defender eficientemente a reparação e compensação pelos danos provocados pelos empreendimentos nas localidades onde se instalam, pois se observa carência de justiça, como nos casos apresentados. Ao contrário do que parece ser, existe uma consolidada legislação brasileira sobre a temática ambiental.

A Constituição Federal (CF) de 1988, inovou ao inserir no ordenamento jurídico, um capítulo reservado especialmente a tutela do Meio Ambiente, garantindo a sua proteção e, a máxima qualidade de direito fundamental, já que, as pregressas cartas constitucionais brasileiras não previam regras específicas, a respeito da aplicabilidade do direito ambiental, ficando a cargo da norma infraconstitucional, que, o faziam de maneira escassa e deficiente.

Em síntese, o meio ambiente encontra-se situado nos direitos de “terceira dimensão”, ligada a ideia de coletividade, sendo uma garantia dos direitos destinados a uma coletividade determinada ou indeterminável de pessoas (SCARDUA, 2003), podendo ser observado no artigo 225 da CF tal premissa, como podemos observar:

Art. 225 **Todos** têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, **bem de uso comum do povo** e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à **coletividade** o dever de defendê-lo e preservá-lo para as **presentes e futuras gerações** (grifo nosso) (BRASIL, 1988, *online*).

Sob a ótica jurídica, observa-se no ápice do citado artigo 225, a incidência implícita de alguns princípios aglutinados. Para o presente estudo acadêmico, é imperioso apenas, focar nos princípios da dignidade do ser humano a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e o princípio da participação democrática e comunitária. O princípio da dignidade do ser humano, se traduz em suma, como um direito a um meio ambiente saudável, ecologicamente equilibrado, destinado a todos em geral, seja a humanidade presente, ou futura.

Scardua (2003) reitera que, apesar das constituições pregressas não terem abordado de modo substancial a questão socioambiental, o autor aponta a Lei n. 6938 de 1981, denominada como a Política Nacional do Meio Ambiente, como o maior marco da legislação ambiental do Brasil, que serviu de base para a consolidação do meio ambiente equilibrado como direito coletivo. Essa legislação inovou ao criar: (I) o Sistema Nacional do Meio Ambiente

(SISNAMA), responsável por descentralizar a gestão ambiental no Brasil; (II) o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), encarregado de definir normas de controle e qualidade ambiental no Brasil e; (III) os instrumentos da política ambiental, como o licenciamento ambiental, a avaliação de impacto ambiental, o zoneamento ambiente, entre outros.

Tanto a Constituição como a Política Nacional do Meio ambiente, afirmam que devemos considerar de forma imperiosa o cuidar do meio em que vivemos, bem como deixar um ambiente agradável para a geração futura e, esse dever são para todos, não somente para uma parcela da população, e ainda apresentam as formas de como isso deve ser realizado. Porém, ao comparar com a realidade do município de Ferreira Gomes, objeto desta pesquisa, notamos rapidamente que a população dessa localidade não foi assistida por essas importantes legislações. Dessa forma, destacamos no nosso trabalho, o caso da UHE Ferreira Gomes, no rio Araguari, como uma preocupação ambiental e violação de direitos fundamentais.

Por meio da pesquisa bibliográfica e de campo foi constatado alguns impactos, tanto nas áreas rurais como urbanas, sofridos pelos moradores da cidade de Ferreira Gomes devido a instalação dos três empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica do rio Araguari.

Iniciando com os impactos socioterritoriais, em que as novas dinâmicas territoriais no município de Ferreira Gomes foram impulsionadas pelas instalações hidrelétricas presentes no local. Dentre os impactos estão “o aumento das construções atraído pelos empreendimentos, a pressão sobre a infraestrutura urbana, alteração no modo de vida dos ribeirinhos e a inundação de propriedades rurais” (CORRÊA, 2018, p. 94).

Na área urbana da cidade foram identificados impactos como a expansão desordenada da área através das novas ocupações populacionais, mobilidade urbana reduzida e supressão da Zona de Proteção Permanente (ZPP), ambas ocasionadas pelo aumento de construções devido a implantação das hidrelétricas (CORRÊA, 2018).

Já os impactos nas áreas rurais são: “inundação de propriedades e benfeitorias e a perda ou redução do acesso viário e fluvial por conta dos reservatórios das usinas hidrelétricas” (CORRÊA, 2018, p. 99). Os impactos rurais ainda reconfiguraram a paisagem, a infraestrutura e as atividades de lazer, agricultura e pesca dos habitantes da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID), sendo, portanto, considerada por Corrêa (2018) como a área que sofreu os maiores e mais bruscos impactos.

A construção dos empreendimentos desencadeou de forma significativa os processos de desterritorialização, o que causou uma intensa alteração nas atividades populacionais locais após a construção das usinas. Fica evidente, desta forma, que o complexo hidrelétrico do

Araguari alterou de diversas formas o modo de vida dos moradores de Ferreira Gomes (CORRÊA, 2018).

Santos et al. (2012) e Fearnside (2015) destacaram impactos socioterritoriais no Município de Altamira-PA provocados pela construção da UHE Belo Monte similares aos que ocorreram em Ferreira Gomes, como o aumento do desordenamento territorial, ausência de infraestrutura capaz de satisfazer as necessidades locais, modificações no modo de vida das populações tradicionais, entre outros. Os autores concordam que, a chegada de usinas hidrelétricas na Amazônia, em muitos casos, tem contribuído para o aumento das desigualdades sociais nas localidades onde se instalam esses empreendimentos.

Nesse cenário, podemos observar a ocorrência de verdadeiros conflitos territoriais e socioambientais, em que o processo de instalação e operação das usinas hidrelétricas provocaram uma série de impactos negativos na organização do território de Ferreira Gomes, bem como modificou sua dinâmica costumeira da região, o que alterou o modo de vida as populações locais.

O processo de conflitos ocorridos em Ferreira Gomes pode ser explicado por meio dos apontamentos de Cecília Maria Bastos (2006), que afirma que as transformações socioeconômicas nos territórios são o estopim para a ocorrência de conflitos, revelados na busca pela hegemonia sobre diversos aspectos da natureza, entre os atores envolvidos. A autora complementa afirmando que, entender o contexto que levou aos conflitos é fundamental para gerar novos conhecimentos sobre as comunidades.

Apesar da intensidade dos conflitos oriundos da implantação da UHE Ferreira Gomes na localidade parecer algo novo, é importante apontar que esses conflitos existem na região amazônica desde o processo de exploração e colonização portuguesa. Segundo Bastos (2006), foi no século XVIII que exploradores começaram o processo de colonização da Amazônia amapaense. Durante aquela época, os povos indígenas e negros foram usados como instrumentos para consolidar o domínio e o desenvolvimento português na região, o que gerou conflitos entre esses atores e ocasionou revoltas e a formação de novos territórios, frutos do embate entre o interesse econômico português e os que se opuseram a esse processo.

Logo, o município de Ferreira Gomes pode ser considerado um reflexo, uma reprodução histórica do processo de exploração que ocorre na Amazônia há séculos, em que os interesses do detentor do capital, sob a égide do discurso do desenvolvimento, acabam por superar os interesses das populações locais. Ao modificar negativamente o seu modo de vida, na maioria das vezes, os atingidos pelos empreendimentos não têm seus direitos respeitados e suas

vontades e pontos de vista não são levados em consideração nos processos de planejamento da ocupação e exploração do território pelas empresas.

Em visita de campo ao Ministério Público de Ferreira Gomes (MP-FG), pudemos nos sensibilizar sobre a magnitude dos diversos impactos que a construção das hidrelétricas causou na região. Tendo em vista a limitação do tema desde trabalho, o foco da discussão são os impactos sobre os atingidos e seus diálogos com a empresa Ferreira Gomes Energia, de modo a averiguar os desdobramentos desses conflitos e acordos.

Em julho de 2014, o Portal de Notícias G1 Amapá noticiou a primeira mortandade de peixes no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, ocorrida um mês após a liberação da licença de operação para a UHE-FG. No episódio, os moradores das comunidades culpavam atividades de limpeza da UHE como sendo a causadora das mortes, porém essa hipótese foi descartada (G1 AMAPÁ, 2014), conforme apresentado na Figura 2.

Até dezembro de 2015 foram confirmadas a ocorrência de mais três episódios de mortes de peixes, o que intensificou a pressão dos moradores sobre a UHE-FG para compensação e reparação dos danos socioambientais (G1 AMAPÁ, 2015), como pode ser observado na Figura 3.

Esses fatos se desdobraram na Ação Civil Pública do MP-AP n. 1627 e na Ação Penal n. 0001628-26.2015.8.03.0006 contra a empresa Ferreira Gomes Energia e seus administradores, que foram denunciados e responsabilizados pelas mortandades de peixes ocorridas no rio Araguari, no trecho a partir da jusante do reservatório da referida usina, no município de Ferreira Gomes entres os dias 28 a 31/07, 30/08 a 04/09 e 30/09 a 04/10 do ano 2014, conforme apresentação do trecho referente a Ação Penal, na Figura 4.

O Parecer Técnico n. 340/2014/NAQ/DTMA/IMAP, citado na Ação Penal, menciona diferentes fatores que ocasionaram a mortandade de peixes. Comprovaram a relação direta do empreendimento com a mortandade, em que a abertura das comportas ocasionou a saturação do oxigênio nas águas, provocando embolia gasosa nos peixes, levando-os a morte. Afirma ainda que, a barragem e o reservatório modificaram o cenário hídrico do rio Araguari, no trecho correspondente às mortandades. Isso pode ser verificado no trecho na fonte, na Figura 5.

O impacto causado à ictiofauna é considerado de natureza aguda sob a ótica temporal. Em resumo, o Parecer Técnico afirma que a ocorrência das mortandades está diretamente ligada ao empreendimento e é de sua inteira responsabilidade, já que, após a ocorrência do primeiro evento de mortandade, para atender seu próprio interesse, a empresa Ferreira Gomes Energia S. A., não cessou suas atividades, pelo menos até que o problema fosse devidamente solucionado.

Figura 2 - Notícia publicada na fonte Portal G1 Amapá, sobre a primeira mortandade de peixes ocorrida no município de Ferreira Gomes, Amapá, em 2014



Fonte: Portal G1 Amapá (2014)

Reiterando que o índice de saturação de oxigênio nas águas pelo turbilhão proveniente das turbinas, foi elevadíssimo, ocasionando novas mortandades nos meses de setembro e outubro do mesmo ano. A materialidade e autoria do crime estão comprovadas pelos laudos de exames periciais e técnicos, pelo auto de infração lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP) e pelas fotografias do evento, reproduzidas pelo Portal G1 Amapá em 2015, conforme Figura 3.

Figura 3 - Notícia publicada na fonte Portal G1 Amapá, sobre a ocorrência de novos episódios de mortandade de peixes no rio Araguari no município de Ferreira Gomes, Amapá, em 2015



Fonte: Portal G1 Amapá (2015)

Ao cruzar as informações descritas da Ação Penal do MP-FG com as fontes dos jornais digitais, percebeu-se que ambas indicavam a UHE Ferreira Gomes como a provável responsável pela mortandade de peixes, posteriormente confirmada no parecer técnico do IMAP. Porém, num primeiro momento, as notícias do Portal G1 Amapá (2014), apontaram a hipótese dos moradores que presenciaram a morte dos peixes, de que a causa seria derivada dos produtos químicos utilizados no processo de lavagem da usina, hipótese negada pela administração da usina na mesma reportagem. Enquanto que, o MP-FG aguardou o laudo técnico para se manifestar, apesar de haver entrado com processo contra a usina antes da liberação do laudo.

Figura 4 - Trecho da Ação Penal movida pelo Ministério Público de Ferreira Gomes prestando denúncia contra empresa Ferreira Gomes Energia, frente a mortandade de peixes ocorridas no rio Araguari em 2014 e 2015



Ministério Público
do Estado do Amapá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERREIRA GOMES

VUFG
 Fls. 02
 90

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE FERREIRA GOMES

RECEBIDOS EM CARTORÍO
 Ferreira Gomes, 24/02/15
Abraão Chaves

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, por seu Promotor de Justiça, infra-assinado, no cumprimento das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela legislação vigente, vem ofertar:

DENÚNCIA contra:

- 1 - **FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.489.315/0001-23, NIRE nº 35300383656, com sede local na BR 156, Km 346/348, S/N, margem esquerda do Rio Araguari, Ferreira Gomes/AP, CEP: 68.915-000;
- 2 - **JOSÉ LUIZ DE GODOY PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, diretor presidente da empresa Ferreira Gomes Energia S.A., portador do RG nº 16.830.578-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 086.823.468-00, com domicílio profissional na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, Bloco I, 9º Andar, Sala G, Vila Olímpia, São Paulo-SP, CEP: 04.548-005;
- 3 - **PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA**, brasileiro, membro do Conselho de Administração da empresa Ferreira Gomes Energia S.A., portador do RG nº 4.606.236-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 682.734.958-68, com domicílio profissional na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, Bloco I, 9º andar, Sala G, Vila Olímpia, São Paulo-SP, CEP: 04.548-005;
- 4 - **ENIO LUGI NUCCI**, brasileiro, casado, engenheiro, membro do Conselho de Administração da empresa Ferreira Gomes Energia S.A., portador do RG nº 8.410.101-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.755.578-29, com domicílio comercial na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, Bloco I, 9º Andar, Sala G, Vila Olímpia, São Paulo-SP, CEP: 04.548-005;

Pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

Av. Duque de Caxias, s/n, Centro - Ferreira Gomes/AP, CEP: 68.915-000 - Fone/Fax: (96)326-1142

Fonte: Ministério Público de Ferreira Gomes (2015)

Na reportagem de 2015, quando houve mais três mortandades de peixes, o Portal G1 Amapá (2015), ouviu apenas a comunidade e o órgão ambiental responsável pelas investigações da causa, não indicando se a empresa Ferreira Gomes Energia não queria se manifestar ou se não havia entrado em contato com a mesma. Essa reportagem, apresentou o relato do presidente da Associação dos Atingidos por Barragens de Ferreira Gomes, Moroni Guimarães, que denunciou e cobrou respostas, ao poder público e a empresa, sobre o fato.

Pode-se considerar que, a partir da mortandade peixes no rio Araguari que a comunidade passou a ter mais espaço para apresentar suas reivindicações na mídia e obteve representação pelos órgãos públicos, como no caso do MP. Apesar que de, desde o início do processo de

licenciamento ambiental, era evidente os riscos que a construção da usina poderia levar para a localidade. Nesse contexto, podemos apontar, principalmente, a negligência do estado em cumprir efetivamente os requisitos fundamentais descritos na política ambiental e na Constituição.

Figura 5 - Trecho da fonte Ação Penal de 2015 movida pelo Ministério Público de Ferreira Gomes em que apresenta os resultados do parecer técnico, indicando a relação direta entre a mortandade dos peixes no rio Araguari e a UHE Ferreira Gomes, ocorrido em 2014

O Parecer Técnico nº 340/2014/NAQ/DTMA/IMAP (fls. 115-140), emitido pelo IMAP, constatou como causa para a catástrofe ambiental o empreendimento da **Unidade Hidrelétrica Ferreira Gomes**, construído e gerido pela empresa **FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.**, que se localiza no Rio Araguari, local a partir do qual apareceram os peixes mortos.

O mencionado Parecer Técnico assevera que:

"Após análise do estudo, concluímos que fica comprovada a relação direta do empreendimento na mortandade dos peixes no Rio Araguari no município de Ferreira Gomes." (fl. 116)

"A supersaturação de oxigênio nas águas provoca uma embolia gasosa nos peixes o que os leva à morte. Ainda, foram observadas escoriações nos indivíduos mortos o que também são atribuídos ao turbilhão constatado nas águas que impulsiona os indivíduos contra rochas, fato este que, aliado à embolia, fragiliza os peixes, ocasionando suas mortes." (fl. 117)

"A construção da barragem e a formação do reservatório provocaram uma mudança no cenário hídrico do rio Araguari no trecho correspondente." (fl. 130)

"Altas saturações de oxigênio podem levar os peixes à morte num curto espaço de tempo e quanto mais tempo os peixes ficarem expostos a essa supersaturação, mais eles ficam suscetíveis aos males por ela causados." (fl. 133)

"O impacto causado pelo AHE Ferreira Gomes sobre a fauna de peixes pode ser considerado de natureza aguda sob a ótica temporal. A causa deste impacto está diretamente ligada à operação do empreendimento devendo ser considerado de sua inteira responsabilidade, uma vez que mesmo após o primeiro evento massivo de mortandade de peixes o mesmo não interrompeu suas atividades, que deveriam ser reiniciadas apenas após a resolução do problema." (fl. 135)

Fonte: Ministério Público de Ferreira Gomes (2015)

Àquela altura, a mortandade de peixes era apenas mais um dos impactos negativos ocasionados pelo processo de instalação e operação da UHE Ferreira Gomes sobre a comunidade local, como descrito anteriormente a partir de Corrêa (2018). Nesse aspecto, a própria desorganização e conflitos dentro do poder público contribuiu para a ineficiência em solucionar/mitigar os problemas oriundos da usina hidrelétrica de Ferreira Gomes, como explica Bastos (2006):

[...] Essas disputas provocam conflitos entre poderes quanto às políticas públicas ambientais, ou pela ausência delas. Há, constantemente, uma fragmentação política administrativa da questão urbano-ambiental, pois as políticas são implantadas de forma setorializada havendo pouco diálogo entre os diversos órgãos governamentais.

Assim, quem cuida da questão ambiental não responde pela ocupação do solo nem pelo saneamento. Já o órgão responsável pelo uso e ocupação do solo não responde pelas áreas verdes [...] (BASTOS, 2006, p. 86).

A crítica e a realidade apresentada pela autora (BASTOS, 2006) cabem perfeitamente para ilustrar a deficiência do estado em acompanhar e assistir a comunidade atingida pelos efeitos negativos da hidrelétrica em Ferreira Gomes. Uma vez que, assim como apontado por Silva, Lima e Silva (2016), houve fragilidades no processo de licenciamento ambiental, como vulnerabilidade dos planos socioambientais, devido a problemas de comunicação entre as instituições ligadas ao processo. Ou seja, vários equívocos e inconsistências nos estudos ambientais passaram pelos órgãos de controle sem que houvesse o debate apropriado e integrado sobre seus conteúdos, o que seria fundamental para prevenir impactos, como a mortandade de peixes, devido a magnitude do projeto.

Nesse sentido, podemos apontar que a mortandade de peixes que assolou a comunidade pesqueira de Ferreira Gomes era uma tragédia anunciada, apesar das fontes, tanto o Ministério Público quanto as reportagens do Portal G1, apresentarem o problema como algo imprevisto, pois, em nenhuma delas, foi encontrado menções ao conflito já existente entre a comunidade e a empresa, como apresentado por Corrêa (2018) e Silva, Lima e Silva (2016).

Como consequência das mortandades de peixes, ocorreu a aplicação de uma multa pelo IMAP à Ferreira Gomes Energia, no valor de R\$ 20.000.000, em dezembro de 2014, (PORTAL DE NOTÍCIAS SELES NAFES, 2014). Na Figura 6 é apresentada a fonte de jornal digital que noticiou a aplicação da multa à empresa Ferreira Gomes Energia.

Além dos danos irreparáveis ao meio ambiente e à ictiofauna, provocados pela operação da UHE-FG, foram identificados impactos negativos sobre as comunidades que dependiam/dependem da atividade pesqueira para sobrevivência. Alan Cunha, Erick Santos, e Helenilza Cunha (2017), afirmam que houve queda de 42,18% na renda dos pescadores de Ferreira Gomes, causada pela queda do comércio do pescado local, devido à desconfiança da população em relação a qualidade dos peixes, provocada pelos casos de mortandades no rio Araguari (CUNHA, SANTOS & CUNHA, 2017).

Esses autores (CUNHA, SANTOS & CUNHA, 2017) reacendem a discussão sobre os “benefícios” que os projetos de alegados desenvolvimentos podem levar as comunidades que os recebem. Nota-se que no caso de Ferreira Gomes, assim como os demais apresentados anteriormente, sob a ótica da história ambiental, a maior marca deixada pelas empresas é a desconfiança, revolta e ineficiência frente aos danos provocados por suas atividades. No caso

de Ferreira Gomes, os pescadores afirmaram que a UHE-FG não trouxe nenhum benefício permanente para as comunidades atingidas.

Figura 6 – Notícia publicada na fonte Portal Seles Nafes sobre a aplicação de multa de R\$ 20.000.000 pelo IMAP à empresa Ferreira Gomes Energia, em 2014, devido à mortandade de peixes em Ferreira Gomes



Fonte: Portal Seles Nafes (2014)

Alan Cunha, Érick Santos e Helenilza Cunha (2017) apontam que, no caso da construção da UHE-FG, ocorreram os mesmos problemas socioambientais de outras hidrelétricas instaladas na Amazônia, principalmente falhas e fragilidades nos estudos ambientais e na interlocução entre os órgãos envolvidos, que não foram capazes de prever com eficiência os impactos, mesmo com diversas referências. Resultando em danos irreparáveis ao meio ambiente e ao modo de vida das comunidades atingidas.

Cunha, Santos & Cunha (2017) observaram que, o processo de licenciamento fluiu quase sem entraves, mesmo sendo observando diversos problemas durante o processo, o que

pode demonstrar que o interesse do estado foi de acelerar a implantação das hidrelétricas no Amapá, mesmo que isso resultasse em impactos negativos sobre as comunidades e o meio ambiente.

Nesse aspecto, podemos visualizar, além dos conflitos internos governamentais que prejudicam a execução da política ambiental, como argumentado por Bastos (2006), a submissão do estado do Amapá em relação aos interesses do capital, fez com que a construção e operação da usina fosse mais importante do que diagnosticar, prevenir e mitigar os impactos socioambientais da atividade sobre a localidade e a comunidade.

Apesar da multa aplicada pelo IMAP em 2014 e da Ação Penal de 2015, a repercussão do caso e a pressão da comunidade para a resolução do conflito, culminaram na Ação Civil Pública 1627 de 2015, em que os fatos ocorridos a partir de 2014 foram recapitulados e adicionados novos impactos sociais à comunidade atingida, como o descumprimento do pagamento de indenização e o reconhecimento de danos morais extrapatrimoniais aos atingidos, como perda da qualidade e do seu modo de vida.

O Ministério Público do Amapá solicitou, ao juiz encarregado do caso, multa à empresa Ferreira Gomes Energia no valor de R\$ 40.000.000, como reparação dos danos ambientais e extrapatrimoniais. Na Figura 7 é apresentado o trecho da Ação Civil Pública reconhecendo os dados ambientais e morais extrapatrimoniais e a aplicação das multas.

Com a Ação Civil Pública de 2015, os eventos da mortandade de peixes evidenciaram os impactos além dos danos ambientais. A partir de então, a percepção de atingidos da comunidade de Ferreira Gomes ganha reconhecimento prático, novo contexto e visão. Em que, os danos causados pela atividade hidrelétrica na região refletem no aspecto humano da comunidade pois, seu modo de vida, seus costumes e tradições foram repentinamente modificados.

Apesar dos desdobramentos dos eventos verificados nas fontes apontarem e reconhecerem esse fato, a partir da Ação Civil Pública que reconheceu o dano extrapatrimonial ao modo de vida da comunidade, não podemos deixar de evidenciar que, o processo que atingiu e modificou a comunidade de Ferreira Gomes não tem como marco esse documento. O início desse processo remonta desde o planejamento da construção da usina hidrelétrica, em que as comunidades foram informadas sobre o projeto.

No que diz respeito a concepção de hidrelétricas, um dos primeiros aspectos a se considerar no projeto é a necessidade de reassentamento das populações locais. Nesse aspecto, principalmente após a aprovação da licença ambiental prévia (que aprova a localização do projeto), as comunidades passam a conviver com a iminência da mudança, da perda do território,

isso pode se refletir de várias formas, desde o aceite da situação até processos judiciais e movimentos de resistência. Esse sentimento pode legitimar a condição de atingido do indivíduo e/ou da comunidade (SÁNCHEZ, 2013). Esse mesmo processo pode ter ocorrido em Ferreira Gomes.

Figura 7 - Trecho da fonte Ação Civil Pública de 2015, em que o Ministério Público do Amapá solicita multa e reconhece os danos ambientais e morais extrapatrimoniais causados pela empresa Ferreira Gomes Energia à comunidade atingida pela mortandade de peixes, entre 2014 e 2015

3.2. a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos materiais causados ao meio ambiente, no valor de **R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**, a ser destinada como medidas compensatórias ou para recolhimento ao fundo de trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85, tendo em vista a impossibilidade de recuperação integral do meio ambiente degradado, sendo o valor estabelecido de acordo com: **a)** a extensão do dano; **b)** a condição econômica da empresa requerida; **c)** o valor global do empreendimento; **d)** o lucro auferido com a atividade da usina hidrelétrica; **e)** a multa aplicada administrativamente não paga; **f)** com vista a dissuadir comportamentos semelhantes do poluidor e de terceiros;

3.3. a condenação da requerida ao pagamento de indenização pelo dano moral/extrapatrimonial causado à coletividade, no valor de **R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**, levando-se em consideração a dimensão da tragédia causada à sociedade de Ferreira Gomes, que se viu tolhida em diversos valores fundamentais, como: **a)** a saúde alimentar; **b)** a utilização das águas do Rio Araguari; **c)** a própria subsistência; **d)** a atividade de pesca; **e)**, e a reputação turística, igualmente a ser destinada como medidas compensatórias ou para recolhimento ao fundo de trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85;

Fonte: Ministério Público do Amapá (2015)

Nessa conjuntura, temos um conflito sobre o conceito de atingido. Por um lado, temos a visão de Sánchez (2013), em que para ser considerado atingido, não basta a materialização da desocupação da terra, dos impactos do empreendimento sobre o seu modo de vida ou do reconhecimento jurídico, o sentimento de saber da mudança já o legitima como atingido.

Por outro lado, temos a visão de Vainer (2008), em que a concepção de atingido, por uma comunidade ou indivíduo, depende do reconhecimento do seu direito a ressarcimento ou reparação por dano causado. Nesse sentido, a partir de Vainer (2008), quanto aos impactos causados pela mortandade de peixes, a comunidade de Ferreira Gomes só passa a ser considerada como atingida a partir da Ação Civil Pública de 2015.

Para situar melhor essa questão é interessante abordar brevemente o processo histórico do movimento dos atingidos no Brasil e a construção dessa identidade. De acordo com Mariana Corrêa dos Santos (2015), o conceito de atingido é complexo e controverso e passa obrigatoriamente pela história do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). De acordo com a autora, a história do MAB é marcada por três períodos (I) de 1970 a 1991; (II) de 1991 a 2002 e; (III) de 2002 até a atualidade.

O primeiro período foi marcado pela consolidação do Movimento Nacional. Diante de uma ditadura militar que pregava a execução de grandes projetos estruturais como caminho para o crescimento econômico. Nessa época, os atingidos pelos empreendimentos com barragens (mineradoras e hidrelétricas) reivindicavam o reassentamento para terras com a mesma qualidade de onde sofram retirados. Essa articulação foi fundamental para inibir a estratégia das empresas em fazer acordos financeiros individuais, tornando-se uma estratégia essencial para o fortalecimento do movimento.

Ainda entre 1970 e 1991, a exigência pelo movimento para a execução da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981, em que previa a realização da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), foi um marco histórico na garantia de ressarcimentos mais justos e na consolidação da AIA como um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira. Esse contexto, Santos (2015) enxerga o atingido sob a concepção territorial-patrimonialista, em que o atingido é o dono da terra, que é indenizado. Essa percepção limitou o alcance dos efeitos/impactos do empreendimento, pois desconsiderava quem não é proprietário da terra. Essa limitação no termo levou a novas discussões e lutas, fazendo surgir o MAB.

A fase de 1991 a 2002 representa a consolidação do MAB como movimento social, sua aproximação com outros movimentos sociais, a criação de novas pautas de luta e sua crítica frente ao modelo neoliberal, fazendo surgir o empresário como novo ator no conflito. A articulação realizada pela MAB nesse período, aprofundou das discussões sobre a busca de um projeto popular energético para o Brasil, para fazer contraponto ao avanço do neoliberalismo. O MAB conseguiu cooperação internacional e aumentou sua base de apoio. Porém, a concepção territorial-patrimonialista se fazia presente, fazendo com que as populações que não eram proprietárias de terra, não fossem justamente indenizadas.

O período de 2002 até a atualidade do MAB, tem seu marco a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, devido a ser um militante sindical, esperava-se apoio para a consolidação de um projeto popular energético. Porém, com a criação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em que foram desengavetados e executados diversos

projetos de mega usinas hidrelétricas do período da ditadura, o movimento não consolidou sua intenção.

A ocorrência de diversos impactos ambientais causados por hidrelétricas aproximou o MAB dos movimentos ambientais e da terra, o que resultou no questionamento não só do modelo energético capitalista, mas, também, do modelo de desenvolvimento em si. Isso ampliou o conceito de atingido para as pessoas que não eram proprietárias de terra, mas que sofressem o impacto da inundação causada pelas barragens. Nesse contexto, Santos (2015) observa a concepção hídrica do atingido, em que este é o inundado. Agora, a luta pelo ressarcimento dos danos causados pelos impactos das barragens é estendida a todo aquele que foi direta ou indiretamente afetado pela zona de inundação.

De acordo com Santos (2015), essas duas concepções apresentam fragilidades, a territorial-patrimonialista se limita ao proprietário e a hídrica ao atingido na zona de inundação, o que retira do conceito de atingido seu contexto humano. Assim diz a autora:

Nenhuma das duas concepções pensa o atingido como mais que inundado ou realocado, passível de indenização. Não pensa o atingido com removido de sua rede de segurança econômica, social, cultural, de suas relações de vizinhança, dos espaços muito mais que físicos, mas afetivos. Não pensa que, no meio rural, a grande maioria dos moradores nem ao menos tem titulação de suas terras, mas provavelmente reside na mesma desde o nascimento (SANTOS, 2015, p. 127).

Portanto, o conceito de atingido, diretamente vinculado a história do MAB, ainda não é capaz de representar todas as realidades e dimensões que envolvem o processo de desocupação das comunidades de suas terras, devido à atividade hidrelétrica. Na prática, Santos (2015), observa que o conceito de atingido como proprietário da terra é o predominante no Brasil, estando diretamente relacionado a indenização. Porém, em alguns casos, os atingidos pela inundação acabam ganhando reconhecimento, mas ainda há muito o que se avançar nesse campo.

A ausência de um marco regulatório e de jurisprudência se tornam um obstáculo no processo de reconhecimento e ressarcimento dos atingidos por projetos hidráulicos no Brasil, o que limita a atuação dos órgãos judiciários a aplicação de favorecimento apenas para os casos em que a titularidade ou a posse da terra pode ser comprovada. Retornando ao caso de Ferreira Gomes, a visão de Vainer (2008) é a que melhor se encaixa no caso, porém é limitadora, pois só considera o atingido o detentor do direito à indenização, enquanto que o ponto de vista de Sánchez (2013) não encontra amparo prático, no nosso caso.

Ambas ideias parecem fazer sentido, mas o aumento do grau e das sinergias dos impactos negativos causados pelas atividades hidrelétricas na Amazônia sobre as comunidades locais faz urgente a revisão e a evolução do conceito de atingido, para que o ressarcimento e o direito de todos os envolvidos e impactados no processo de instalação e operação de hidrelétricas possam ser justamente reparados e/ou ressarcidos.

Os problemas oriundos da ausência de um conceito mais amplo e amparado legalmente de atingido, pode ser visto no caso desta pesquisa. Destaca-se que, uma série de impactos socioambientais e extrapatrimoniais, causados e legitimados por meio de laudo técnico e de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Amapá, não foi suficiente para ressarcir e/ou reparar a comunidade atingida pela mortandade de peixes e pela modificação do seu modo de vida.

Nesse ponto da pesquisa, temos o amparo teórico e histórico para validar a primeira hipótese deste trabalho, em que “após a ocorrência da primeira mortandade de peixes a empresa Ferreira Gomes Energia não cumpriu inteiramente com as formas de mitigação destinadas a ela, em benefício da comunidade ferreirense”. Essa hipótese se confirma pelo fato de que, apesar de, tanto a Ação Penal quanto a Ação Civil Pública, reconhecerem a condição de atingidos da comunidade, mesmo assim, não foi o suficiente para fazer a empresa compensar a população pelos danos socioambientais. O que reforça ainda mais a confirmação da hipótese foi a necessidade de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para renegociar a inadimplência e a irresponsabilidade da empresa.

Todos os eventos de mortandade de peixes e impactos socioambientais provocados pela UHE-FG, até 2016, devido a uma série de recursos contra as ações do MP e por desobedecer às decisões da justiça, resultaram no TAC 3 de 2017¹, elaborado em conjunto pelos Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes, com o objetivo garantir a compensação pelos impactos causados pela usina. O TAC englobou ações diretamente voltadas para as comunidades pesqueiras e para o financiamento de pesquisas científicas, a seguir são apresentados os acordos firmados relacionados aos impactos provocados sobre os atingidos:

1 É importante destacar que o TAC de fevereiro de 2017 foi a terceira tentativa (TAC 3) de acordos entre a empresa Ferreira Gomes Energia e o Ministério Público do Amapá, devido ao descumprimento, por parte da empresa, dos antigos termos assinados. Isso reforça a concepção de que a empresa apresentou descaso pelos impactos causados pela sua atividade, levando a necessidade de um novo acordo para abarcar todas às inadimplências anteriores.

- 1) Construir e entregar à comunidade de Ferreira Gomes: (a) Mercado de peixe e Sede da Colônia de Pescadores de Ferreira Gomes; (b) Fábrica de Gelo para uso dos pescadores; (c) Trapiche localizado próximo ao mercado de peixe; (d) Escola Municipal na localidade dos Quilombolas, com capacidade para 50 (cinquenta alunos); (e) Muro de Arrimo na Orla do rio Araguari; (f) Galpão anexo ao Mercado de Peixe e; (g) Creche na localidade do Paredão na cidade de Ferreira Gomes-AP;
- 2) Adquirir e entregar à comunidade de Ferreira Gomes, por meio de termo de entrega formalizado com a Colônia de Pescadores Z-7 e com a Associação dos Ribeirinhos: (a) 100 (cem) unidades de tanques-rede novos (Z-7) e; (b) 01 (uma) balsa flutuante (Associação de Ribeirinhos) e;
- 3) Pagar em até (10) dias após a homologação judicial do TAC, a cada um dos 271 (duzentos e setenta e um) pescadores que foram diretamente atingidos pelos eventos da mortandade de peixes, através de cheque nominal o valor equivalente a R\$ 3.152,00 (três mil, cento e cinquenta e dois reais).

Relacionado ao item 1, que versa sobre as construções que deveriam ser realizadas pela empresa Ferreira Gomes Energia, no Município de Ferreira Gomes, inferimos através da Ata de Reunião ocorrida no dia 30 de março de 2017 que, com exceção das obras do Trapiche e da Escola Quilombola do Palha, todas estavam em andamento ou em fase de conclusão, conforme apresentado na Figura 8.

As obras do Trapiche iniciariam no dia 04/09/2017, a obra da creche do Paredão seria entregue no dia 20/09/2017, a fábrica de gelo já estava concluída, somente aguardando a definição de quem a receberia. Nada foi declarado nessa reunião referente ao Mercado de Peixe, a Sede da Colônia de Pescadores de Ferreira Gomes, o Muro de Arrimo na orla e o Galpão anexo ao Mercado de peixe.

Em pesquisa de campo pela cidade de Ferreira Gomes, no mês de outubro do ano 2019, conseguimos verificar que a maioria das obras que deveriam ser construídas pela empresa Ferreira Gomes Energia já estavam finalizadas, conforme apresentado ilustrativamente nas Fotografias 1, 2, 3 e 4, com exceção da Escola Municipal na localidade dos Quilombolas e da Creche na localidade do Paredão, as quais não foi possível verificar.

Por meio das fotografias apresentadas podemos verificar, de forma ilustrativa², que as obras do item 1, destinadas a empresa Ferreira Gomes Energia realizar como forma de mitigar os impactos socioambientais causados aos moradores da cidade de Ferreira Gomes foram realizadas. No entanto, ainda que tenha concretizado tais construções, verificou-se que a maioria não estava sendo utilizada para o fim que foram criadas.

O Mercado do Peixe, a fábrica de gelo e o galpão anexo ao mercado de gelo estavam em completo abandono. Pois, ao averiguarmos o local, constatamos que não havia pessoa responsável pelos mesmos e, inclusive, estão se deteriorando com passar do tempo. O trapiche também já construído, estava servindo como acesso aos banhistas e não para a entrada dos peixes, propósito para o qual foi criado, de acordo com o TAC 3.

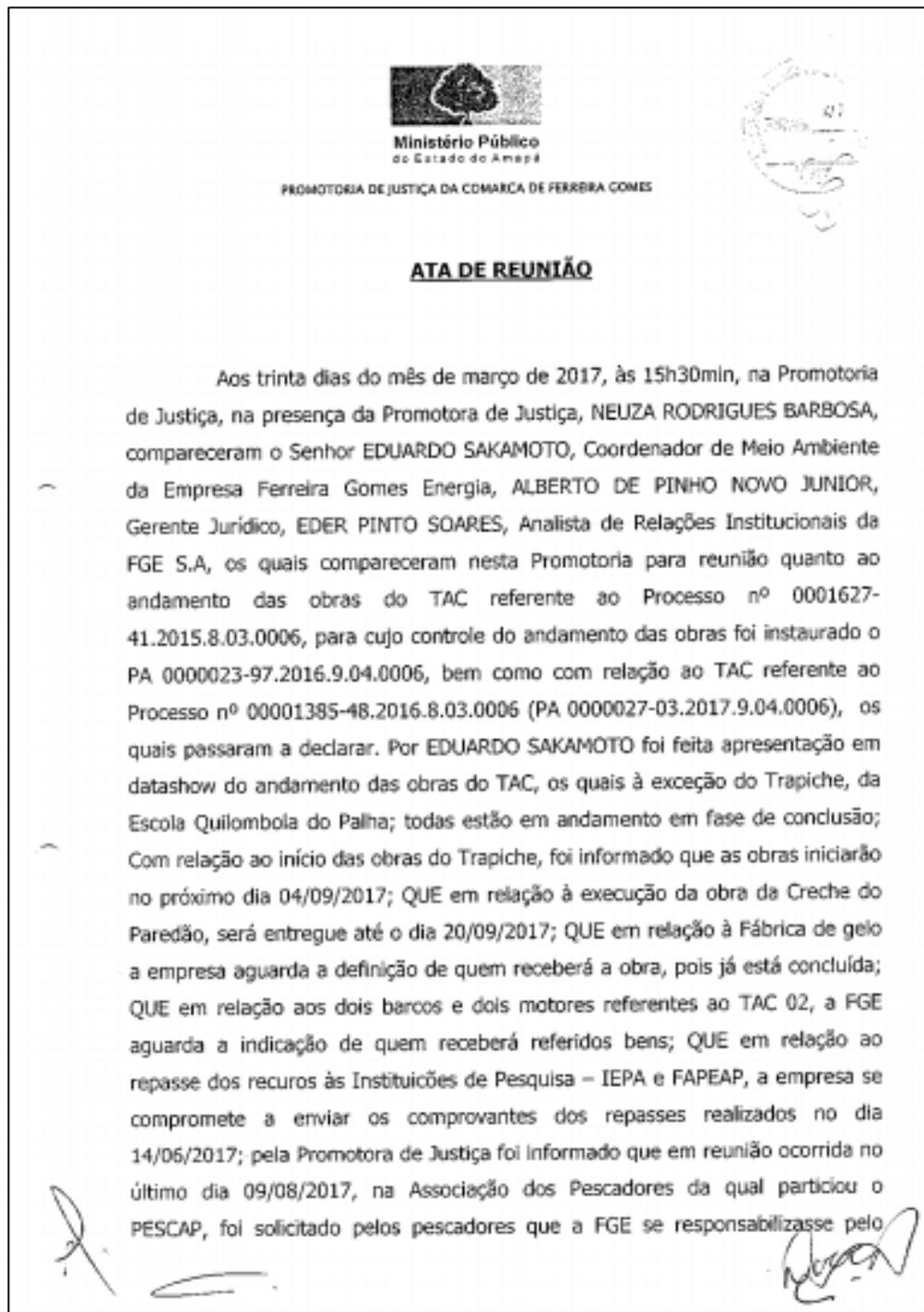
De acordo com Guilherme Lima (2015), é comum que os impactos negativos causados por hidrelétricas na Amazônia sejam reparados com a construção e entrega de edificações comunitárias e/ou públicas. O autor destaca alguns casos, como a UHE Teles Pires-PA/MT, UHE Belo Monte-PA e UHE Jirau-RO, que tiveram seus impactos socioambientais “compensados” na forma de construção de sistemas de saneamento básico, hospitais, escolas, creches, equipamentos industriais para comunidades atingidas, entre outros.

Hernandez (2012), concorda com Guilherme Lima (2015), ao apontar que a construção de equipamentos públicos e comunitários, por empresas operadoras de hidrelétricas na Amazônia, é uma forma recorrente de tentativa de compensação dos impactos socioambientais causados pelas empresas. Porém, o autor argumenta que esse tipo de compensação, muitas vezes utilizado como forma de reparação, é ilusório e reducionista e não mitiga efetivamente os efeitos adversos causados pelos empreendimentos. Pelo contrário, é uma forma de mascarar a intensificação dos impactos. Também, em muitos casos, as populações não se adaptam as novas estruturas/tecnologias, tornando-as inutilizáveis.

No caso de Ferreira Gomes, do que adiantará ter toda essa estrutura para o manejo do pescado, se as mortandades de peixes continuarem? A reflexão sobre essa pergunta é importante pois, caso a morte de peixes se intensifique devido a operação da UHE-FG, terá sido em vão todo o esforço empregado nos acordos e ações desenvolvidas pelos órgãos públicos, empresas e atingidos, o que pode, ao contrário do objetivo dessas obras, aumentar os conflitos entre os atores envolvidos

² Como descrito na metodologia desta pesquisa, as fotografias serviram como um complemento a construção da evolução dos eventos aqui representados, porém, não configuram como fontes históricas, devido à ausência de uma investigação fotográfica metodologicamente preparada para o registro *in loco*.

Figura 8 - Trecho do relatório da fonte TAC 3, de 2017, referente a ATA da reunião ocorrida em 30 de março de 2017, sobre o andamento das obras de responsabilidade da empresa Ferreira Gomes Energia como penalidade compensatória à comunidade atingida pelas mortandades de peixes ocorridas entre 2014 e 2015



Fonte: Ministério Público do Amapá (2017)

Referente ao item 2a, segundo consta no Processo Administrativo (PA)-0000088-87.2019.0.04.0006, os tanques-rede ficaram de ser entregues à Colônia de Pescadores Z-7 no

dia 16 de novembro de 2015, o que não ocorreu nesta data, devido a problemas enfrentados pela referida colônia de pescadores, que vieram à tona e inviabilizaram a instalação e consequentemente o uso dos mesmos.

Problemas como: dificuldades na liberação das licenças ambientais pelo IMAP, especificação da área disponibilizada pela Ferreira Gomes Energia para o cultivo de peixes em tanques-rede e, principalmente, a ausência de capacitação técnica dos pescadores para o cultivo dos peixes e a falta de dinheiro para a compra dos alevinos e rações.

Novamente, percebemos a falta de articulação dentro da administração pública descrita por Bastos (2006), em que ao invés do MP situar antecipadamente o órgão ambiental licenciador (IMAP) para buscar as soluções cabíveis de licenciamento para a atividade de piscicultura da colônia de pescadores Z-7, resultante do TAC 3, foi omissivo, resultando em atrasos no processo de licenciamento. Essa ausência de comunicação entre os órgãos públicos, contribuiu para a ação reativa da empresa, que dependia dos termos de referência do IMAP para especificar as áreas onde os tanques deveriam ser instalados.

Para a resolução dos problemas colocados pela Colônia de Pescadores Z-7 foram realizadas várias reuniões com a presença de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Agência de Pesca do Amapá (PESCAP), Associação dos Atingidos por Barragens (ATINBA), Ferreira Gomes Energia e Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, todas com o objetivo de incentivar a implantação dos tanques-rede.

Os técnicos do IMAP, entre 2016 e 2017, realizaram visitas com o intuito de verificar os pescadores que teriam condições de trabalhar com tanques-rede ou com tanques escavados, bem como a viabilidade técnica da instalação desses tanques. Porém, somente em fevereiro de 2018 que foi entregue pela Colônia de Pescadores Z-7 e pela ATINBA a listagem correspondente a esses pescadores. Nesse aspecto, foi observado também a falta de articulação da colônia de pescadores Z-7 e da ATINBA, que tinham a disposição o contato dos técnicos do IMAP para entregar as listas.

No total, 20 famílias seriam beneficiadas com tanques-rede e 21 com tanques escavados. Ficou decidido ainda que, os pescadores de baixa renda seriam assistidos pela Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes (PMFG) com a escavação do tanque e com a redução do valor da taxa referente às licenças ambientais.

Em reunião ocorrida na sede da colônia de pescadores em 09 de agosto de 2017 e, estando presente a Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes, a PESCAP e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Os pescadores reivindicaram afirmando que somente

cem (100) tanques-rede não resolveria os problemas deles, também pediram indenização da empresa.

A promotora de justiça sugeriu que os pescadores se unissem para fazer o trabalho com os tanques em forma de cooperativa familiar, ressaltou ainda que “a tendência dos rios é acabar os peixes” (ATA, 2017, p.1). Nesta reunião assinaram a lista de presença 165 pessoas, se declarando pescadores.

Conforme podemos notar, problemas de diversas ordens começaram a surgir relacionados à instalação dos tanques-rede, como o valor das taxas ambientais, consideradas de valor elevado pelos pescadores, os lugares onde os tanques-rede seriam inseridos, bem como a própria lista dos pescadores interessados em aderir a nova atividade.

Em reunião ocorrida no dia 22 de janeiro de 2018, na sede da EMBRAPA, o referido órgão se comprometeu a colaborar com a análise da qualidade da água para a devida instalação dos tanques-rede. No entanto, salientou não dispor de recursos humanos e financeiros para a coleta da água *in loco*, mas que faria parceira com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA) para a efetivação dessas análises. Declarou ainda o órgão ter realizado capacitação para os pescadores de Ferreira Gomes, Z-7, referente a instalação dos tanques-rede, todavia, não foi procurado para a capacitação das fases seguintes.

A EMBRAPA deixou claro ainda que, para a implantação dos tanques-rede seria necessária avaliação/monitoramento de no mínimo 12 meses, onde for implantada a piscicultura. Ressalta ainda, ser necessário a instalação de unidade demonstrativa para a criação de peixes em tanques-rede, já com a devida quantidade de tanques-rede doados pela empresa. Os custos com deslocamento, coleta de amostras e análises de água deveria ficar a cargo das hidrelétricas instaladas no Araguari.

No dia 30 de janeiro de 2018 reuniram-se na Promotoria de Ferreira Gomes os seguintes órgãos: promotoria, PESCAP, ATINBA-MAP, com o intuito de identificarem os pescadores interessados na instalação dos tanques-rede. Esse levantamento deveria ser encaminhado pela Colônia de Pescadores Z-7 e ATINBA a PESCAP até o dia 09 de fevereiro de 2018, para que fossem realizadas as visitas às famílias, pois as mesmas já estavam pré-agendadas para a última semana de fevereiro de 2018.

Na referida reunião foi constatado que houve furto de todas as cantoneiras, algumas peças, malhas, boias, dos tanques-rede. Cabe reiterar que, somente após a realização das visitas seria possível calcular a quantidade de alevinos (filhotes de peixes) e insumos necessários para o início da atividade de cultivo e a viabilidade técnica das áreas para a instalação dos tanques-rede.

No dia 08 de fevereiro de 2018 a Promotoria de Justiça da comarca de Ferreira Gomes recebeu a lista com os respectivos nomes de pescadores interessados na instalação de tanques-rede em seus terrenos, compondo um total de 14 pessoas. A PESCAP realizou um Laudo Técnico de Avaliação para a verificação de instalação dos referidos tanques-rede, em fevereiro de 2018. O laudo trouxe primeiramente a descrição dos materiais que deveriam ser repostos, já que os mesmos foram furtados da sede da Colônia dos Pescadores Z-7.

O Relatório das visitas técnicas no rio Araguari teve como objetivos verificar se os terrenos dos pescadores indicados pela Z-7 eram propícios à instalação dos tanques; realizar um levantamento de dados junto às famílias para a elaboração de um projeto de instalação e gerenciamento dos tanques-rede e; realizar coleta de água para análise química e biológica, o que pautará a viabilidade dos tanques.

Conforme esse relatório, já na chegada na cidade de Ferreira Gomes os técnicos da PESCAP encontraram dificuldades para a realização das visitas. A primeira dificuldade foi o fato de dias antes, na colônia Z-7, ter ocorrido eleição de uma nova chapa, que desconhecia totalmente o dia marcado para as visitas nas comunidades, mas realizaram a mobilização no momento da chegada dos técnicos.

Os técnicos receberam mais duas famílias indicadas para serem visitadas e a informação de que cinco solicitantes estavam na capital do Estado (Macapá) para a resolução das questões do Seguro Defeso. Os técnicos entraram em contato com a Ferreira Gomes Energia, por meio de mensagens e ligações telefônicas, pois a mesma havia se comprometido com a embarcação, no entanto, não obtiveram respostas, ficando desta forma, impossibilitados de realizar uma visita do outro lado do lago do Paredão já que só poderia ser feita por meio de embarcação.

A PESCAP realizou algumas visitas nos terrenos de alguns pescadores, exceto aqueles que estavam em Macapá no momento da visita, e verificaram a viabilidade para a implantação de 23 tanques-rede e 9 tanques escavados. Em dois casos foi detectada a inviabilidade da instalação dos dois sistemas. É importante esclarecer que, poderiam ser instalados mais de um tanque-rede ou tanque escavado por propriedade e que alguns pescadores não tiveram suas áreas avaliadas.

Em agosto de 2018, reuniram-se a Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes e a PESCAP para tratarem dos ajustes quanto à aquisição dos alevinos e implantação/instalação dos tanques-rede e tanques escavados. Na referida reunião foi entregue o relatório de custos dos alevinos e ração para os tanques-rede e tanques escavados, com as devidas quantidades, especificações e custos, a serem adquiridos pela empresa Ferreira Gomes Energia, conforme reuniões anteriores.

Reuniu-se no dia 26 de março de 2019, Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes, Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e Representação do município, para tratarem dos ajustes quanto à escavação dos tanques. O prefeito se comprometeu com a escavação dos tanques, no entanto, afirmou a necessidade de combustível, já que a Prefeitura não dispõe de verbas para a compra do mesmo.

Nesta mesma reunião, a prefeitura afirmou ainda, que não poderia garantir a isenção da licença ambiental, todavia, encaminharia um Projeto de Lei à Câmara dos Vereadores para diminuir o percentual na cobrança da taxa, estabelecendo faixas para pequeno, médio e grandes produtores.

Reuniram-se no dia 26 de abril de 2019, na sede da Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes, a Secretaria de Agricultura, PESCAP e a UFG, para tratarem de assuntos referentes aos ajustes para o desenvolvimento da atividade de pesca e escavação dos tanques escavados. A FGE se comprometeu a realizar as tratativas para referente ao fornecimento dos alevinos e insumos.

Na mesma reunião o diretor da Ferreira Gomes Energia afirmou que a própria empresa analisaria o projeto de instalação dos tanques e inferiu que gostaria que o Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF) analisassem a possibilidade de mudança na destinação dos valores que estavam sendo destinados à FAPEAP e ao IEPA³, pois em audiência pública ocorrida um dia antes, ficou claro o descontentamento dos pescadores, da ATINBA, do MAB e dos moradores da comunidade já que os valores não estavam sendo destinados em prol dos moradores de Ferreira Gomes, conforme apresentado na Figura 9.

A FGE também destacou a necessidade de que o projeto seja apresentado de forma mais completa, desde o cultivo do peixe até a sua venda, utilizando inclusive o mercado de peixe e a fábrica de gelo, já entregues à colônia de pescadores, com responsabilização da Prefeitura, da colônia de pescadores e dos próprios pescadores.

O PESCAP declarou, na mesma reunião do dia 26 de abril de 2019 que foi assinado com a Prefeitura e PESCAP o Termo de Cooperação Técnica, quanto à escavação, licenciamento e assistência técnica para a implantação dos tanques escavados, também se propôs a estar presente na reunião com os pescadores das 21 famílias beneficiados para o esclarecimento de todos os pontos do projeto.

³ De acordo com o TAC 3, foi destinado à FAPEAP e ao IEPA o valor de R\$ 4.800.000 para se empregados em pesquisa e projetos de diagnóstico e de extensão as comunidades impactadas pela UHE Ferreira Gomes, especialmente para dos danos causados pela mortandade de peixes.

Figura 9 - Conclusão do Mercado do Peixe em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2019)

Figura 10 - Conclusão do Trapiche em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2019)

Figura 11 - Conclusão da Sede dos Pescadores Z-7 em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2019)

Figura 12 - Conclusão do Muro de Arrimo em Ferreira Gomes como parte do cumprimento do TAC 3 firmado entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2019)

Figura 13 - Trecho da Ata de reunião do dia 25 de abril de 2019, presente nos relatórios do TAC 3, em que a colônia de pescadores Z-7 e a ATINBA apresentam seu descontentamento com os recursos destinados à FAPEAP e ao IEPA, que poderiam ser empregados na comunidade

O Sr. IVANILDO ressaltou que a instalação dos tanques redes deverá ser acompanhada de um projeto em parceria com o povo, ocasião em que a Promotora Neuza Rodrigues ressaltou que está sendo feito um estudo para a instalação de tanques redes e escavados em parceria com o PESCAP, Colônia de Pescadores e ATINBA.

Por fim, o senhor MORONI aduziu que a operação das UHE's fez surgir praias no Rio Araguari. Pediu compensação aos pescadores e a instalação de uma estação de tratamento de água para as comunidades atingidas. Requereu também que seja analisado pelo MPE e MPF, a possibilidade de mudança da destinação dos valores que estão sendo destinados à FAPEAP e IEPA, pois desde a assinatura do TAC em fevereiro de 2017, os pescadores se revoltaram com a destinação de mais de 4 milhões para instituto de pesquisa-FAPEAP e IEPA, quando esses valores deveriam ser empregados para o melhoramento da vida dos pescadores nas comunidades que foram atingidos pelo eventos danosos.

Fonte: Ministério Público do Amapá

A Secretaria de Agricultura declarou que a Prefeitura de Ferreira Gomes se disponibiliza e se responsabiliza pela execução do projeto, melhorando a renda dos pescadores. A Promotoria de Justiça agendou reunião entre Colônia Z-7, a Ferreira Gomes Energia, PESCAP e PMFG, para ajustarem os termos do projeto para o dia 08 de maio de 2019.

Cabe ressaltar que o município de Ferreira Gomes, por meio da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Meio Ambiente celebrou um Termo de Cooperação Técnica com a Agência de Pesca do Estado do Amapá com o objetivo de implementar ações conjuntas referente à inserção da piscicultura no município. Também foi feito o Projeto de Desenvolvimento da Piscicultura no Baixo Araguari para a implantação das unidades de tanques.

Conforme a Ata de Reunião realizada no dia 08 de maio de 2019, consultada no Procedimento Administrativo (PA) do MP-FG n. 0000088-87.2019.0.04.0006 de 2019 e explorada daqui por diante, estavam presentes Promotoria de Justiça, PESCAP, FGE, Colônia de Pescadores Z-7, Secretaria de Agricultura e pescadores, para novamente tratar dos ajustes relacionados ao desenvolvimento da atividade de pesca e escavação de tanques escavados.

Na referida reunião, a Promotoria de Justiça cobrou mais comprometimento dos pescadores e da colônia Z-7 com efetivação e execução do projeto e cobrou o Projeto completo desde o cultivo até a vendagem. O PESCAP apresentou o projeto completo, no entanto, destacou que as propriedades visitadas só podem ser acessadas por via fluvial, destacou, desta

forma, que essa informação é relevante para o agendamento das escavações e acessos das escavadeiras.

Na presente reunião todos os órgãos lamentaram a ausência dos 21 pescadores visitados pela PESCAP, mas a presidente da Colônia Z-7 justificou suas ausências devido a falta de comunicação via telefônica, no entanto, garantiu realizar uma reunião com os mesmos na própria sede da colônia Z-7, bem como com outros pescadores que apresentem condições de desenvolver as atividades com tanques escavados e entregar essa relação de pescadores no dia 20 de maio de 2019, na sede da Promotoria de Justiça.

A PESCAP inferiu ainda que têm realizado visitas, com despesas de diárias e combustível, no entanto, o projeto não tem avançado devido à falta de interesse da colônia Z-7. A Ferreira Gomes Energia afirmou esperar mais pescadores na reunião (só compareceram 3 pescadores), pois o projeto é de interesse deles, mas aguardaria o resultado da reunião na colônia de pescadores do dia 17 de maio de 2019, bem como a lista dos pescadores interessados na implantação do projeto.

Na reunião realizada no dia 20 de maio na sede da colônia de pescadores Z-7, a presidente da colônia disse que alguns pescadores, que no início queriam participar do projeto dos tanques, acabaram desistindo por problemas pessoais ou por não possuírem um local para a escavação e criação dos peixes. Todos os pescadores ficaram cientes do andamento do projeto, no entanto, poucos se interessaram em realizar. Todos os que participaram da reunião assinaram a lista, somando um total de 48 pessoas presentes.

Referente ao andamento da instalação dos tanques para a atividade de piscicultura no município de Ferreira Gomes, o último documento no qual tivemos acesso para a presente pesquisa foi a lista com os nomes dos pescadores interessados em participar da atividade, enviada pela Promotoria de Justiça para a empresa Ferreira Gomes Energia. A promotoria também solicitou que a empresa enviasse, no prazo de 30 dias, um cronograma de construção dos referidos tanques para que pudesse acompanhar as obras.

Em relação a dificuldade apresentada nas reuniões para a verificação da viabilidade da instalação dos tanques e do aparente desinteresse dos pescadores em adquirirem os tanques, pode ter ocorrido, primeiro, devido à dificuldade logística de acesso aos terrenos dos pescadores, visto que, em muitos casos, o acesso é somente por via fluvial.

Conforme apresenta Hernandez (2012), é comum que comunidades tenham dificuldades para se apropriar de tecnologias, no caso de Ferreira Gomes é uma quebra de paradigma, pois a pesca ocorria de forma artesanal na região e, na tentativa de reparar os impactos socioeconômicos, a instalação dos tanques pode representar um desafio para os pescadores.

Nesse caso, será necessário a construção de uma nova identidade para os pescadores, tanto do uso da tecnologia quanto da administração financeira da atividade, senão, existe a possibilidade desses esforços não serem compensados.

Nesse contexto, ainda cabe outra reflexão sobre a comunidade de Ferreira Gomes, agora reconhecida, do ponto de vista de Vainer (2008), como atingidos. No embate entre a empresa, o estado (por meio do MP) e da comunidade, podemos observar um processo de transição entre a antiga identidade da comunidade para uma nova, ainda desconhecida, mas em construção, resultado dos impactos causados pela hidrelétrica no seu modo de vida.

Conforme explicam Antônio Carlos Ribeiro Júnior e Márcia Miguel Feitosa (2017), ao utilizarem o drama “Narradores de Javé” para debaterem a questão da formação da memória coletiva e da identidade, utilizam como exemplo uma comunidade que será reassentada devido a construção de uma represa. Os autores demonstram que, frente a modificação no modo de vida que se aproxima, a resistência à mudança não ocorre, predominantemente, devido ao reassentamento, a dificuldade de adaptação ou a intensificação das desigualdades vindas com a efetivação do capitalismo, mas sim, devido a relação afetiva e a memória que os moradores têm do lugar que ocupam há bastante tempo.

Para os autores (RIBEIRO JÚNIOR; FEITOSA, 2017), o processo de ressignificação da identidade perpassa pela afirmação da identidade individual, que dá sentido as novas representações de uma sociedade ou grupo. Em que, existe uma relação estreita entre a identidade do indivíduo e a memória do outro e da comunidade, fazendo com que os novos acontecimentos façam parte do todo, com cada indivíduo tendo sua percepção, a fim de forma uma memória coletiva e a construção de uma nova identidade, sendo que esse processo é contínuo e perpétuo.

Por tanto, podemos sugerir que o conflito causado pela usina hidrelétrica de Ferreira Gomes e seus desdobramentos, como os apresentados ao longo desta pesquisa, farão parte da construção da nova identidade da comunidade de Ferreira Gomes, principalmente a colônia de pescadores Z-7 e a ATINBA, que foram atores tidos no centro dos acontecimentos ocorridos no rio Araguari. Sua resistência a mudança, evidenciada na tentativa de modificar o mínimo do seu modo de vida, por meio dos acordos e luta contra a empresa Ferreira Gomes Energia, pode ser reflexo do apego emocional ao seu território e as suas tradições, como descreveram Ribeiro Júnior e Feitosa (2017).

Quanto aos itens 2b e 3, até o fechamento da escrita deste trabalho, não foi possível verificar a confirmação da sua efetivação, pois essas informações não constavam nos

documentos adquiridos junto aos Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes e nem em nenhum noticiário.

É importante destacar que, os eventos apresentados até este ponto, referem-se apenas aos compromissos firmados entre a empresa Ferreira Gomes Energia, o Ministério Público do Amapá e de Ferreira Gomes e a Colônia de Pescadores Z-7, consultados nas fontes da pesquisa, para os impactos negativos provocados pela UHE-FG até 2015.

A partir desse período, os conflitos entre a empresa e os atingidos continuaram, devido ao descumprimento dos acordos firmados no TAC 3, a desatenção pelo estado aos atingidos e pela ocorrência de novas mortandades de peixes, ligando a UHE-CC às novas ocorrências, como pode ser observado na reportagem do Portal G1 Amapá (2016), indicada na Figura 14.

Em fevereiro de 2018, a Ferreira Gomes Energia foi novamente multada pelo IMAP, no valor de R\$ 10.000.000, com o objetivo de reparar e compensar os danos provocados pela morte da ictiofauna em fevereiro de 2018. Conforme pode ser verificado na reportagem do Portal do Governo do Estado do Amapá (2018), indicada na Figura 15.

Mesmo com os acordos firmados, ficou evidente que existem diversas fragilidades, de todos os atores envolvidos, que, se não solucionadas, dificultarão o processo de compensação e reparação socioeconômica e ambiental para os pescadores que tiveram sua atividade interrompida pela operação da UHE-FG. Por parte da empresa, foi observada a falta de iniciativa para remediar a situação causada pela sua atividade. Dos órgãos públicos, a infraestrutura precária, aliado a falta de articulação institucional, tem impedido o andamento das vistorias e a aplicação das tecnologias. E por parte dos pescadores, observamos a dificuldade destes em se adequar as mudanças a eles direcionadas.

Por fim, não podemos prever o resultado desse conflito e os seus efeitos sobre o meio ambiente, a identidade e o modo de vida das comunidades de Ferreira Gomes, até mesmo por que ele está apenas no começo. Nesse ponto da pesquisa, por meio do que foi interpretado a partir das fontes, nós podemos considerar que foram os pescadores os mais atingidos pela ação da UHE Ferreira Gomes, refletidos na colônia Z-7 e na ATINBA, visto o seu protagonismo no conflito até aqui. Portanto, podemos confirmar a segunda hipótese desta pesquisa de que “os impactos causados pela mortandade de peixe prejudicaram principalmente o setor pesqueiro do município de Ferreira Gomes e a forma de mitigação acordada entre a empresa e o Estado se mostrou ineficiente para solucionar os conflitos entre os atingidos e a empresa”.

Figura 14 - Protesto dos pescadores de Ferreira Gomes em frente ao Ministério Público do Amapá denunciando o descaso dos órgãos públicos, o descumprimento de acordos firmados no TAC 3 e a ocorrência de novas mortandades de peixes no rio Araguari



Fonte: Portal G1 Amapá (2016).

A confirmação dessa hipótese foi encontrando sustentação ao longo do percurso dessa pesquisa. Desde o início, a mortandade de peixes pareceu impactar negativamente os pescadores que os utilizavam para o comércio e consumo, o que ficou inviabilizado após a ocorrência de novas mortandades e da irresponsabilidade da empresa em arcar com os prejuízos socioambientais e reparar a comunidade.

Figura 15 - Notícia publicada na fonte Portal do Governo do Estado do Amapá sobre a aplicação de multa de R\$ 10.000.000 pelo IMAP à empresa Ferreira Gomes Energia, em 2018, devido à nova mortandade de peixes em Ferreira Gomes



Fonte: Portal do Governo do Estado do Amapá (2018)

Vários acordos foram firmados entre a empresa, os Ministérios Públicos de Ferreira Gomes e do Amapá e os atingidos, porém, a maioria se mostrou ineficiente, devido, principalmente, a ação reativa da empresa, que não mostrou preocupação com a situação, e a atuação fragilizada do estado, pois sua atitude como mediador deixou muito a desejar, visto que até hoje existem pendências da empresa e do próprio estado para com a comunidade. Os desdobramentos desse cenário são preocupantes pois, o conflito tende a perpetuar, fazendo com que as comunidades de Ferreira Gomes, principalmente a colônia de pescadores Z-7 e os membros da ATINBA, continuem a acumular perdas ambientais, econômicas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado que o discurso e os projetos do desenvolvimento têm contribuído para a ocorrência de impactos socioambientais negativos e irreversíveis em comunidades e localidades que recebem seus empreendimentos, sob a justificativa da necessidade do crescimento econômico. Porém, ao observar os casos sob a ótica da história ambiental, ficou claro que o desenvolvimento não é para os atingidos, mas para localidades distantes que se beneficiarão das matérias-primas e energia exploradas em localidades com baixo desempenho econômico. Para essas restará, predominantemente perdas e impactos socioambientais.

Verificamos que, o caso das comunidades atingidas pelos impactos socioambientais negativos da UHE-FG, principalmente a Colônia de Pescadores Z-7 e a ATINBA, apresenta similaridade com outros casos de conflitos envolvendo empresas e atingidos, e essas similaridades não se assemelham somente com casos amazônicos. Também, encontramos a ocorrência dos mesmos tipos de relações de poder, impactos e conflitos em outras regiões do Brasil e com outras tipologias de projetos de desenvolvimento, além das hidrelétricas.

Percebemos que, embasados no discurso do desenvolvimento, a empresa e o Estado pareceram formar uma coalizão para implantar, a todo custo e independentemente dos impactos, as usinas hidrelétricas na bacia do rio Araguari. Essa coalizão facilitou a liberação das licenças ambientais, mesmo com evidentes fragilidades nos estudos, e não levou em consideração os anseios e necessidades das comunidades locais do município de Ferreira Gomes.

O resultado foi, entre outros, um impacto negativo sobre o modo de vida da Colônia de Pescadores Z-7, Ferreira Gomes, que não viram alternativa, a não ser aceitar os acordos firmados entre a empresa Ferreira Gomes Energia e os Ministérios Públicos do Amapá e de Ferreira Gomes, após as recorrentes mortandade de peixes.

Mesmo com os acordos, firmados em 2015, até hoje a empresa não consolidou sua palavra, entregando apenas parte do acordado. Por outro lado, foi evidenciado fragilidades do dos órgãos estaduais em resolver os problemas que ficaram sob sua responsabilidade, como prestar assistência técnica aos pescadores, e a dificuldade dos atingidos em se adaptar as tecnologias a eles direcionadas.

Aqui vale ressaltar que, esta pesquisa teve a intenção de abordar apenas uma pequena parte da problemática que envolvem os conflitos causados pelos projetos de desenvolvimento sobre o rio Araguari e o município de Ferreira Gomes. Dessa forma, como sugestão para outras pesquisas, sugerimos investigações que explorem as identidades anteriores e aquelas em

formação da comunidade atingida pelos impactos, a evolução da tensão entre a empresa, governo do Estado e as comunidades de Ferreira Gomes antes da mortandade de peixes e os desdobramentos desse conflito que não puderam ser explorados neste trabalho.

Por fim, ao verificar a intensificação dos conflitos entre os atores envolvidos, após 2015, foram registrados problemas que se somam, como as novas ocorrências de mortandades de peixes, o descumprimento de acordos por parte da empresa Ferreira Gomes Energia para com os atingidos e a baixa eficiência do Estado em contribuir e mediar essa situação. Com tudo o que foi apontado os impactos causados pela UHE-FG sobre o rio Araguari e as comunidades de Ferreira Gomes podem se tornar irreversíveis, se já não são.

FONTES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Ação Civil Pública n. 1627 de 2015**, que trata da denúncia e penalidades contra a empresa Ferreira Gomes Energia decorrente dos impactos causados sobre o rio Araguari e comunidades do município de Ferreira Gomes. Ferreira Gomes: Promotoria de Justiça, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Termo de Ajustamento de Conduta de 2017**, referente a Ação Civil Pública n. 1627 de 2017, que versa sobre as penalidades contra a empresa Ferreira Gomes Energia devido à mortandade de peixes ocorrida no rio Araguari e os impactos socioeconômicos sobre a comunidade de Ferreira Gomes. Ferreira Gomes: Promotoria de Justiça, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE FERREIRA GOMES. **Ação Penal n. 0001628-26.2015.8.03.0006 de 2015**, que trata da denúncia contra a empresa Ferreira Gomes Energia e seus administradores referente as mortandades de peixes ocorridas em 2014. Ferreira Gomes: Promotoria de Justiça, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE FERREIRA GOMES. Procedimento Administrativo n. 0000088-87.2019.0.04.0006 de 2019, referente ao acompanhamento das providências quanto a instalação dos tanques-rede no município de Ferreira Gomes. Ferreira Gomes: Promotoria de Justiça, 2019.

No AP, morte de peixes próximo a hidrelétrica assusta pescadores. **Portal G1 Amapá**, Macapá, 2014. Disponível em: <https://glo.bo/2ZU1UIZ>. Acesso em: set. 2019.

Ferreira Gomes Energia é multada em R\$ 20 milhões. **Portal Seles Nafes**, Macapá, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3gDnwzn>. Acesso em: set. 2019.

Peixes são achados mortos pela 4ª vez no rio Araguari, em Ferreira Gomes. **Portal G1 Amapá**, Macapá, 2015. Disponível em: <https://glo.bo/2BhJfN3>. Acesso em: out. 2019.

Pecadores dizem que não recebem compensação por morte de peixes. **Portal G1 Amapá**, Macapá, 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3eCwStn>. Acesso em: out. 2019.

IMAP multa hidrelétrica em R\$ 10 milhões por mortandade de peixes. **Portal do Governo do Estado do Amapá**, Macapá, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TXbEhR>. Acesso em: out. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2003.
- ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do Corpo Discente do PPG – História da UFRGS**, v. 3, n. 8, jan./jul., 2011.
- AMAPÁ. **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**. Macapá: IEPA, 2008.
- ARRUDA, G. História ambiental: memórias e migrações. **História em Reflexão**, Dourados, v. 9, n. 17, jan./jun., 2015.
- AZEVEDO, A. C. O.; FERNANDES, R. M. O direito à participação social no processo de negociação dos atingidos por barragens no Brasil. *In: V SIMPÓSIO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: MEIO AMBIENTE E DIREITO À VIDA, PREMÊNCIAS, SENTIDOS E PRÁTICA*, Belo Horizonte, **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 428-441.
- BASTOS, M. C. B. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: um estudo da comunidade negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP**. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BEAL, S. Obras públicas monumentais, ficção e o regime militar no Brasil (1964-1985). **Escritos Fundação Casa de Rui Barbosa**, v. 4, p. 259-280, 2010.
- BELÉM, F. L. **Influência das variáveis ambientais na qualidade das águas do reservatório da Usina Hidrelétrica da Ferreira Gomes – Amapá**. 2019. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- BERMANN, C.; HERNANDEZ, F. M.; RODRIGUES, L. A.; WITTMANN, D. Usinas hidrelétricas na Amazônia – o futuro sob as águas. *In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS E OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NA AMAZÔNIA*, 2010, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Inesc, 2010. p. 1-37.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da eletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, p. 139-153, jan./abr., 2007.
- BORGES, R. S.; SILVA, V. P. Usinas hidrelétricas no Brasil: a relação de afetividade dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, p. 222-231, dez., 2011.
- BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 53-62, jun., 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CORRÊA, K. M. A. **A formação do complexo hidrelétrico no rio Araguari: impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes, Amapá.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

CORRÊA, K. M. A.; PORTO, J. L. R. Desenvolvimento territorial rural e as hidrelétricas do Amapá. *In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2017. p. 7644-7655.

CORRÊA, S. R.; OLIVEIRA, R. V. “Desenvolvimento”, grandes projetos hidrelétricos e conflitos socioterritoriais e ambientais na Amazônia brasileira. *In: XXIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS*, 2013, Santiago do Chile. **Anais [...]**. Santiago do Chile: ALAS, 2013.

CORREIA, M. L. A. O Ministério Público e o meio ambiente. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, v. 1, n. 6, p. 125-140, 2014.

CUNHA, A. C.; SANTOS, E. S.; CUNHA, H. F. A. Usina hidrelétrica na Amazônia e impactos socioeconômicos sobre os pescadores do município de Ferreira Gomes – Amapá. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 197-214, out./dez., 2017.

DRUMMOND, J. A. L. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ESPÍNDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, 2019.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras.** Manaus: INPA, 2015.

FERREIRA GOMES. **Plano Diretor Participativo do Município de Ferreira Gomes.** Diagnóstico das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades Municipais Propostas e Ações. Ferreira Gomes: Ferreira Gomes Energia, 2013.

FLORES-COELHO, C. F., AZEVEDO, P. T., & KLEVER, L. de O. (2020). Das possibilidades e usos da história ambiental, ou uma introdução ao dossiê temático “História e Ambiente”. **Oficina Do Historiador**, 13(2); ALMEIDA, B. L. (2020). As Humanidades Ambientais: Emergência, características e sua contribuição para a historiografia brasileira. **Oficina Do Historiador**, 13(2).

FOSCHIERA, A. A.; JUNIOR, A. T. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 17-26, 2012.

FREIRE, L. M.; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 30, n. 3, p. 18-41, set./dez., 2018.

FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; ASMUS, C. I. R.; SILVIA, M. A.; XAVIER, D. R. Espaço temático: mineração e desastres ambientais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, 2019.

FURTADO, R. G.; FERREIRA, J. F. C.; YOKOMIZO, G. K. I. Análise do estudo socioeconômico do licenciamento ambiental da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão no Amapá: êxitos e limitações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 4, n. 1, p. 236-249, jan./jun., 2017.

GARCIA, M. F.; LIMONAD, E. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional: algumas considerações sobre o projeto hidrelétrico do rio Madeira. *In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS*, 2008, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2008. p. 1-17.

HERNANDEZ, F. D. M. Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, n. 3, p. 791-811, set./dez., 2012.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**: censo do Município de Porto Grande, Amapá. Brasília: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

LIMA, G. R. **Compensação ambiental de usinas hidrelétricas**: análise da gestão federal e propostas de aplicação. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

LOPES, L. M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, jun., 2016.

MEDEIROS, J. M. M.; NETO, J. C. Transformações Urbanas em Rios com Empreendimentos Hidrelétricos: Novo Cenário Urbanístico para a Orla da Cidade de Ferreira Gomes – Amapá. *In: XII CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL: CONTRASTES, CONTRADIÇÕES E COMPLEXIDADES*, Maceió. **Anais [...]**. Maceió, 2016.

MENDES, C. M. M. A importância da pesquisa de fontes para estudos históricos. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 205-209, 2011.

OLIVEIRA, L. D. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. **Revista Continentes**, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, N. N. P. **A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos Acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1042-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, V. B. S. Os ciclos da economia brasileira no pós-guerra. Análise econômica: **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 11, p. 64-90, 1989.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, p. 81-101, 2010.

PINSKY, C. B. et al. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, A. C.; FEITOSA, M. M. Narradores de Javé: memórias e identidades polifônicas no cinema brasileiro. **Revista Resgate**, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun., 2017.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Editora Oficina de textos, 2013.

SANTOS, A. C. S. O discurso do desenvolvimento: trajetória, renovações e questionamentos. *In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 2014, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: ANPUH, 2014. p. 1-8.

SANTOS, M. C. O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania. **Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 113-140, 2015.

SANTOS, T.; SANTOS, L.; ALBUQUERQUE, R.; CORRÊA, E. Belo Monte: impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos. **Tendências**, v. 13, n. 2, 2012.

SCARDUA, F. P. **Governabilidade e descentralização da gestão ambiental no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no Governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, jul./dez., 2007.

SEVERINO, W. M. S. **Impactos socioeconômicos e ambientais em populações diretamente atingidas pelo empreendimento hidrelétrico Cachoeira Caldeirão**. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

SIQUEIRA, G. V. **Licenciamento ambiental no Amapá: o caso do Aproveitamento Hidrelétrico de Ferreira Gomes (AHE-FG)**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

SILVA, C. N. da.; SILVA, J. M. P. da.; LIMA, R. A. P. de. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 2, p. 123-140, jul./dez. 2016.

SILVA, E. A.; SANTOS, F. L.; DENIPOTI, C. **História: métodos e técnicas de pesquisa em história II**. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SOARES, N. B.; FROËHLICH, J. M.; MARQUES, M. M. S. A identidade água abaixo – os reassentados da usina hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) – RS. *In: XLV CONGRESSO DA*

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2007. p. 1-17.

TUMELERO, N. A. S.; OLSSON, G. Os limites do discurso do desenvolvimento econômico e os direitos fundamentais: o caso da liberdade na pós-modernidade. **Revista Eletrônica do curso de Direito da UFSM**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 3, p. 1057-1075, 2016.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, C. B. Conceito de “atingidos”: uma revisão de debates e diretrizes. *In*: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1. ed. Viçosa: UFV, 2008, p. 39-63.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez., 2007.